

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Princípios inicia uma série de artigos sobre nossa história para comemorar meio milênio de fundação do Brasil



# O BRASIL EM PERIGO

O Governo de FHC entrega o País ao FMI e ameaça a democracia



**Sérgio Miranda**  
O orçamento para valer segue a norma do FMI

**Aldo Rebelo e Haroldo Lima**  
Reforma política de FHC é ataque contra a democracia

**Volodia Teitelboim**  
O desafio de ser comunista e escritor



# Os desafios do socialismo no século XX.

O livro que você esperava!



Já disse o próprio Karl Marx:  
“*Radical é ir às raízes das coisas.*”

Neste livro, João Amazonas é radical: vai às raízes dos principais acontecimentos que marcaram o mundo e o Brasil em nosso século.

A Editora Anita Garibaldi reuniu aqui a contribuição do deputado constituinte de 1946 – em 256 páginas –, que agora torna-se importante instrumento de reflexão sobre o socialismo, suas vitórias e derrotas.

É a palavra de um homem de princípios!

Venha você também às raízes deste desafio, adquira já o seu exemplar!

PEÇA HOJE MESMO POR CARTA, TELEFONE, FAX  
(011 289 1331) OU E-MAIL: [livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)  
**Preço de lançamento:** R\$ 22,00 – Incluindo despesas postais.



*Para pedidos, envie seus dados (nome completo, endereço, telefone para contato)  
juntamente com cheque nominal à Editora Anita Ltda.*

*No caso de débitos em cartão de crédito, informar nome do cartão, número e validade.*

*Para depósito: Banco Itaú agência 0251 c/c 48.678-3 (favor enviar comprovante).*

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP



# O Brasil deve ser devolvido urgentemente aos brasileiros!

**N**ão foi um exercício de retórica que moveu a OAB a reclamar, em sua nota do dia 8 de fevereiro, a devolução urgente do Brasil aos brasileiros, mas o acelerado processo de submissão do país ao imperialismo, promovido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, cujos principais auxiliares são intimamente ligados às agências do imperialismo e de governos e bancos estrangeiros, às oligarquias financeiras agrárias brasileiras e aos governos militares e de Fernando Collor, como *Princípios* denunciou em sua edição passada.

A situação chegou ao grotesco no episódio da distribuição à imprensa, na entrevista coletiva do ministro Pedro Malan e do vice-diretor presidente do FMI, Stanley Fischer, no dia 4 de fevereiro de 1999, do texto da revisão do acordo com o FMI de novembro passado. A assessoria de imprensa do ministro distribuiu um documento escrito no idioma *inglês*, como se não tivéssemos um idioma para todos os atos praticados no país, principalmente atos de governo. O descaramento chegou ao paroxismo quando um funcionário alegou que a reunião fora em *inglês* e o documento nesse idioma era mais completo do que sua versão em português.

O acontecimento é simbólico e indica que o governo federal julga estar ligado por laços de fidelidade não aos brasileiros, mas às autoridades estrangeiras, a quem presta contas no idioma falado por elas. O presidente da República e seus acólitos portam-se como agentes de uma potência externa numa possessão colonial.

Para o pensamento político e social clássico o povo é fonte da soberania e fundamento da legitimidade da república e dos governos. Mas FHC e seus aliados o reduzem a massa de manobra que pode ser manipulada e enganada de acordo com os interesses dos governantes. A primeira proposta de lei orçamentária para 1999 foi uma dessas peças de mentira, elaborada para iludir o eleitorado e garantir a reeleição de FHC; ela previa grandes investimentos, sem ajuste fiscal. Depois do segundo turno da eleição, o governo mandou a proposta orçamentária para valer, onde todas as imposições do FMI foram contempladas.

O governo justifica-se em nome de uma modernidade que tem a força de uma lei natural. Mas que modernidade é essa? Celso Furtado, em seu livro mais recente (*O Capitalismo Global*, 1998), diz que a globalização e o neoliberalismo, na verdade, significam um retrocesso. Voltamos ao “modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos estrangeiros”, em que a ação do Estado limitava-se a manter a ordem e sanear a moeda.

Para os brasileiros, essa volta é sentida como um retorno aos tempos de Campos Salles e Joaquim Murinho, tão queridos de FHC; tempos em que as rendas das alfândegas e dos serviços públicos da capital federal eram dadas como garantia a banqueiros estrangeiros; em que só existia o partido do governo, e os outros eram banidos da vida pública; tempos em que o voto distrital esmagava a representação das oposições; em que a luta dos trabalhadores era tratada como caso de polícia.

Para voltar a estes tempos, o governo de FHC deve – diz o cientista político José Luis Fiori (*Folha de S. Paulo*, 24/1/1999) – “virar a página” do desenvolvimentismo dos anos 50/80. Ele faz uma resenha histórica precisa do conflito nas últimas décadas entre as forças que buscavam o desenvolvimento e a coalizão conservadora cujo programa é impedi-lo. O núcleo da estratégia desenvolvimentista dos anos 50/80 foi, diz, o “crescimento econômico acelerado, com base na integração e interiorização do mercado interno organizado a partir da expansão da infra-estrutura, da indústria e do *agrobusiness*”. Este modelo teve sua primeira crise séria no começo dos anos 60, quando a oposição de esquerda denunciou o “modelo de substituição de importações” e defendeu uma reforma social e democrática. Em 1964, o projeto reformista foi



derrotado militarmente, e a coalizão conservadora impôs a ditadura militar e “deu a marca autoritária e anti-social do desenvolvimentismo dos anos 60/80”.

Ao fim da ditadura militar, entre 1985 e 1988, houve nova tentativa de “revolucionar o desenvolvimentismo conservador” por forças progressistas que, em função da experiência acumulada desde 1964, compreendiam a necessidade de “uma mudança radical das bases do poder” e de construção de uma coalizão progressista para redirecionar o desenvolvimento “a partir de um objetivo central: o bem-estar econômico e social da população brasileira”.

A Carta de 1988 registrou essa tentativa que, entretanto, foi derrotada pelos mesmos conservadores do regime de 1964. Estas forças vetaram “o pacto social e federativo” da Constituição de 1988 ao conseguir “apoio, legitimidade e liderança intelectual num segmento intelectual expressivo da antiga *frente democrática*, que abandonou o projeto de reformas progressistas”. Seu credo, diz Fiori, foi formado pelas idéias difundidas, na década de 80, pelo Banco Mundial, e que foram “a argamassa ideológica que ajudou a ‘recolar’ a velha coalizão de poder autoritária e anti-social, conectando-a com as idéias e o poder articulados mundialmente em torno do Consenso de Washington”.

Para a “virada de página” do desenvolvimentismo, FHC e sua equipe assumiram compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS) atando o país, por vários anos, à “mais recente e radical versão da mesma política econômica que o conduziu à crise atual”.

No acordo acertado com o FMI, em novembro de 1998, o governo de FHC abre mão da soberania nacional ao:

- definir os objetivos e a forma como o país deverá ser governado durante os próximos anos, independentemente de quem o esteja administrando”;
- transferir a *capacidade de decisão*, transformando o Brasil na primeira cobaia internacional de um experimento que combina, num *mercado emergente*, a aceitação contratual das regras do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI, que ainda não foi assinado pelos países desenvolvidos) com as regras da Organização Mundial do Comércio, e mais uma fórmula nova e não constitucionalizada de dolarização da economia;
- passar ao Banco Central dos EUA, o Fed, o controle das reservas externas do país, caso elas caiam cheguem a US\$ 20 bilhões, para evitar que o Brasil repita a moratória russa.

Mas nem o governo nem as agência do imperialismo tem garantia de que a moratória esteja afastada. Para o economista Celso Furtado, o Brasil caminha para este desfecho. “A moratória virá”, disse (*Folha de S. Paulo*, 15/2/1999) e em “dois ou três meses o Brasil será conduzido a uma renegociação de sua dívida”. E, contra os porta-vozes dos banqueiros e do grande capital, explica (*Folha de S. Paulo*, 21/1/1999) que, ao contrário da idéia dominante na imprensa brasileira, a moratória é uma atitude soberana de renegociação, que implica em “renegociação de condições e prazos de pagamentos, com concessões mútuas”, “aceita em qualquer parte do mundo”.

Desde 1994 o governo de FHC apregoa, irresponsavelmente, que *a dívida externa não é mais problema*. Mas o enorme crescimento das dívidas externa e interna (cuja soma ultrapassa 50% do PIB) impõe o reconhecimento de que ele é, hoje, mais grave do que nunca, e cresce entre os setores progressistas a consciência da urgência de seu enfrentamento soberano. A CNBB defende, no texto da Campanha da Fraternidade de 1999, a moratória. Denunciando o “capitalismo sem freios éticos” que domina hoje; a CNBB quer a taxaçaõ das grandes fortunas como meio para equacionar o déficit público (*Jornal do Brasil*, 18/2/1999).





Na luta política e ideológica das décadas de 80 e 90, questões como a defesa da soberania nacional, de melhores condições de vida para os trabalhadores, de apoio à empresas e à economia brasileiras, foram desqualificadas em nome de uma modernização que tudo subordina aos interesses do capital e das classes proprietárias. A questão dos programas de governo e da natureza de sua classe foi cada vez mais desconsiderada, sobressaindo-se dois traços que predominaram nas disputas eleitorais – a busca de governos éticos e honestos e a ênfase no preparo acadêmico dos governantes.

A propaganda neoliberal embandeirou-se com estas idéias para *despolitizar* a política e impor a tese de que governar é atividade para especialistas. E que o Estado paira, neutro, acima das classes e da luta de classes. Hoje, é possível reconhecer que a campanha pela ética na política, que ajudou a afastar Collor da presidência da República, ajudou também a preparar o caminho que levou FHC ao sucesso eleitoral de 1994 e a dar legitimidade ao projeto neoliberal que ele impôs ao país.

Esta é o saldo dos anos 90, a lição de que o programa da honestidade, da ética e do “preparo” é limitado e esconde o preconceito de classe contra políticos de origem popular. A luta contra a coalizão conservadora exige propostas mais avançadas e consistentes, voltadas ao atendimento das necessidades do povo, do país e de sua economia.

“Não é hora de vacilações”, diz a nota da Comissão Política do PCdoB, divulgada em fevereiro. “Em defesa da nação, da melhoria das condições de existência da população, da ampliação da democracia, do desenvolvimento econômico e social, deve-se desenvolver um amplo movimento cívico, de oposição a Fernando Henrique Cardoso e sua política neoliberal. Um movimento exigindo a imediata mudança do modelo econômico e redução drástica das taxas de juros. Um movimento em defesa do pacto federativo, que garanta aos Estados e municípios meios para atender às necessidades da população e para implementar uma política de desenvolvimento, de geração de empregos e de reforma agrária. Um movimento que aponte para a ampliação da democracia e possibilite a efetiva participação popular na definição de novos rumos para o país. Um movimento que envolva partidos políticos, entidades populares e democráticas, personalidades comprometidas com a defesa da democracia e da nação”. “O governo Fernando Henrique, com sua política neoliberal, é o responsável pela grave situação econômica e social vivida pelo país. Cabe à oposição desmascará-lo e apontar um novo modelo, democrático e soberano, com justiça social, para o Brasil”. Um modelo que devolva o Brasil para os brasileiros!

•••

Em abril do próximo ano faz 500 anos que a frota de Pedro Álvares Cabral desembarcou nas costas brasileiras. Para comemorar a data, *Princípios* inicia nesta edição a série 500 ANOS, com uma ampla apresentação de temas fundamentais de nossa história. Começamos com o início de um balanço crítico da historiografia; abordaremos ainda a economia, a continuidade das estruturas de poder, a história do trabalho e da cultura. A série deve continuar até o início do próximo ano, e os artigos serão depois publicados em um livro. *Princípios* tem, com este esforço, o objetivo de contribuir para a sistematização de uma visão progressista e revolucionária da história de nosso país.

Comissão Editorial





## Brasil

### 8 FHC e FMI determinam: o orçamento público deve priorizar pagamentos da dívida

*Análise do orçamento brasileiro para 1999 atende às imposições do FMI*

Sérgio Miranda

### 16 Reformas políticas: a tentação conservadora

*As iniciativas do governo para restringir a participação político-eleitoral do povo brasileiro.*

Aldo Rebelo

### 19 A grande contra-reforma

*O que há por trás da proposta de reforma político-partidária em curso no Senado.*

Haroldo Lima



### 24 Mídia: cãesinhos de estimação

*A imprensa, que diz ter a função de dar notícias, não disfarça seu apoio incondicional ao governo de FHC.*

Sérgio Buarque de Gusmão

## Internacional

### 28 Impressões sobre a França de nossos dias

*A ambígua imagem que o governo de Lionel Jospin tem entre os franceses.*

Miguel Urbano Rodrigues

### 34 As multinacionais exigem a abertura das fronteiras. Para elas!

*Documento*

Partido do Trabalho da Bélgica

## História

### 36 Visões da História – primeira parte – Da razão de estado à emergência do povo na história

*A historiografia brasileira oferece vários exemplos do esforço de recontar a história do país e atualizar o relato de nosso passado com as necessidades do presente.*

José Carlos Ruy

### 44 Algumas considerações sobre o conceito de pensamento conservador

*Ensaio sobre as idéias conservadoras no Brasil do Segundo Império.*

Paula Beiguelman





**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas**Editor:** Olival Freire Jr.**Comissão Editorial:** Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes**Conselho Editorial:** Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino**Colaboradores:** Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel**Secretários de Redação:** Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes**Projeto Gráfico:** Gilberto Maringoni**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni**Administração:** Márcia Regina Viotto**Departamento de Circulação:** Claudia de Medeiros**Departamento Comercial:** Rogério Chaves**Editores Eletrônicos:** Paper & Publisher-Produções Gráficas Ltda.**Fotolitos:** Digitexto**PRINCIPIOS é uma publicação da Editora e Livraria Anita Ltda.****R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010  
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331  
E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**Pontos de Venda:** SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de Julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS - RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R. Gastão Penalva, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhangüera, NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livro Magazine - Av. Conde de Boa Vista, 688 - fone: 231-0036. Livro Sode Ler - R. Pe. Carapuceiro, 777-Loja 59 - fone: 326-9364, Livraria Modelo Shopping Center Recife - fone: 465-5919. Livraria Quinta do Livro - R. José de Alencar, 595. Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202 - Fone 221-4044. Livro 7 - R. Sete de Setembro, 329. Cortez Editora e Livraria - Av. Conde de Boa Vista, 1413. Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6-b, 1100 - Lisboa/Portugal.

## Mulher

### 50 Gênero e revolução cultural: as revoluções na revolução

*Os compositores cubanos mostram a "nova mulher".*

Mary Garcia Castro

## Entrevista

### 54 "Um moço do século XX"

*Entrevista com o escritor chileno Volodia Teitelboim.*

Por José Reinaldo de Carvalho

## Cultura

### 62 A palavra ao Nobel da palavra

*Discurso de José Saramago em Estocolmo ao receber o Prêmio Nobel de Literatura.*

José Saramago

## Ciência

### 70 Ciência, aquele obscuro objeto de pensamento e uso

*A ciência e seu papel na sociedade hoje.*

Michel Paty

### 76 Índice

*Índice da Revista Princípios, do Nº 41 ao 50*

## Resenhas

### 80 Os desafios do socialismo no século XXI, Livro de João Amazonas

*Estas muitas Minas, Livro de Angela Leite de Souza*

### 82 Cartas

Capa: Charge de Paulo Caruso  
Edição Gráfica de Flávio Nigro



## Frases

*Fernando Henrique Cardoso não está "nem no centro, nem à direita, nem à esquerda. No momento, ele está em declínio" – Alain Touraine, sociólogo, amigo de FHC, em 26/1/1999*

*"Botaram as piranhas para fazer a travessia da boiada" - Aldo Rebelo, deputado federal do PCdoB, sobre a nomeação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, em 4/2/1999*

*"O Brasil precisa ser devolvido com urgência aos brasileiros" – Reginaldo de Castro, presidente da OAB, em discurso contra FHC no dia 8/2/1999*



**FHC e FMI**

**determinam:**

**o orçamento público  
deve priorizar  
pagamentos da dívida**

SÉRGIO MIRANDA

*A primeira proposta orçamentária para 1999 foi feita para enganar os eleitores. Logo após o segundo turno da eleição, FHC e sua equipe enviam ao Congresso a proposta orçamentária para valer, seguindo à risca os ditames do FMI*



A primeira proposta de orçamento para 1999, enviada ao Congresso em agosto de 1998, cumpria a função de propaganda eleitoral. Foi o “Orçamento da Eleição”. A sua publicação por inteiro somente se deu no final de setembro, a dez dias do primeiro turno. Mas, deu-se grande destaque à mensagem que acompanha o projeto de lei, onde o presidente-candidato projetou um cenário cor de rosa para a economia nacional.

Segundo a previsão de FHC, nada de crises: a União faria investimentos da ordem de R\$ 8,7 bilhões. Descontada a emissão de títulos, o país arrecadaria R\$ 196,5 bilhões, R\$ 28,1 bilhões seriam transferidos aos Estados, DF e Municípios e ainda estavam programados R\$ 159,7 bilhões em outras despesas. Sem grandes ajustes, o resultado primário seria positivo em R\$ 8,7 bilhões. Com inflação controlada e taxa de juros em declínio alcançaríamos o desenvolvimento. Os eleitores poderiam esperar um crescimento de 4% do PIB. No entanto, nada de muitos detalhes que poderiam desviar as atenções dos ouvintes.

Mas não tardaram a cair as máscaras de FHC e sua equipe. Logo após o segundo turno da eleição, no início de novembro, chega ao Congresso uma nova proposta orçamentária. Era o “**Orçamento do Acordo com o FMI**”, uma proposta elaborada seguindo à risca os ditames do Fundo. Agora sim a sociedade poderia conhecer os desatinos da aventura de FHC, que quebrou o país com a sua política baseada no crescente endividamento. Ao invés de crescimento, queda de 1% no PIB. Sem muito alarde, a proposição embutia um grande arrocho fiscal, aumento voraz da carga tributária e corte radical nos inves-

timentos e gastos sociais. Silêncio absoluto sobre a falência de um modelo que persiste na ilusão de financiamento externo abundante e barato, capaz de sustentar todos os desequilíbrios das contas brasileiras.

A previsão era de recessão, o que diminui sensivelmente as receitas públicas. Mas FHC precisava de mais receitas e ainda de cortes em todas as despesas não financeiras. De acordo com o raciocínio do governo, despesas com saúde, educação, reforma agrária, saneamento, segurança são pesados fardos para a sociedade. Pagamentos de pessoal e aposentados, então, nem se fala. É papel dos governantes aliviar essas contas, com medidas de ajuste fiscal. Ao contrário, as despesas com juros e encargos da dívida independem das políticas públicas, decorrem tão somente das relações de mercado. O seu custo nem deve ser discutido. Uma síntese desse entendimento pôde ser vista na proposta de lei orçamentária que FHC enviou ao Congresso depois do ajuste. Nela, as despesas com amortização, juros e encargos da dívida constariam na lei, mas apenas formalmente, já que o governo propunha que o Congresso autorizasse gastos ilimitados com esses pagamentos, procedendo as mudanças pelo rito do decreto, sem passar pelo Legislativo.

### O Orçamento do Acordo com o FMI

O acordo com o FMI impôs a obrigação do Estado aumentar a arrecadação e gastar menos com as chamadas despesas não financeiras, para poder gastar muito mais com as despesas financeiras: juros, encargos e amortizações da dívida.

Para o governo, a solução para assegurar mais recursos foi majorar as alíquotas das contribuições sociais. A opção de aumentar contribuições sociais ao invés de impostos se justifica porque elas podem ser instituídas e cobradas no mesmo exercício financeiro. Desse modo, mesmo que a publicação das novas leis se dê em 1999, a cobrança das novas contribuições não precisa esperar a virada do ano, bastam 90 dias. Os impostos e as taxas têm de atender ao princípio da anualidade e somente seriam devidos no ano 2000. Outro ponto importante para FHC é que o aumento de Imposto de Renda ou IPI (os dois maiores impostos federais) implicaria na divisão do bolo com os estados e municípios. A Constituição determina que quase a metade desses tributos sejam transferidas a estados (FPE), municípios (FPM) e fundos regionais. Fugindo dessa repartição, FHC agride o princípio constitucional e o pacto federativo. A crise e os altos juros atingem, além da União, estados e municípios; porém os novos tributos ampliam a arrecadação apenas para a União.

Assim, FHC idealizou um aumento de R\$ 14,4 bilhões nas receitas da seguridade social (contribuições e recursos próprios dos respectivos órgãos). A proposta enviada em agosto estimava essas receitas em R\$ 105,3 bilhões. Esse valor cairia porque não havia mais o cenário de crescimento econômico, mas de recessão, e a inflação ficaria abaixo dos 1,5% previstos. Daí a necessidade de um aumento substancial nas contri-



buições, o suficiente para ampliar, ainda assim, as receitas da seguridade para R\$ 115,2 bilhões. Para compreender a importância desses R\$ 14,4 bilhões de novas contribuições basta compará-lo com o superávit primário de R\$ 16,3 bilhões prometido ao FMI: 88%.

A receita suplementar veio acompanhada de uma contenção nas despesas da seguridade. Os cortes nas programações de custeio e investimentos em saúde, previdência e assistência somaram R\$ 2,2 bilhões. Arrecadando mais em contribuições sociais e gastando menos, o **orçamento da seguridade** – que contém as receitas e as despesas com saúde, assistência social e previdência – promoveu uma brutal transferência de recursos para o **orçamento fiscal**, que compreende itens como educação, agricultura, transportes, segurança e dívidas. Esse desvio é consequência natural de um esforço fiscal que ampliou as receitas da seguridade, mas na realidade pretende cobrir despesas com a dívida e não melhorias nas condições de vida da nossa sociedade.

Para mascarar essa transferência, o governo falseou na proposta orçamentária enviada ao Congresso as despesas com inativos, ampliando artificialmente os valores em mais de R\$ 1,67 bilhão.

Com essa artimanha, aumentou-se o déficit do Plano de Seguridade do Servidor, facilitando o discurso oficial, e ainda escondeu-se da sociedade que as contribuições sociais agora acabariam financiando o orçamento fiscal e as despesas com a dívida.

Também fruto do ajuste, as despesas de investimento caíram quase à metade, para apenas R\$ 4,9 bilhões. Somente o transporte rodoviário perdeu R\$ 868 milhões e a programação de recursos hídricos outros R\$ 426 milhões. Contribuições sociais, como CPMF e COFINS, aumentam, mas do programa “saúde” desapareceu quase R\$ 1,5 bilhão. Também é suprimida do saneamento a metade dos recursos, de R\$ 645 milhões para R\$ 336 milhões, e da assistência foram retirados R\$ 500 milhões. As despesas com ensino fundamental diminuíram R\$ 252 milhões e outros R\$ 132 milhões foram subtraídos das universidades. Apesar do crescente desemprego, as despesas com proteção do trabalhador perderam mais de R\$ 518 milhões, retirados dos programas de qualificação e intermediação, geração de emprego e renda. Esses recursos são do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e não podem ter nenhuma outra destinação.

As maiores alterações se deram no Orçamento da Seguridade. No primeiro projeto, enviado em agosto, do Orçamento Fiscal seriam transferidos R\$ 9,6 bilhões para complementar as necessidades com saúde, assistência e previdência. Na segunda mensagem, esse valor caiu para R\$ 204 milhões. Mas, quando o Congresso refez as contas descobriu que FHC fraudou as despesas com servidores inativos, ampliando-as em mais de R\$ 1,670 bilhão. Descontado esse valor, percebeu-se que, contrariando os preceitos constitucionais, as receitas da seguridade estavam subsidiando despesas do Orçamento Fiscal em mais de R\$ 1,466 bilhão.

Tudo para gerar R\$ 16,3 bilhões de superávit. Um grande sacrifício para uma população cada vez mais carente. Para o povo, um esforço tão inútil quanto foi o das privatizações.

### A tramitação do orçamento no Congresso

A implementação do ajuste fiscal depende da aprovação de várias leis. A lei orçamentária é apenas uma delas. No geral, o Congresso atendeu cegamente aos apelos do governo. O Deputado Inocêncio de Oliveira chegou a dizer que nesses momentos o dever dos parlamentares é fechar os olhos e votar. Na verdade, fechou os olhos à natureza da crise, à ineficácia das medidas adotadas e às consequências sociais do ajuste. No entanto, podemos considerar a participação do Congresso no processo orçamentário como positiva.

Em primeiro lugar porque propicia o **debate político** sobre o orçamento. A lei orçamentária fornece uma boa imagem da situação do Estado. É possível apreender informações muito precisas sobre quem financia e quem usufrui do dinheiro público. Como e de quem o Estado subtrai parcela da renda e da riqueza e quais são os segmentos sociais e setores econômicos que se beneficiam

### Por trás da mensagem, um orçamento com privilégio absoluto para os encargos da dívida

*A primeira proposta de lei orçamentária – o “Orçamento da Eleição” – chegou ao Congresso em agosto de 1998. A dívida pública federal, interna e externa já ultrapassava a casa dos R\$ 400 bilhões e consumiria R\$ 53 bilhões em juros e encargos. Somente a rolagem da dívida interna envolveria R\$ 394 bilhões. Além dessa rolagem com recursos da emissão de novos títulos, o governo utilizaria R\$ 22,4 bilhões de recursos fiscais, de privatizações e concessões, e ainda R\$ 9,75 bilhões de outras fontes financeiras na amortização.*

*Comparativamente, a conta de juros e encargos era 2,8 vezes superior às despesas com saúde e saneamento, 3,4 vezes maior do que os gastos com educação e cultura, 8,7% superior aos gastos com pessoal, ativos e inativos, civis e militares e 10% maior do que os pagamentos de benefícios da previdência.*

*Por outro lado, dos R\$ 14,4 bilhões que o Ministério da Saúde teria para as ações de saúde, R\$ 8 bilhões ainda não existiam e dependeriam da aprovação da CPMF.*



das despesas públicas, dos incentivos e benefícios fiscais, creditícios e tributários. O orçamento também retrata o processo econômico, a recessão, o desemprego, o endividamento público, a falência das políticas sociais etc. Embora seja pequena a parcela de parlamentares que participa desses debates, é a partir desse momento que a sociedade conhece os números do orçamento. A crise e o desajuste, que desorientam a economia brasileira, canalizam as atenções para as contas públicas, propiciando maiores espaços para essa discussão.

Naturalmente, o governo FHC conspira contra esse debate. Além de sonegar muitas informações, deliberadamente falseia outras. Quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi promulgada, o presidente vetou diversos dispositivos que determinam o envio ao Congresso de informações complementares. Mas, em 1998, FHC foi além... Ao substituir o projeto, para atender ao acordo com o FMI, algumas informações e quadros demonstrativos obrigatórios não acompanharam a mensagem. Nem mesmo um pedido de informações formulado e reiterado através do meu gabinete foi integralmente respondido. Assim, o Congresso e a sociedade não podem acompanhar questões como impacto para o Tesouro dos gastos com o PROER, com a federalização das dívidas estaduais e municipais, com a securitização das dívidas do setor rural, critérios utilizados para a regionalização dos gastos, demonstrativos sobre a evolução da receita com a série histórica dos anos anteriores e planilhas de cálculo para juros reais e nominais, em regime de caixa e de competência. A maior parte das informações sonegadas dizem respeito à dívida pública, ao processo de sua constituição e à natureza de seus encargos. A dívida para esse governo é realmente uma questão emblemática: ela tem que ser paga a qualquer custo,

mas não pode ser objeto de debate.

Um segundo ponto que merece ser ressaltado na atuação do Congresso é a melhoria da **regionalização dos investimentos públicos** em decorrência das emendas dos parlamentares, das bancadas estaduais e das comissões temáticas, aperfeiçoando, assim, a proposta orçamentária. Para se ter uma idéia, pela proposta do Executivo, 47% dos investimentos estavam alocados em programações genéricas e a sua aplicação dependeria do arbítrio do Governo. Pela proposta aprovada, esse percentual cai para 30%. Ou seja, a lei já determina onde 70% dos investimentos serão aplicados, diminuindo o poder discricionário do Governo na execução da lei orçamentária. Maiores detalhes desta regionalização constam no Quadro 1.

O terceiro motivo que ilustra como o Congresso tem participado positivamente no processo orçamentário é a **ampliação dos recursos que são destinados para as áreas sociais**. Quando o Governo FHC prepara a sua proposta orçamentária, os interesses do grande capital financeiro determinam os resultados. O governo não poupa esforços para satisfazê-lo. Com isso, os setores sociais vêm perdendo recursos ano-a-ano. A pressão de governadores e prefeitos, de entidades da sociedade civil e até mesmo de dirigentes de diversos órgãos públicos sensibilizando os parlamentares amplia verbas para esses setores. O Quadro 2 dá uma demonstração do efeito das emendas sobre o orçamento. Mas não é possível ter grandes ilusões sobre essas novas programações. Para o governo, aceitar as emendas dos parlamentares é um preço a se pagar para a aprovação da essência do ajuste, já que novas despesas sociais não estavam no seu plano. Grande parte desse acréscimo atende a demandas que os parlamentares trazem de suas bases eleitorais, mas infeliz-

mente, não deve ser executado, pois a lei orçamentária tem efeito meramente autorizativo. Mesmo assim, muitas vezes a grande imprensa e o governo se insurgem contra o Congresso quando exerce suas funções ao alterar o orçamento, para reconhecer esses pleitos.

Vale ressaltar que algumas das modificações têm aspecto genérico e grande alcance social. As universidades, que perderam R\$ 132 milhões com o ajuste, recuperaram R\$ 81 milhões. Os programas de renda mínima e enfrentamento à pobreza receberam R\$ 100 milhões. Na saúde, por exemplo, as programações relativas à assistência médica e sanitária do SUS foram corrigidas para aproximar os quantitativos **per capita** em cada estado. Na proposição do governo, contra uma média nacional de R\$ 52,23, em estados do Norte e Nordeste as verbas chegavam a R\$ 29 por habitante/ano (como no Pará), enquanto no Sul e Sudeste ultrapassavam a R\$ 65 (como em SP). Mesmo considerando que os serviços prestados têm complexidades diferenciadas, não há porque negar essas condições básicas de cidadania. Uma melhor equalização possibilita um melhor desempenho do SUS nesses estados e ainda elevou a média nacional para R\$ 54,41. Mais de R\$ 325 milhões foram utilizados nessas correções – veja Quadro 3.

O conjunto das mudanças no Orçamento da Seguridade conseguiu ampliar em quase R\$ 1 bilhão as despesas programadas. As transferências para o Orçamento Fiscal caíram de R\$ 1,466 bilhão para R\$ 489,5 milhões. Entretanto, ainda não foi suficiente para reverter a inconstitucionalidade presente nessa transferência.

Mas a maior vitória alcançada nesse aspecto foi evitar que a lei orçamentária dissimulasse o desvio dos recursos da seguridade. Para falar a verdade, já há vários anos que a oposição afirma que o governo, durante o processo de execução



Quadro 1

**ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PARA 1999 -  
PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS POR UF**

A melhor regionalização visa combater as desigualdades e diminuir o poder arbitrário do governo na execução do orçamento  
(em R\$ milhões)

RG	UF	PL (a)	% s/ Total	Aprovado(b)	% s/ Total
EX <sup>(1)</sup>	EX	0,3	-	0,3	-
NA <sup>(2)</sup>	NA	2.324,2	47	2.639,9	30
CO	CO	6,0	0	8,6	0
CO	DF	166,2	3	244,3	3
CO	GO	67,9	1	281,5	3
CO	MS	32,1	1	187,3	2
CO	MT	89,5	2	212,1	2
CO	TOTAL	361,7	7	933,8	11
NE	AL	38,1	1	139,3	2
NE	BA	140,9	3	325,5	4
NE	CE	197,5	4	332,8	4
NE	MA	48,0	1	180,9	2
NE	NE	30,9	1	29,5	0
NE	PB	38,7	1	176,1	2
NE	PE	152,7	3	304,9	4
NE	PI	34,3	1	120,8	1
NE	RN	34,2	1	103,9	1
NE	SE	31,1	1	113,6	1
NE	TOTAL	746,3	15	1.827,4	21
NO	AC	18,8	0	88,4	1
NO	AM	35,8	1	131,8	2
NO	AP	12,9	0	59,0	1
NO	NO	136,3	3	181,7	2
NO	PA	55,4	1	181,5	2
NO	RO	37,0	1	103,9	1
NO	RR	43,4	1	103,6	1
NO	TO	30,4	1	114,8	1
NO	TOTAL	369,9	8	964,7	11
SD	ES	43,5	1	118,1	1
SD	MG	265,4	5	605,4	7
SD	RJ	172,0	4	320,5	4
SD	SD	2,6	0	2,8	-
SD	SP	309,0	6	568,3	7
SD	TOTAL	792,5	16	1.615,0	19
SL	PR	104,1	2	229,5	3
SL	RS	128,1	3	316,4	4
SL	SC	107,0	2	204,8	2
SL	SL	-	-	0,8	-
SL	TOTAL	339,1	7	751,5	9
<b>TOTAL</b>		<b>4.934,0</b>	<b>100</b>	<b>8.732,6</b>	<b>100</b>

Notas:

<sup>(1)</sup> EX= Exterior      <sup>(2)</sup> NA= Nacional

orçamentária, retém os recursos da seguridade, utilizando-os para fazer caixa ou mesmo desviando-os para finalidades mais diversas, por meio do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Acontece que como o FMI exigiu que a meta de superávit estivesse presente na lei – e não fosse apenas um resultado de contingenciamentos durante a execução, como no passado – o desvio apareceu já no texto da lei. A presença na lei de um dispositivo inconstitucional abre espaços para medidas judiciais.

Em quarto lugar, porque o Congresso esclarece muitas irregularidades, corrigindo umas, engolindo outras. O

Fundo de Estabilização Fiscal tem um papel importante para o governo na produção do ajuste fiscal. Tanto serve para subtrair recursos dos estados e municípios, quanto para desvincular recursos que constitucionalmente ou legalmente têm destinação dirigida, como no caso dos 18% dos impostos que a Constituição reserva para a educação, as contribuições sociais etc. De cada imposto ou contribuição social 20% são alocados para o FEF. Por aprovação de destaque de minha autoria, foi subtraída do FEF a parcela de recursos que se originava da Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Previdência Social. Esse destaque atende à Reforma da Previdência, que proíbe a utilização dessa verba para outros fins que não dizem respeito ao pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Com essa medida, a Previdência recuperou R\$ 9,8 bilhões, que se não ampliam o montante alocado no INSS, garantem a gestão integral desses recursos para a Previ-

dência. Outra consequência é a diminuição do FEF, que cai de R\$ 30 bilhões para R\$ 21,1 bilhões, afetando a capacidade de manipulação das receitas promovida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Uma outra irregularidade é praticada com os recursos das receitas próprias dos diversos órgãos. Muitas autarquias, fundações, fundos e as novas Agências reguladoras (telecomunicações, energia elétrica e petróleo) possuem previsão legal para realizar receitas, por meio da aplicação de taxas de serviços, de fiscalização, retorno de aplicações ou mesmo rendimentos financeiros de seus recursos

próprios. Para ampliar o controle das despesas e possibilitar o aumento do superávit, o governo se utilizou do seguinte artifício: faz previsão sub-avaliada do ingresso desses recursos, justamente porque não há impedimentos para que a receita supere as expectativas, embora exista a proibição para que as despesas ultrapassem os limites da lei.

Além desse desvio, que gera superávit a ser destinado exclusivamente ao Fundo de Amortização da Dívida Pública, FHC ainda não se contenta: aloca recursos de juros e multas cobrados pela Receita Federal, inclusive relativos a contribuições sociais, e das taxas de fiscalização, diretamente para a amortização e pagamento de juros e encargos da dívida.

O Congresso apenas fez correções em algumas situações. Foi o caso do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) que faz jus a 5% das multas para utilização em campanhas educacionais para prevenção de acidentes de trânsito.

Outra irregularidade presente no projeto foi o uso de recursos do salário-educação para merenda escolar. A Constituição prevê que a merenda escolar deve ser custeada com recursos da seguridade social. O salário-educação e os recursos dos 18% da educação devem ser aplicados na manutenção do ensino fundamental e não podem ser utilizados mesmo em atividades correlatas, como merenda e transporte. No entanto, R\$ 12 milhões de recursos do salário-educação estão incluídos dentro dos R\$ 903 milhões que compõem as despesas com merenda. A correção desse desvio aumentaria as disponibilidades do setor.

**O caso do Imposto "Verde"**

No Orçamento Fiscal, um dos grandes cortes promovidos pelo governo em busca do ajuste atingiu o setor de



transportes. Para ampliar esses valores, o Congresso poderia introduzir mais um imposto ou diminuir a previsão de superávit acordada com o FMI. A opção preferida pelos parlamentares do PMDB foi a primeira. Tramita no Congresso há vários anos a proposta de um imposto sobre combustíveis. A lei orçamentária transformou previsão em realidade e incorporou R\$ 2,1 bilhões de receitas relativas a esse tributo. Diga-se, de passagem, que inexistem sequer cálculos precisos capazes de justificar esse valor. Dispor sobre a utilização de recursos para os quais não há previsão legal não é novidade. Também constam da lei orçamentária despesas com saúde e previdência que serão cobertos com os R\$ 15,9 bilhões a serem arrecadados com a nova CPMF, de 0,38%.

Para o governo, a situação é bastante cômoda. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, que determina os parâmetros de elaboração da Lei orçamentária Anual, permite a inclusão de despesas baseadas em novos tributos, mas é taxativa ao determinar que o governo, 30 dias após a publicação da lei orçamentária, deva cancelar todas as despesas que ainda estão sem financiamento definido, ou seja cujos tributos não foram aprovados ou o foram em parte. Assim, a partir da ameaça de cancelamentos, o governo tem um importante

argumento para que o Congresso sempre aprove os tributos pendentes.

Naturalmente, o Imposto sobre Combustíveis é uma ficção. A introdução de novos tributos depende de emenda constitucional. Mas, para que a arrecadação desse imposto vigore imediatamente, é preciso quebrar também o princípio da anualidade, para muitos uma "cláusula pétrea", impossível portanto de ser alterada. No caso da CPMF, também há necessidade de alteração constitucional, mas para as contribuições sociais a anterioridade se restringe a 90 dias.

Nos termos do acordo com o FMI e da Lei orçamentária para 1999, a situação é mais dramática. O acordo exige que as receitas superem as despesas não financeiras em R\$ 16,3 bilhões. Assim, cada real não arrecadado impõe corte de mesmo tamanho.

A inclusão de receitas de difícil realização mascara o orçamento. Faz previsão de despesas que serão obrigatoriamente canceladas, escondendo as conseqüências do ajuste. Mantidas as condições atuais a não aprovação do chamado Imposto Verde levará o governo a promover cortes de R\$ 2,1 bilhões nas despesas.

O cancelamento das despesas vinculadas ao Imposto Verde afetará também a regionalização dos investimentos, já que sua programação não é

linearmente distribuída. Enquanto para Minas Gerais esse corte totaliza 20% dos investimentos previstos, para São Paulo, significa 12,6% e, para o Rio de Janeiro, apenas 4,7%.

### **Superávit financeiro: FMI exige sacrifícios adicionais para a sociedade**

Pela primeira vez, a lei orçamentária vai trazer em seu texto a obrigatoriedade de obtenção de superávit primário, de R\$16,3 bilhões. Aliás, mais grave ainda, não existe metodologia definida em lei para esse cálculo, o governo terá total liberdade para alcançar esse valor.

Para muitos parlamentares, a determinação de superávit na Lei orçamentária é uma flagrante inconstitucionalidade. Por determinação da Carta Magna, a Lei orçamentária não poder conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, as únicas exceções previstas são autorização para abertura de crédito suplementar e contratação de operação de crédito por antecipação da receita. Naturalmente, a determinação de superávit não se enquadra nas previsões da Constituição.

A redação do artigo foi tão minuciosa que permite ao governo acordar com o FMI superávites ainda maiores, como foi feito no dia 4 de fevereiro, e ainda assim

## **Um vale-tudo para desviar recursos**

*O caso da Anatel é emblemático, porque apresenta as duas irregularidades: a sub-avaliação de receita e o desvio dos recursos para pagamentos da dívida.*

*Os recursos próprios da Anatel advêm das taxas de fiscalização, que podem ser facilmente calculadas, pois cada empresa ou usuário de telecomunicações paga de acordo com sua capacidade instalada com permissão governamental de uso. A Anatel avalia em R\$ 420 milhões a receita das taxas de fiscalização para 1999. No entanto, a lei orçamentária prevê apenas R\$ 350 milhões. E, desses, R\$ 180 milhões serão utilizados pela Agência e R\$ 170 milhões desviados para amortização da dívida. Ora, esse desvio subtrai capacidade de fiscalização, facilitando a vida das empresas privadas do*

*setor, e ainda permite que as empresas, administrativa e judicialmente, argumentem a impropriedade da cobrança, já que os recursos não são utilizados dentro das suas finalidades, deixando de ser "taxa de fiscalização" para ser "imposto".*

*Para citar outro exemplo, basta ver o caso do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos (direitos sociais indivisíveis como direitos do consumidor, minorias, questões raciais, infância e juventude etc.). Esse fundo arrecada aproximadamente R\$ 1,4 milhão a cada ano. Mas apenas estão previstos R\$ 60 mil para as despesas desse fundo. Assim, prejudicando todas as atividades-fim do fundo, 95% dos seus recursos estarão impossibilitados de ser aplicados, com clara intenção de promover superávit, que vai para o Fundo de Amortização da Dívida.*



Quadro 2

**ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PARA 1999**

Parlamentares atendem demandas e ampliam recursos de projetos da área social  
(em R\$ milhões)

Projeto	PL	Aprovado	Diferença	%
<b>ASSISTÊNCIA</b>				
ações de geração de renda no enfrentamento a pobreza	0,0	12,0	12,0	100%
ações sociais comunitárias no enfrentamento a pobreza	0,0	23,0	23,0	100%
assistência integral a criança e ao adolescente no enfrentamento a pobreza	22,8	30,7	7,9	26%
desenvolvimento de ações sociais e comunitárias	0,0	12,9	12,9	100%
participação da união em programas de garantia de renda mínima	54,0	100,1	46,1	46%
<b>EDUCAÇÃO</b>				
assistência financeira a entidades universitárias não federais	0,0	7,4	7,4	100%
combate ao analfabetismo e universalização do ensino fundamental	35,8	37,1	1,3	3%
construção e recuperação das instalações das instituições federais de ensino	9,0	83,9	74,9	89%
coordenação, supervisão e desenv. do ensino médio e tecnológico	3,8	10,0	6,2	63%
coordenação, supervisão e desenvolvimento do ensino superior	20,7	27,5	6,8	25%
desenvolvimento da educação pré-escolar	17,9	20,4	2,5	12%
expansão e melhoria do ensino técnico	7,0	9,6	2,6	27%
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS</b>				
construção e equipamento de instalações desportivas	8,1	91,7	83,6	91%
mobilização da sociedade pela ação desportiva comunitária	21,2	41,8	20,6	49%
<b>SAÚDE E SANEAMENTO</b>				
aquisição de unidades equipadas para atendimento móvel	0,0	16,0	16,0	100%
assistência financeira a entidades do setor saúde	0,0	45,1	45,1	100%
controle de doenças de chagas	37,3	39,2	1,9	5%
drenagem em áreas endêmicas de malária	5,6	8,7	3,1	36%
educação em saúde e mobilização comunitária	10,0	11,0	0,9	9%
infra-estrutura de saneamento básico	77,0	203,6	126,6	62%
infra-estrutura do sus	361,9	511,8	149,9	29%
manutenção de contratos de gestão	182,1	200,3	18,1	9%
manutenção de hospital de ensino/sus	99,3	105,3	5,9	6%
manutenção e operacionalização do sus	9.952,9	10.300,4	347,5	3%
melhorias sanitárias	27,8	36,9	9,1	25%
sistemas de abastecimento de água	74,0	107,0	33,0	31%
sistemas de esgotamento sanitário	52,4	67,8	15,4	23%

terá prévia autorização para produzir todos os cortes adicionais.

A situação é dramática. Parte das receitas previstas na lei orçamentária não vão se viabilizar. Mas FHC terá autorização legal para realizar os cortes necessários para alcançar o superávit mínimo. Diante de uma lei onde as receitas são mera previsão e as despesas não são obrigatórias, mas apenas indicativas, o superávit de R\$ 16,3 bilhões é o único número do qual o governo não pode se afastar, muito menos para reduzi-lo. O tamanho do sacrifício necessário sequer pode ser mensurado.

Quando a lei orçamentária apresenta em seus quadros demonstrativos que as receitas superam as despesas em R\$ 16,3 bilhões, ela parte de algumas premissas. O problema é que algumas já estão superadas.

Vários itens de receita não serão cumpridos. O governo calculou que a

CPMF seria cobrada a partir de fevereiro, mas a realidade aponta que não será antes de junho. Perde-se, assim, a metade da previsão. A medida compensatória idealizada pelo governo, já em vigor (aumento do IOF e da CSLL e antecipação das receitas de concessões), não substitui integralmente, deixando uma diferença de R\$ 1,4 bilhão. Outros R\$ 2,1 bilhões definham juntos com o Imposto "Verde". Maior ainda será a frustração da conta petróleo. Por essa conta, a Petrobrás devolve ao Tesouro parcela de seus ganhos que advém da queda do preço internacional do petróleo, por exemplo. O governo idealizou em R\$ 5 bilhões o tamanho desse repasse. A desvalorização cambial e o aumento relativo do custo do petróleo alteraram profundamente essa relação. E a manutenção da integralidade do repasse exigiria que todos os derivados do petróleo subissem para compensar a queda do

real frente ao dólar. Solução que ampliaria a espiral inflacionária. Assim, para manter os preços será preciso contabilizar mais esse rombo. Também haverá queda nas receitas provenientes das contribuições aplicadas aos servidores ativos e inativos; calcula-se que elas serão R\$ 1,2 bilhão menor. Para piorar mais ainda as contas, também as receitas de concessões já estão deficitárias. O governo planeja arrecadar mais de R\$ 8 bilhões em concessões e permissões. Mas, logo em janeiro, uma quebra. Os leilões para as "empresas-espelho" das telecomunicações resultaram em deságio de 85%, dos quase R\$ 900 milhões projetados para as concorrentes de longa distância e Telenorte-leste apenas arrecadaram pouco mais de R\$ 150 milhões, arrecadando quase R\$ 750 milhões a menos. Vê-se que uma significativa parcela das receitas não se efetivará.

Outro desajuste vem por parte da previsão de despesas. Quando o Congresso aprovou o aumento da COFINS, determinou que o aumento do tributo fosse compensado na CSLL. FHC quis diferente: para o governo esse aumento seria abatido no IRPJ. Caso fosse vitorioso, a arrecadação do IR seria menor, diminuindo as transferências para estados e municípios. Ou seja, FHC queria que as empresas compensassem o aumento no cofre alheio. Perdeu. A Secretaria do Tesouro calcula que despesas com as Transferências Constitucionais serão R\$ 1,46 bilhão maiores do que está previsto na lei.

Percebe-se, portanto, que os R\$ 16,3 bilhões tais como previstos são fictícios. Logo, FHC terá que promover profundos cortes para alcançá-los. Inimagináveis a dimensão e os efeitos de novos cortes num orçamento já tão depauperado.

**Enfim, o orçamento real: a garantia do superávit exige novos e profundos ajustes**

O superávit cumpre o papel de limitar



Quadro 3

### OGU 1999 – VERBAS PARA MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS

Diminuição das diferenças per capita permite melhores condições de cidadania nos estados mais pobres.

Reg	UF	Valor (R\$ milhões)		População (mil)	Média per capita (R\$)	
		Proposta	Final		Antes	Depois
CO	DF	94,3	94,3	1.639,0	57,54	57,54
CO	GO	205,8	215,3	4.098,5	50,21	52,53
CO	MS	89,6	92,9	1.818,2	49,30	51,07
CO	MT	104,4	108,0	2.107,7	49,55	51,22
CO	TOTAL	494,2	510,4	9.663,4	51,14	52,82
NE	AL	109,1	119,9	2.548,1	42,82	47,05
NE	BA	427,9	523,0	12.014,0	35,62	43,54
NE	CE	310,2	324,7	6.433,7	48,22	50,46
NE	MA	208,9	233,8	4.990,7	41,86	46,85
NE	PB	141,1	152,6	3.229,2	43,69	47,27
NE	PE	358,5	364,0	7.187,4	49,89	50,64
NE	PI	115,4	124,1	2.610,5	44,19	47,54
NE	RN	112,2	119,7	2.448,3	45,84	48,91
NE	SE	62,4	71,4	1.515,1	41,15	47,10
NE	TOTAL	1.845,7	2.033,3	42.977,0	42,95	47,31
NO	AC	14,0	18,9	428,0	32,78	44,11
NO	AM	70,1	93,7	2.165,9	32,39	43,26
NO	AP	9,4	13,9	299,3	31,25	46,60
NO	PA	158,2	214,3	5.328,1	29,70	40,21
NO	RO	46,0	53,4	1.190,7	38,62	44,83
NO	RR	8,7	10,4	228,7	37,92	45,61
NO	TO	39,8	45,8	946,6	41,99	48,39
NO	TOTAL	346,2	450,4	10.587,4	32,70	42,54
SD	ES	111,5	125,2	2.649,7	42,06	47,23
SD	MG	881,5	881,5	15.941,9	55,30	55,30
SD	RJ	727,2	727,2	12.916,7	56,30	56,30
SD	SP	2.091,9	2.091,9	32.126,1	65,12	65,12
SD	TOTAL	3.812,1	3.825,8	63.634,4	59,91	60,12
SL	PR	526,9	526,9	8.511,3	61,91	61,91
SL	RS	532,4	532,4	9.249,2	57,56	57,56
SL	SC	237,0	240,2	4.614,3	51,35	52,06
SL	TOTAL	1.296,2	1.299,5	22.374,7	57,93	58,08
TOTAL		7.794,4	8.119,4	149.237,0	52,23	54,41

o crescimento da dívida frente ao PIB, que o governo queria ver estabilizada em 46% da produção brasileira. Por isso, é preciso que uma crescente parcela dos recursos fiscais sejam utilizados para pagamentos cada vez maiores de encargos, juros e amortizações da dívida.

Depois da desvalorização, o FMI tem exigido do país uma política de juros astronômicos, o que resultará necessariamente num descontrole da dívida pública.

A obtenção do superávit tornou-se a questão fundamental da execução orçamentária. Todos os recursos que foram ampliados na saúde, educação etc. ficam submetidos a esse objetivo. Lamentavelmente, o Congresso cedeu ao Executivo todos os poderes para fazer os cortes nas programações de despesas até atingir o seu objetivo.

Mesmo antes da maxidesvalorização

do real, atingir a meta de R\$ 16,3 bilhões já exigiria cortar despesas no tamanho de cada receita que se frustra. O que já era uma missão bastante difícil, tornou-se impraticável.

A realidade que se criou após a desvalorização cambial alterou todas as contas. O orçamento para 1999 prevê R\$ 17,7 bilhões em despesas com encargos e amortização da dívida externa da União. Se a desvalorização ficar em 50%, pode-se calcular um aumento correspondente nessas despesas. A parcela da dívida interna que está atrelada ao dólar está calculada em R\$ 67 bilhões para valores de dezembro de 1998. A mesma desvalorização demandará uma conta extra de R\$ 34 bilhões.


Manter a política de altos juros por alguns meses é instrumento do governo para conter a inflação e ainda pagar caro pelos dólares dos especuladores. Os encargos do restante da dívida interna, calculada em R\$ 270 bilhões, sofrem a majoração proporcional à alta dos juros, hoje

em 39%. A conta sairá muito mais cara.

A solução dada pelo acordo preliminar, acertado dia 4 de fevereiro, estabelece um novo arrocho fiscal. E, nem assim, será suficiente para o acerto das contas. FHC e o FMI falam agora em aumentar o superávit do setor público de 2,3% do PIB para 3,5% do PIB. A parcela do ajuste que cabe ao orçamento da União sobe de R\$ 16,3 bilhões para quase R\$ 25 bilhões. Apesar de ser um enorme sacrifício e implicar em destruição completa das ações sociais do governo e em redução do limite dos investimentos públicos, pouco significará frente ao aumento das despesas com juros e encargos da dívida. Medidas adicionais relativas à política monetária serão necessárias. Esperam-se juros cada vez maiores e aumento drástico da recessão.

Alguns comentaristas econômicos têm afirmado que a inflação prevista para este ano contribuirá para o governo alcançar as suas metas, aumentando as receitas, indexadas, e diminuindo o valor real das despesas. Na prática é dar um calote nos salários e fornecedores, para salvar os compromissos com o mercado financeiro. É preciso ainda acrescentar as previsões sombrias para o desempenho da economia brasileira. A diminuição do PIB afetará negativamente todas as receitas públicas e privadas. Mais desemprego, menores salários, diminutas oportunidades se somarão aos brutais cortes nas despesas sociais desse governo. Tudo para que o governo possa oferecer garantias aos investidores.

Os governistas e seus aliados atacam todas as propostas que se identificam com o rompimento dos contratos da dívida. Moratórias, nem pensar. Nenhum desses acordos pode ser quebrado ou arranhado. É bem verdade que o presidente FHC, o candidato que iria vencer o desemprego, precisou escolher entre quebrar os acordos com os seus financiadores ou simplesmente esquecer as suas promessas de campanha, levando o país à maior recessão e ao maior desemprego da história recente. Enganam-se todos os que duvidavam da opção desse governo.

Nem todas as implicações do novo acordo com o FMI sobre o orçamento puderam ser analisadas, mas tornam-se suficientes para demonstrar a importância do tema. O Estado brasileiro foi integralmente colocado à disposição do capital financeiro e o orçamento é um dos instrumentos dessa ação. 

Sérgio Miranda é Deputado Federal pelo PCdoB/MG. Colaboraram Flávio Tonelli e Luciana Barreto (RP 2758/13/35/DF). Para obter maiores detalhes sobre dados constantes nesse artigo ou sobre Orçamento da União, entrar em contato com o Gabinete: [smiranda@solar.com.br](mailto:smiranda@solar.com.br) ou [tonellivaz@uol.com.br](mailto:tonellivaz@uol.com.br)



# Reformas políticas: a tentação conservadora

ALDO REBELO

*Propostas como as de cláusula de barreira e o voto distrital revelam que a convivência entre democracia formal e globalização neoliberal é incompatível*

“Qual é a situação do Brasil? Não há mais nada de generoso, de nacional ou de grande; nada em favor da glória, da liberdade, da prosperidade. O entusiasmo extinguiu-se. O torpor do egoísmo invade lentamente, como um veneno, desde o coração às extremidades, e enlanguesce as carnes mórbidas de uma sociedade que apodrece e se dissolve...”

(Sales Torres Homem, 1849, em *O libelo do povo*)

Sob o título “Reforma Partidária (Liberdade do dinheiro x Liberdade do eleitor)”, escrevi um artigo para a revista *Princípios*, em seu número 26, de 1992, quando as labaredas da crise que envolveu o governo Collor já consumiam as cortinas do Palácio do Planalto. Na época, assim como hoje, a tese de que sem reformas políticas o país estaria perdido repicava nos

editoriais e nos discursos das correntes conservadoras.

O tema de tais reformas (eleitoral e partidária) voltou revigorado ao debate nacional, com a divulgação, em dezembro último, do *Relatório Final* do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator da comissão do Senado encarregada de reunir propostas e sugestões sobre o assunto, considerado

de alta relevância pelo Presidente da República e pela cúpula do Poder Legislativo nacional.

Entre os projetos de lei sugeridos e as propostas de emenda à Constituição apresentadas, duas definem o caráter e os objetivos da pretensa reforma: a cláusula de desempenho, também chamada de cláusula de barreira, e o voto distrital. Aí passamos a discutir a partir de interesses reais, concretos, e não de abstrações que colocam a exigência de tais mudanças na conta secreta do chamado fortalecimento dos partidos e da ampliação da governabilidade, sem definir partidos para quem e governabilidade para o quê.

A verdade é que torna-se cada vez mais incompatível a convivência entre a democracia formal e a globalização neoliberal. Enquanto a primeira oferece mecanismos de defesa contra a ditadura do mercado, a segunda necessita de métodos sempre ditatoriais e im-



positivos para promover os ajustes à custa do prejuízo de interesses sociais cada vez mais amplos.

Assim, é quase impossível destruir direitos históricos dos assalariados, transferir patrimônio público para monopólios privados ou sacrificar empresas nacionais no altar de juros insuportáveis, se as vítimas dessa política possuírem os instrumentos defensivos apropriados para a defesa de seus direitos democráticos constitucionais e legais.

A conspiração neoliberal para liquidar as conquistas democráticas não surge de alguma deformação desse pensamento conservador. Ao contrário, nasce de sua própria natureza elitista e excludente ao localizar seu campo de representação entre banqueiros gananciosos, especuladores internacionais e nos que sobrevivem do repasto de suas migalhas.

A imposição da ideologia e da cultura do grande capital, o controle da mídia e a limitação de direitos tais como a liberdade sindical e partidária fazem parte do arsenal conservador para quebrar a resistência dos povos e dos setores democráticos da sociedade.

### **Democracia sem povo**

Quando se propõem a reformar a legislação eleitoral e partidária, o governo e as correntes dominantes o fazem em nome desses interesses, embora reproduzam o hábito secular das elites nacionais de tentar impor ao país uma democracia sem povo e um sistema partidário restrito aos partidos das oligarquias ligadas ao capital, principalmente estrangeiro.

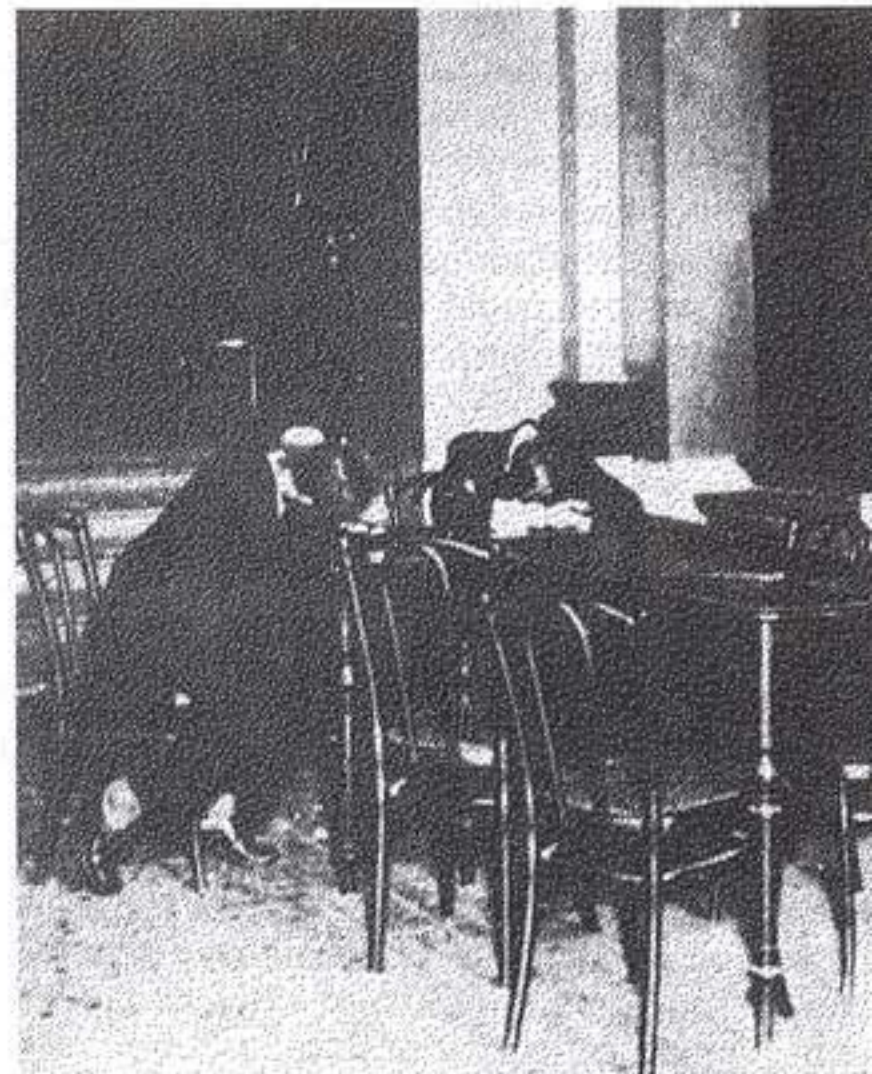
A cláusula de barreira pretende estabelecer a exclusão da representação dos partidos que não alcançarem o quociente mínimo de 5% dos votos válidos. Argumentam que só assim

surgiriam partidos verdadeiros, sólidos, programáticos, etc. O cinismo é tanto, que estes mesmos defensores da chamada democracia de mercado julgariam um atentado, ou mesmo loucura, a simples hipótese de exclusão do sistema capitalista de uma empresa que não alcançasse o mínimo de 5% do mercado ao qual destinasse os seus produtos.

Pelo mecanismo pretendido, caso viesse a ser adotado com efeitos retroativos, deixariam de existir o PT, o PDT e o PSB por não terem alcançado os 5% dos votos válidos na primeira eleição de que participaram. A própria ditadura foi obrigada a flexibilizar a exigência da legislação ditatorial para não se expor ao ridículo de promover eleições com a presença apenas da ARENA.

O voto distrital, em sua forma pura, ou misto, já aplicado em alguns países, contribuiu para extinguir as minorias da representação parlamentar. Na Inglaterra e no Chile, por exemplo, partidos que chegam a ultrapassar 20% dos votos nas eleições de alguns distritos ficam sem representação por força do casuísmo do sistema eleitoral.

A Lei dos Círculos, discutida no parlamento do Império em 1855, suscitou o mesmo debate. A oposição no Senado acusou: “os deputados e senadores não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitas por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia,



Um flagrante da mesa eleitoral na prefeitura carioca, no pleito de 30 de janeiro de 1915, em que os juizes, segundo a revista *Careta* “puderam dormir por terem trazido o trabalho pronto de casa”

protegidos de alguma influência local, serão os escolhidos”.

A lei foi aprovada e as províncias do Império divididas em tantos distritos eleitorais quantos fossem os seus deputados à Assembléia Geral. A divisão foi feita pelo governo, ouvidos os presidentes das províncias. A oposição denunciara o que de fato veio a ocorrer: eleições manipuladas, distritos viciados, favorecimento dos poderosos do dia.

Hoje seria diferente, poderiam sustentar os defensores de plantão do

---

*A conspiração neoliberal para liquidar as conquistas democráticas nasce da natureza elitista e excludente desse pensamento conservador*

---



voto distrital. Mas quem pode desconhecer a advertência de Tavares Bastos sobre os riscos da representação das minorias quando defendeu a reforma eleitoral e parlamentar para ampliar a representação do pensamento contestador da época do Império, e que hoje continuam tão atuais?

“Esbulhar do direito de representação a outra ou outras secções da nação que dissentem da maioria real ou oficial, é o propósito de todas as tiranias: calar as oposições, subjugar-las, exterminá-las ou lançá-las na via fatal das conspirações, nisso consiste a habilidade dos despotismos perversos ou temerários”. Eis a advertência do tribuno alagoano contra as limitações da legislação eleitoral da Monarquia.

#### A “ficção” segundo Ouro Preto

A pressão da máquina administrativa, do poder econômico, da mídia encabrestada e, mais recen-

*Os conservadores  
desejam encerrar a  
experiência de  
liberdade  
partidária iniciada  
em 1985, e só  
permitir a  
participação  
política das classes  
conservadoras e de  
seus partidos*

temente, dos institutos de pesquisa, tornarão as eleições por distritos um arremedo de democracia a ser questionado como foram seus similares no passado, e não em instrumento de governabilidade ou afirmação partidária.


A Monarquia chegou ao fim e entre as causas de sua debacle o próprio Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete imperial, apontou o artificialismo partidário. “Ficção”, qualificou Ouro Preto ao apontar o sistema partidário existente.

A República recém proclamada prometeu nos seus primeiros anos voz e vez aos que andaram debaixo do sistema político imperial. Ilusão! A oligarquia paulista varreu da cena política os jacobinos, os florianistas, e assentou o sistema partidário imperial nos fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais e nos seus respectivos partidos. Até a Revolução de 30, quando os remanescentes do republicanismo positivista apoiados em novos atores golpearam a oligarquia rural para com ela repactuar em seguida um esquema de dominação.

O sistema partidário e eleitoral foi montado a partir de 1945 com base em dois partidos, UDN e PSD, ficando o PTB como a reserva para a insatisfação de oligarquias dissidentes e do proletariado, já que o Partido Comunista fora proscrito em 1947, com menos de dois anos de atividade legal.

A “nova experiência” de democracia com base em grandes partidos das classes dominantes sobreviveu até 1964. Um golpe militar sufocou legendas, liberdades, e nada criou de novo. Dois novos partidos surgiram: a ARENA, oficial, da ditadura, cujo presidente Francelino Pereira chegou a julgá-lo o maior do Ocidente, e o outro, o MDB, criado para contracenar

a farsa ditatorial, mas que conseguiu agrupar, pouco a pouco, a maioria das correntes oposicionistas, tornando-se o elemento decisivo para por fim ao ciclo de dominação militar.

É estarrecedor constatar que os círculos conservadores desejam encerrar a primeira e mais duradoura experiência de liberdade partidária iniciada em 1985, sem propor novidade a não ser retomar o sistema viciado e derrotado de uma democracia limitada à participação política das classes conservadoras e de suas legendas. Com a diferença de que antes promoviam o aborto da democracia em nome de seus interesses mesquinhos e agora o fazem como sócios menores da recolonização do país pelo capital financeiro internacional. 

Aldo Rebelo é jornalista e deputado federal pelo PCdoB-SP.

#### Bibliografia:

- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília, Editora da UnB, 1981.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*, II, *O Brasil monárquico*, tomo 3, capítulo I. São Paulo – Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- MACHADO, Sérgio. *Reforma política partidária – Relatório Final*. Brasília, Senado Federal, 1998.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- TAVARES BASTOS, A.C. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo-Rio-Recife-Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1939.



# A grande contra-reforma

HAROLDO LIMA

*A cláusula de  
barreira, o voto  
distrital misto e a  
proibição das  
coligações  
proporcionais  
representam, hoje,  
um golpe decisivo das  
elites reacionárias  
contra a democracia*





A Constituição de 1988 foi o momento mais significativo do avanço democrático no Brasil desde o golpe militar de 1964. Sentimentos libertários, demoradamente contidos, e uma visão ativa das potencialidades nacionais – longamente encoberta por ensaiado chauvinismo de grande potência – desaguaram na constituinte de 1987, que trabalhou sob os olhares atentos da Nação mobilizada.

Resultou que a Constituição de 1988, intitulada de “cidadã” por Ulysses Guimarães, expressou as linhas gerais de um projeto nacional, incompleto e imperfeito, mas que poderia ser desenvolvido e aperfeiçoado se forças nacionais e democráticas tivessem hegemonizado o processo seguinte. Este, porém, passou a ser determinado no Brasil pelo neoliberalismo emergente, que dissolveu os sentimentos nacionais na onda “globalizante”, vale dizer, internacionalizante, desnacionalizante. De cambulhada, direitos sociais e preceitos democráticos passaram a ser negados. O conservadorismo logo procurou reinterpretar o alcance da “revisão” constitucional de 1993, prevista para adaptar o texto da Constituição ao resultado do plebiscito recém efetuado sobre sistema de governo. Defendeu “revisão” ampla e irrestrita, em tentativa de golpe-de-mão sobre a Constituição. Derrotado, desencadeou a panacéia reformista que veio com Fernando Collor e sobretudo Fernando Henrique. A Constituição de 1988 foi considerada o empecilho básico à entrada do Brasil na era global. Reformá-la, era uma imposição do progresso.

Com a sustentação ideológica da mídia, o conservadorismo transmutou-se em modernidade e apresentou-se

como reformista, subvertendo todo o glossário reconhecido, chamando de progresso a submissão e, de atraso, o sentimento progressista. Uma verdadeira contra-reforma foi desencadeada com o discurso enganador das “reformas”. Desfigurados foram os capítulos fundamentais da Constituição de 1988. Da ordem econômica, quase não sobrou nada. Administração pública, previdência, pacto federativo, direitos sociais, tudo passou pelo crivo neoliberal e as “reformas” foram sendo aprovadas no Congresso, sob o tacão do governo central, sob a pressão do rolo compressor, sob a ‘persuasão’ do suborno. O ápice dessas mudanças reacionárias foi a esbórnica da reeleição, o triste episódio onde votos de deputados foram comprados para que Fernando Henrique pudesse se reeleger.

Desde o início do primeiro governo de Fernando Henrique duas “reformas” eram tidas como fundamentais: a política e a tributária. A

---

*A comissão do*

---

*Senado trabalhou*

---

*no modelo do*

---

*pensamento único*

---

primeira trataria da questão de como organizar o poder, concentrá-lo e elitizá-lo, por exemplo. A segunda definiria o problema de “quem paga quanto, a quem, para gastar em quê”.

Precisamente porque essas duas “reformas” são de fato centrais, relacionadas com a forma de se compor o poder político e de se gerir a economia estatal, a sua execução foi dificultada, dando lugar a outras “reformas” mais fáceis de tramitar, notadamente uma, considerada urgente e decisiva, a da “reeleição”. A “grande reforma política” em oito pontos, sugerida por José Serra em setembro de 1992, não andou e foi há pouco, em 1997, reapresentada. A comissão especial criada pela Câmara para examinar a “reforma tributária” desde o início da anterior legislatura, depois de quatro anos, não conseguiu chegar a termo.

Mas, se particularmente a “reforma política” não foi tratada harmoniosamente, em um todo coerente de propostas, batalhas parlamentares importantes foram consecutivamente travadas, como a que redundou na Lei 9.096/95, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, onde esforço tenaz foi desenvolvido pelas forças democráticas, com sucesso relativo, para impedir o prevalecimento de dispositivos cerceadores.

Enquanto questões candentes – “reformas” previdenciária, administrativa, ajuste fiscal e outras – ocupavam os trabalhos congressuais, eis que o Senado toma uma iniciativa insólita: cria, em abril de 1995, uma Comissão Temporária Interna com o objetivo de elaborar uma proposta completa de “reforma político-partidária”.

O Senado é, segundo a Constituição, composto de “representantes dos Estados e do Distrito Federal”, enquanto “a Câmara dos Deputados



compõe-se de representantes do povo...” (Arts. 46 e 45). A iniciativa de legislar sobre problemas da organização da sociedade – tal como a forma do povo votar ou de se organizar em partido político – naturalmente caberia à Câmara, como de resto sempre aconteceu, pelo menos na história do legislativo das últimas décadas. A iniciativa do Senado foi estranha, já por parecer uma usurpação inesperada e por ensejar a idéia de uma reprovação descabida à Câmara, até mesmo porque esta, bem antes, já tivera também sua comissão especial sobre o assunto. Tudo indica que a iniciativa senatorial buscou um ambiente de trabalho menos tenso, onde os problemas poderiam ser “resolvidos” de forma mais expedita: de fato, enquanto a comissão dos deputados enfrentou o fogo cruzado que decorria das contradições em análise, a comissão dos senadores parece ter se abrigado desses contraditórios pungentes. Seu trabalho encerrou-se em novembro de 1998, formulando oito Propostas de Emenda à Constituição e três Projetos de Lei, essencialmente discricionários e altamente polêmicos, tudo por unanimidade... O relatório informa, em sua apresentação, ter a comissão tomado “depoimentos de personalidades ligadas ao tema”, para “realizar um amplo debate” (sic). Coincidentemente, todas as personalidades enumeradas, de resto, apenas oito, estavam a favor das posições defendidas pela comissão. O Relatório Final do senador Sérgio Machado, relator da comissão, é assinado por todos os membros da mesma, inclusive os dois representantes do PT. A comissão trabalhou no modelo do pensamento único...

Característico do Relatório Final da Comissão Temporária Interna do Senado é sua proposta de reduzir o número de partidos políticos no Brasil

a uns 5 ou 6, condenando ao desaparecimento os 25 ou 24 restantes. Isto seria conseguindo através da introdução da cláusula de barreira, segundo o modelo alemão, de “5% dos votos apurados”, em “cada eleição para a Câmara dos Deputados”, “distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com o mínimo de 2% do total de cada um deles”. Prevaleceria também o sistema distrital misto alemão, com “dois votos desvinculados, um para o candidato de seu distrito eleitoral e outro para o partido de sua preferência”, “vedando a coligação partidária nas eleições legislativas”. O Senador Fogaça, citado no Relatório, declara que, “no Brasil, são 5 ou 6 as correntes

### *Não tivesse sido suspensa a cláusula de barreira de 5% na eleição de 1982, o PDT, o PTB e o PT não teriam funcionamento parlamentar desde então*

(políticas) que vão sobreviver a um sistema distrital misto”, sem contar o estrago que a cláusula de barreira faria.

A Comissão Temporária Interna do Senado encaminhou-se, talvez por insuficiência de contraditório, para a idéia de propor a barreira dos 5% dos votos apurados, distribuídos da maneira especial prevista, não só para o “funcionamento parlamentar”, como já estava na Lei 9.096/95, mas como critério para o “acesso às verbas do fundo partidário e aos programas eleitorais gratuitos no rádio e televisão”. Foi além. Como, na demorada negociação havida na Câmara quando da aprovação da Lei 9.096/95, a cláusula de barreira dos 5% só prevaleceria a partir de 2.006, a

Comissão decidiu propor a antecipação dos efeitos dessa cláusula para a partir de 2.002. Seria uma espécie de “barreira já”!

O Relatório faz ainda algumas digressões sobre a liberdade partidária constante da Constituição brasileira atual. Registra a “liberalidade para se criar partido” existente no Brasil, mas tranqüiliza a todos anunciando: “optamos pela manutenção da liberdade de criação de partidos...”. E é aí que decide dar um choque indireto, e praticamente mortal nos pequenos partidos, através do que chama de “atuação indireta”: permissão para “funcionamento parlamentar”, “acesso às verbas do fundo partidário e aos programas

eleitorais gratuitos de rádio e televisão **somente** aos partidos que...” conseguirem passar pela cláusula de barreira! Os partidos pequenos ficariam oscilando entre esses dois parâmetros, a liberdade de ser criado e a impossibilidade de poder existir.

A cláusula de barreira é dispositivo extraído da legislação alemã, assim como o sistema distrital misto. Não aparece, no Relatório examinado, sequer um esforço de aplicação criadora desses dispositivos teutônicos à realidade brasileira tão diferente da alemã. Os autores do Relatório, a despeito da obsessão germânica de que estão possuídos, cuidaram de não fazer a mínima alusão à matriz alemã onde se pautaram. E até o nome da cláusula



de barreira mudaram. Apelidaram-na de “cláusula de desempenho”. Os incautos poderiam até pensar que essas idéias surgiram no Brasil...

Mas, não só a cláusula de barreira não é originária do Brasil, como sua importação não data de hoje. Subsidiou, há mais tempo, o pensamento retrógrado entre nós, nas anteriores tentativas feitas aqui de se diminuir autoritariamente o número de partidos políticos existentes. Já o regime militar, pouco depois de 1964, tomou logo a providência de liquidar os partidos existentes e criar dois. Não vingou, apesar das baionetas. O general Médici fez constar na Carta outorgada de 1967 a cláusula de barreira de 10% dos votos válidos como mínimo que um partido deveria atingir para permanecer em funcionamento. Na Constituição de 1969, esse índice foi reduzido para 5%, permanecendo assim no chamado “pacote de abril de 1977”, de responsabilidade do general Geisel. A Emenda Constitucional número 2, de junho de 1982, suspendeu sua vigência para a eleição daquele ano e a Constituição de 1988, finalmente aboliu essa cláusula de barreira, em

um conjunto na época chamado de “entulho autoritário”.

É na esteira desse pensamento cerceador da atividade partidária, em particular das minorias, que perfilam-se os autores do artigo 13 da Lei 9.096/95 (cláusula de barreira de 5% para funcionamento partidário) e os novos e radicalizados proponentes do Relatório Final da Comissão Temporária Interna do Senado para a “reforma política”. A prevalecer as barreiras que tencionam levantar à frente dos partidos brasileiros, tomando por referência as eleições passadas, só o PFL, o PSDB, o PT, o PMDB, o PPB, o PDT e o PTB estariam com seus funcionamentos assegurados. Os outros, sem funcionamento parlamentar, sem acesso gratuito a rádio e TV e sem participar do fundo partidário dificilmente teriam condições de sobreviver. Ademais, não tivesse sido suspensa a cláusula de barreira de 5% para a eleição de 1982, o PDT, o PTB e o PT não teriam funcionamento parlamentar desde então, posto que, naquelas eleições, só alcançaram 4,94%, 3,77% e 3,01% respectivamente.

Em atividade ficariam o PFL, o PSDB, o PMDB e o PPB. Da oposição talvez não tivesse sobrevivido nenhum partido. Alguém estaria satisfeito, mas a democracia estaria derrotada no Brasil. Por algum tempo.

A cláusula de barreira é uma cláusula de exclusão. O partido que não consegue ultrapassá-la é excluído da atividade política, de logo ou gradativamente. Seus eleitores perdem seus votos, de imediato ou na continuidade. Se tomarmos por referência a eleição de 1994, doze pequenos partidos, que tiveram 11,4% dos votos nominais e de legenda, aproximadamente 5 milhões de votos, seriam eliminados pela barreira. Se, no caso extremo que se discute, esses partidos não pudessem empossar seus deputados eleitos, seriam 52 vagas de deputados federais que seriam repartidas entre os partidos majoritários, precisamente contra os quais aqueles cinco milhões de eleitores votaram. Seria um confisco seguido de repasse fraudulento de vagas. Se os deputados eleitos pudessem tomar posse mas não usufruir de “funcionamento parlamentar”, ou acesso a rádio, TV e a fundo partidário, os mesmos cinco milhões de eleitores não teriam eleito parlamentares completos, mas representantes apenas tolerados, condenados a desempenho sofrível. Seria o voto do povo enfraquecido por manobra de “tapetão”.

O Relatório Final finalmente foi buscar, mais uma vez na legislação alemã, sua proposição de novo sistema eleitoral, o sistema distrital misto, ou sistema alemão. O eleitor terá dois votos, um, a ser dado no candidato do distrito, outro, na lista do partido. O coeficiente eleitoral será definido pelos votos dados nas listas,



Foto: Gábor Prates

A contra-reforma visa dificultar a vida dos pequenos partidos. Na foto, manifestação popular em São Paulo, 1997.



o que garante aos partidos uma participação proporcional ao número de votos recebidos. Mas, se tal acontece, e se o voto dado nas listas organizadas pelos partidos, em convenções e, dependendo, em votação secreta, termina por fortalecer o partido, o voto majoritário que elege um representante por distrito elitiza extraordinariamente o sistema, facilitando a eleição de candidato apoiado pela máquina estatal ou pelo poder econômico. Os “primeiros” votos, ou votos nos candidatos dos distritos, são votos majoritários, escolhem um vencedor, de um distrito que pode ser formado por um conjunto de municípios, situação que em geral os candidatos menos aquinhoados não têm condições de disputa. O sistema é tal que, em um estado, metade dos que serão eleitos, de saída, são seguramente das esferas dominantes locais. O voto proporcional, que faculta uma representação mais diversificada de eleitos, onde a minoria pode ter acesso, só disputará a metade das vagas.

Também o voto distrital, não o misto, no Brasil, tem uma história. Foi ele adotado em nosso país por 77 anos, desde o Império até a República Velha. Serviu com a maior eficiência às oligarquias do país, sendo extinto pela Revolução de 1930, que instaurou o sistema proporcional, além de Justiça Eleitoral, voto secreto, voto das mulheres, etc. Na época da ditadura militar, o general Figueiredo patrocinou a Emenda Constitucional número 22, de junho de 1982, estabelecendo que “os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional”, introduzindo no país, aí sim, pioneiramente, o sistema distrital misto alemão. Findo o regime dos militares, a Câmara o

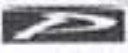
## *As forças democráticas devem partir do pressuposto de que a ameaça é, em primeiro lugar, à democracia*

revogou, como “entulho autoritário”, em maio de 1985.

A proibição das coligações proporcionais surge como mais um casuísmo daqueles que perseguem objetivos definidos, no caso, dificultar arbitrariamente a existência dos pequenos partidos. Evidentemente que havendo a possibilidade de se efetuar coligação partidária esta só ocorrerá se houver decisão política bilateral ou multilateral. É certo que nenhum partido deve ser obrigado a se coligar, como é igualmente certo que nenhum partido deve estar proibido de se coligar com outro, se isto for do interesse de ambos.

O sistema eleitoral brasileiro para eleição de parlamentares, proporcional com listas abertas, financiado até hoje por particulares, sujeito a grande influência das máquinas estatais e do poder econômico, não é benéfico a partidos minoritários de talhe ideológico. Tanto sim que um partido como o PC do B, através desse sistema, apenas tem conseguido sobreviver e crescer muito moderadamente. A crítica que o conservadorismo faz a esse sistema acentua que ele dificulta a governabilidade e que constrói maioria instável. Destaca que grande número de partidos políticos nele prolifera e os candidatos por ele eleitos não têm compromissos profundos com suas bases. Propõe o distrital misto, a cláusula de barreira, a proibição de coligações, ou seja, faz a crítica do sistema pela direita, propõe elitizá-lo mais ainda. Para os partidos minoritários, pequenos, sobretudo os

chamados ideológicos, tal proposta significa deixar o terreno onde a sobrevivência está sendo possível e um crescimento moderado – às vezes, também – e passar a uma situação onde no máximo o declínio lento é assegurado, havendo o risco da morte súbita. Seria a grande contra-reforma.

Os partidos e as forças democráticas devem partir do pressuposto de que a ameaça que se adensa no horizonte é, em primeiro lugar, à democracia. E que a defesa democrática, que se identifica com a defesa de um contexto em que os partidos políticos, independente de tamanho, podem sobreviver e crescer, não se identifica com a defesa do *status quo* legislativo existente. Se o Relatório Final analisado inspirou-se no exemplo alemão, que tão pouco nos diz respeito, o esforço progressista de enfrentar o problema posto deve valorizar bastante as particularidades brasileiras: seu tamanho extraordinário; sua cultura latina – participativa, “quente”; não-germânica (distante, “fria”) –; sua tradição de contestação constante e irrefreável dos “mandonismos”; sua história de inconformidade com formas impostas como os dois partidos que a ditadura queria, o voto vinculado, o senador biônico, as áreas de segurança onde não havia eleições, as cláusulas de barreira de Médici e Geisel, o sistema distrital misto do Figueiredo, tudo isto que já não deu certo. 

Haroldo Lima é membro do Comitê Central do PCdoB e deputado federal pelo PCdoB-BA, em quinto mandato.



# Mídia:

# cãezinhos de estimação



SÉRGIO BUARQUE DE GUSMÃO

*A elite da imprensa não cumpre sua função de cão de guarda que fiscaliza o poder público*



Dia 19 de janeiro: Jornal da Record - a jornalista Salete Lemos pergunta ao ministro da Fazenda se o governador Itamar Franco é o responsável pela ruína do Plano Real. “Não”, diz o ministro, atribuindo o desastre a uma “complexidade de fatores”.

Você não leu errado. Foi isso mesmo: o ministro Pedro Malan, a autoridade que em tese melhor conhece as entranhas da engrenagem econômica-financeira do país, recusou-se a fazer o papel ridículo de atribuir ao governador de Minas Gerais a implosão súbita do plano de estabilização que há cinco anos sustentava-se na sobrevalorização irreal da moeda.

Mais realista que os paladinos do Real, a elite da mídia brasileira responsabilizou diretamente o governador mineiro pelo calamitoso dia 13 de janeiro, quando o governo federal tomou medidas para estancar a caudalosa saída de dólares do país. O mundo inteiro sabia que o Brasil era “a bola da vez” – depois do México, da Tailândia, da Indonésia, da Rússia... De julho a dezembro do ano passado, saíram do país 40 bilhões de dólares. Nas duas primeiras semanas de janeiro de 1999, investidores e especuladores, estrangeiros e brasileiros, sangraram outros US\$ 5 bilhões das reservas nacionais. O real sofria uma hemorragia verde.

O bode expiatório foi moldado sob medida: o governador Itamar Franco. Ele afirmou que seu estado não poderia pagar a dívida de R\$ 16,2 bilhões, renegociada em parcelas com a União. Na segunda semana de janeiro, os principais jornais, revistas e redes de TV pintavam o governador como o principal inimigo do país. Pelo que lia e ouvia, a moratória de Minas significava, para o Brasil, o desastre que a quebra da Bolsa de Nova York significou para os Estados Unidos em 1929: Itamar derrubara as grandes bolsas do mundo (São Paulo, Nova York, Londres, Tóquio...) fizera os investidores retirarem dólares e lançara no descrédito o mais importante título da dívida externa brasileira, o C-Bond (detalhe: o suposto efeito Itamar teria emagrecido o C-Bond para 56% do seu valor de face, mas em agosto o título já rastejara em 49,6%). A imprensa sugeria nas entrelinhas: se Itamar não fizesse marola, o barco do Real chegaria ao porto da bem-aventurança.

O colunista Jânio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, entrevistou (13/1) nas críticas da mídia uma fatura pós-datada. “A antipatia, às vezes rancor, dos meios de comunicação por Itamar Franco – o que em alguns casos tem a ver com interesses não atendidos em seu governo – está atribuindo à moratória mineira efeitos muito maiores do que houve e há no sistema financeiro internacional, e mesmo na ciranda mundial que especula com títulos brasileiros”. Infelizmente, como tem sido comum na imprensa, o colunista insinuou mas não especificou que empresas estavam no jogo livre do jornalismo pela carta marcada da vingança.

Os editoriais modelaram a cobertura. “Gesto insano”, classificou

a *Folha. O Estadão*, num artigo que fez lembrar a devoção da *Última Hora* por Getúlio Vargas, aproveitou para incensar o seu príncipe predileto: (7/1) “O senhor Itamar Franco tornou-se presidente da República por infeliz acaso. Despreparado para o cargo, teve atuação medíocre, salpicada por explosões de temperamento entremeadas de faniquitos que oscilaram entre o grotesco e o ridículo. Seu único lampejo de lucidez como presidente levou-o a convidar o então chanceler Fernando Henrique Cardoso para ocupar o Ministério da Fazenda. Graças ao insuspeitado talento administrativo demonstrado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso ao consolidar o Plano Real, o governo Itamar Franco deixou de ser uma nota de rodapé na História do Brasil.” Era também o que se lia nos grandes jornais do mundo, a exemplo do americano *The Wall Street Journal*: “Itamar põe em risco esforço do Brasil de manter-se na rota do investidor”.

A revista *Veja*, líder em circulação e influência entre os semanários, pode ser analisada como o meio de comunicação que melhor resumiu a histeria da mídia com a moratória de Minas. “A volta do trapalhão”, estampou a revista, com data de 13/1. A reportagem de quatro páginas usava expressões como “ato estabanado”, “iniciativas trapalhonas”, “místico das Alterosas” e chamava o governador pelo apelido de “Topete”. O que primeiro chama a atenção na reportagem é a mudez do protagonista. *Veja* cita numerosos críticos da moratória – do presidente Fernando Henrique Cardoso, passando pelo presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães, a governadores (Tasso Jeressati, do



Ceará, e Espiridião Amin, de Santa Catarina) e os do Rio, Anthony Garotinho, e Rio Grande do Sul, Olívio Dutra – os dois últimos mencionados por se oporem não à decisão mas à forma individual como foi anunciada. O indefectível ex-ministro Maílson da Nóbrega, que embarcou a inflação brasileira num foguete intergaláctico (80% ao mês no governo Sarney), batia o ponto na defesa do governo federal. Nenhum analista independente foi ouvido. A reportagem encerrava-se com uma

ele quem manda e não vai mudar a política econômica”. O artigo considerava a desvalorização do câmbio a opção da “irresponsabilidade”, “uma aventura... arriscadíssima” e, dentro desta lógica, assegurava que o presidente “acabou com a impressão de que o comando da economia estava adernando”. Informava que FHC ligara para Gustavo Franco, presidente do Banco Central, e o convocara a esquecer as fofocas de que o arquiteto da valorização da moeda estava ameaçado de

nos períodos democráticos, a imprensa fez tanta propaganda, protegeu e edulcorou um governo como atualmente. Omitiu-se na apuração de programas caros e duvidosos, como o Sivam e o Proer. Valorizou os indicadores sociais apurados e editados pelo governo, protegeu a figura pessoal do presidente em casos como o do grampo no BNDES e desvio de verbas da saúde. (1)

É uma traição ao jornalismo. A grande imprensa comercial, que vende informações a um público de interesses diversos, tem como primeiro dever a fiscalização do poder público. Fiscalização equilibrada, baseada em fatos narrados com exatidão. Não lhe cabe fazer oposição e muito menos apoiar governos. O papel da imprensa, nas democracias liberais, é apurar e publicar notícias de interesse público. Se for tolhida pela censura, sua única saída é rebelar-se e combater pela liberdade. Em contrapartida, a elite da mídia tem mais militado do que noticiado. Antes de apresentar os fatos, de ouvir as versões, de traduzir os acontecimentos, os grandes meios de comunicação modelam reportagens editorializadas. Tomam partido acintosamente. Como um ventríloquo do governo (“oposição pra quê?”, perguntou certa vez o presidente), esta imprensa desacostumou-se ao debate, à diferença, ao conflito – exceto para disseminar a fofoca, num trabalho de leva e traz que desonra o jornalismo. Dá-se mais atenção aos políticos que à política. Um mexerico na montagem de um programa importante ganha mais destaque que o programa e suas implicações para a sociedade. O governo (aqui entendido o Execu-

---

## *Veja é um exemplo da distorção do jornalismo que a elite da imprensa tem praticado durante o governo FHC*

---

citação do ex-embaixador dos Estados Unidos, Melvyn Levitsky, a quem a revista atribuiu a piada de que FHC foi “o único presidente que fez seu antecessor”. *Veja* dispensou entrevistas com Itamar ou seu secretário da Fazenda. Nenhuma frase entre aspas, nenhuma explicação, nenhuma defesa. Se os leitores quisessem saber as razões da moratória de Minas, certas ou erradas, que ligassem para o Palácio da Liberdade.

A cobertura de *Veja* para o “episódio Itamar” e a crise econômica é um daqueles exercícios jornalísticos em que o texto subjuga os fatos. Na edição que esfriava nas bancas quando o ano começou, datada de 23/12/98, a revista fazia campanha pela manutenção das regras da economia. Com o tom soberbo e imperativo da sua congênere inglesa *The Economist*, o semanário brasileiro saiu com um título tão falastrão quanto inconsistente: “FHC vira o jogo – O presidente diz que é

perder o cargo: “Não liga pra isso não. Vamos trabalhar”. Duas semanas depois aconteceu tudo ao contrário: Gustavo Franco caiu, o real foi brutalmente desvalorizado, a equipe econômica deu sinais de desorientação. A revista não se deu por vencida. A principal reportagem da edição de 20/1, com o relato dos efeitos da desvalorização, insistia em culpar o governador de Minas: “Em atraso com as reformas e pego pela síndrome Itamar Franco, o governo perde credibilidade rapidamente e libera o câmbio”. Apesar da pose, *Veja* deu impressões de sentir-se traída. Uma das reportagens sobre o desastre na economia levava o título “Para ler ao contrário – Na semana de caos, o que governo garantiu em público era para ser lido pelo avesso”.

*Veja* foi usada aqui como um exemplo da distorção do jornalismo que a elite da imprensa tem praticado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nunca,



tivo) resplandece nas notícias como o tabernáculo de onde saem decisões luminosas. Opor-se é fracassomania, o novo nome da sedição.


Nesta militância, mais própria a agremiações partidárias do que a meios de comunicação, a imprensa tem agido como um partido único. Há diferenças e vozes dissonantes – típicas da formação em bloco, pois não há organização mais dividida em facções do que o partido único. É assim que há espaço na mídia para interpretações divergentes. Mas são emitidas em baixo volume para não perturbar a vigília da propaganda do governo.

O jornalista Aloysio Biondi, cuja coluna de críticas à política econômica sai na *Folha de S. Paulo* às quintas-feiras, afirma que atribuir o estouro do Plano real ao governador Itamar é “desonestidade”. O grande jornal especializado em assuntos de economia, *Gazeta Mercantil*, disse, num editorial em 15/1: “O grito de Minas veio depois”. Depois ... “que uma saraivada de boatos sobre a iminente desvalorização do real agitou as reuniões de Ano Novo nas boas

## *Em militância mais própria às agremiações partidárias do que a meios de comunicação, a imprensa tem agido como um partido único*

praias deste país”. Minas, como se sabe, é um estado mediterrâneo. Noutra amostra da ciranda de desinformação, o colunista Villas-Boas Corrêa, no *Jornal do Brasil* de 13/1, escreveu o que muita gente estava matutando: “Se a nota do governo de Minas, anunciando a decisão de suspender o pagamento ao governo federal da parcela da dívida estatal renegociada pelo seu antecessor, provocou a turbulência mundial no sistema financeiro, com a queda das bolsas de Tóquio, de Frankfurt, de Londres e de Nova Iorque, a derrubada dos títulos brasileiros no exterior, a desvalorização recordista do dólar em relação ao iene – maluco não é o Itamar”.

É hora de parodiar o pesquisador Wolfgang Donsbach, autor de um

artigo sobre a “media watchdog”, aquela que atua como cão de guarda na vigilância dos interesses do público e faz da fiscalização equilibrada do governo a sua primeira tarefa. O artigo de Donsbach, sintetizado no número 9 (março-abril de 1996) do boletim do Instituto Gutenberg, levou o título “Cãezinhos de estimação, cães de guarda e viralatas”. Nesta escala, a grande imprensa brasileira tem abanado o rabo para o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso como um cãozinho de estimação. 

Sérgio Buarque de Gusmão é jornalista, diretor do Instituto Gutenberg – Centro de Estudos da Imprensa.

(1) As manipulações estão demonstradas no boletim impresso e na página do Instituto na Internet: [www.igutenberg.org](http://www.igutenberg.org)

### **PEÇA SEUS LIVROS ATRAVÉS DO CUPOM ABAIXO. VEJA NOSSO CATÁLOGO NO FINAL DESTA EDIÇÃO.**

Nome: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

Desejo receber os seguintes títulos: \_\_\_\_\_

Valor total do pedido: R\$ \_\_\_\_\_.

Forma de pagamento:

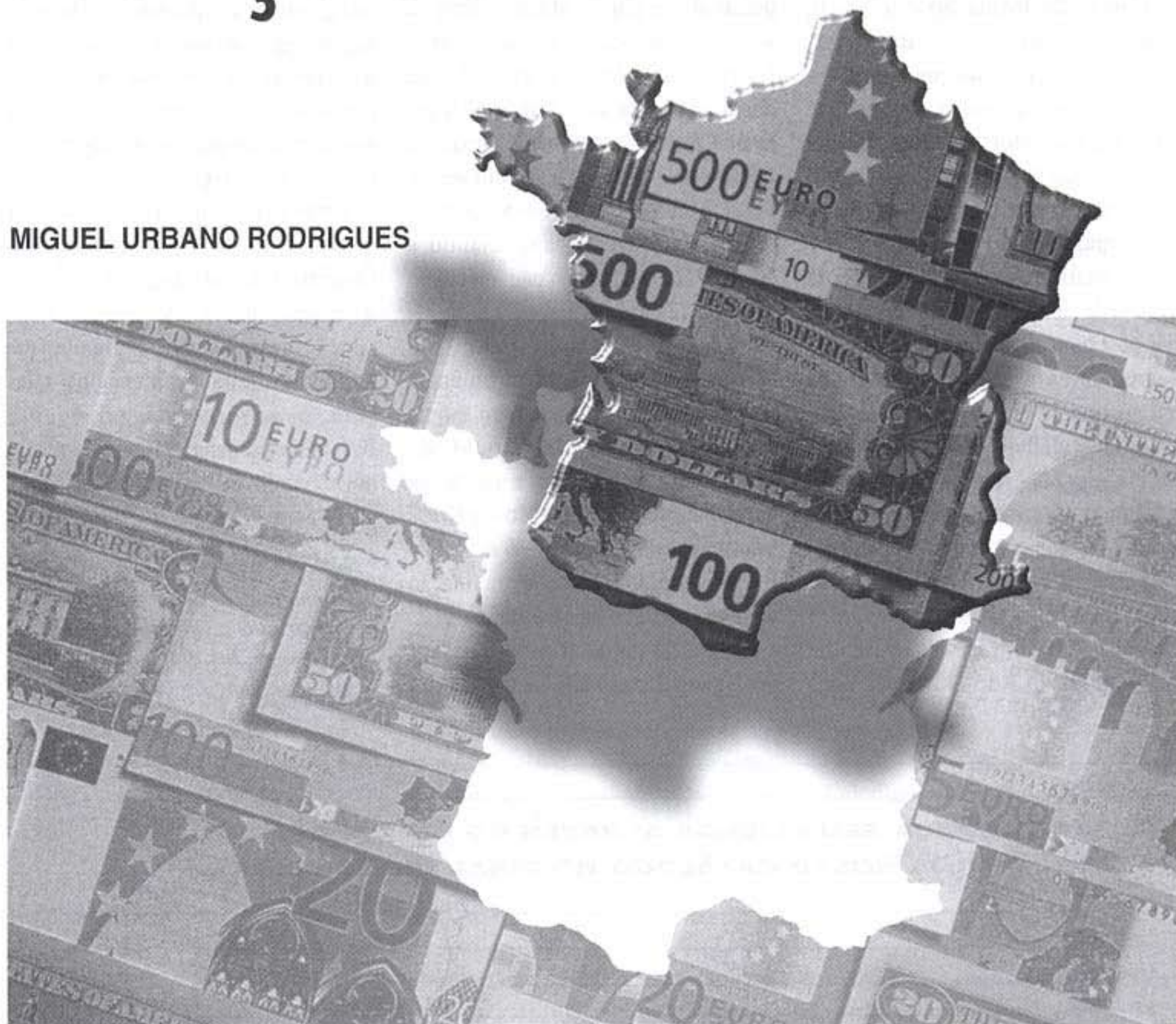
- CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor = R\$ \_\_\_\_\_.
- Depósito em C/C - ITAÚ Agência 0251 Conta n.º 48 678-3 (favor enviar comprovante)
- Cartão CREDICARD/DINERS ou VISA n.º \_\_\_\_\_

Validade do cartão (mês e ano) \_\_\_\_/\_\_\_\_



# Impressões sobre a França de nossos dias

MIGUEL URBANO RODRIGUES



*Ao aplicar as decisões tomadas no âmbito da União Européia (e do G-7) Jospin distancia-se dos compromissos que assumiu perante o eleitorado e entra em contradição com princípios que diz defender*



Pertenço a uma geração para a qual a França significou muito. Foi pela leitura dos seus escritores, pelo estudo da sua história e das lutas do seu povo durante a Grande Revolução de 1789 e mais tarde da Comuna de Paris que tomou forma em mim, ainda adolescente, a primeira representação do mundo e da aventura humana. A iniciação francesa – dei-me conta disso muitos anos depois – empurrou-me para a opção revolucionária e para o descobrimento do comunismo. O caminhar pela vida não apagou a minha componente francesa. Voltar a algumas cidades da França é sempre um reencontro com uma parcela do que fui, o retomar do diálogo interrompido com um universo distante e íntimo.

Um sistema de mídia concebido para neutralizar, confundir e perverter a consciência social insiste em difundir a idéia de que a França tem presentemente um governo de esquerda. Essa afirmação, monotona e repetida, deforma grosseiramente a realidade. Tive recentemente a oportunidade de acompanhar em Marselha e em Paris o movimento dos estudantes do ensino secundário. Somente na capital desfilaram 500.000 pessoas. Independentemente das reivindicações apresentadas, o protesto desse setor juvenil expressou o descontentamento cada vez mais profundo da sociedade francesa. Foi muito bem recebido. As intervenções do ministro Allègre para minimizar o significado do movimento tornaram

ainda mais transparente o mal-estar que se alastra num velho e civilizado povo inconformado com o projeto de vida que lhe é imposto.

A política do governo Jospin distanciou-se brutalmente na sua prática dos compromissos assumidos perante o eleitorado.

Na frente do trabalho as coisas vão de mal a pior. A França vive no ritmo dos tratados de Maastricht e de Amsterdam e o governo PS-PCF (Partido Socialista e Partido Comunista Francês) não consegue esconder a evidência: ao aplicar muitas das decisões tomadas no âmbito da União Européia (e do G-7) entra em contradição com princípios que diz defender e estiveram na base da vitória eleitoral do Partido Socialista. Isso porque a política que

desenvolve e pretende justificar é, no fundamental, uma política de direita.

A transferência de empresas controladas pelas transnacionais prossegue com graves conseqüências sociais. Os despedimentos maciços são uma realidade. As feridas abertas pelo encerramento da fábrica belga da Renault não cicatrizaram. Entretanto, o governo Jospin, que então criticara a irracionalidade e a crueldade do neoliberalismo recorre a uma argumentação inaceitável e hipócrita para *explicar* o que acontece no Havre onde milhares de trabalhadores dos estaleiros vão para o desemprego.

No início da primavera de 1997, o abandono dos processos de privatização da France Telecom, da Thomson e da Air France, bem como de outros gigantes, era um dos poucos compromissos concretos da Declaração Comum PS-PCF, de 19 de abril, recebida com esperança pelos trabalhadores. A promessa, porém, foi logo esquecida. A Thomson-CSF e a Thomson Multimedia foram privatizadas; a Aerospatiale também.

*Le Figaro*, porta-voz da grande burguesia sublinhou – em 02/8/98 – que em dois setores sensíveis o governo reduziu consideravelmente, quase anulou, o papel do Estado que, em ambos, exercia uma supremacia quase absoluta. Na mesma edição um analista econômico escrevia:

“Quaisquer que sejam as reticências do discurso e a terminologia empregada – não se fala agora de privatizações mas de adaptações – os fatos estão aí; em pouco mais de um ano a esquerda restringiu o campo de intervenção econômica do Estado e num ritmo superior ao que fizera o governo de direita que o precedera.”



“Jospin não tem complexos” – afirmava-se no título de um artigo elogioso das privatizações e das aberturas ao capital privado promovidas pelo atual governo, sobretudo nas áreas das comunicações, dos bancos e dos seguros.

*Le Monde* reconhecia dias depois (08/8/98) que Lionel Jospin tinha, afinal, privatizado mais do que Alain Juppé.

A polêmica em torno do orçamento de 1999 colocou o governo numa posição muito incômoda. Sobre Jospin e o seu Gabinete choveram

para uma reforma do Exército – o quarto do mundo – que favorece a criação de unidades especiais preparadas para intervir na Bósnia, na Albânia, no Iraque, em países africanos ou, eventualmente, no Leste europeu.

Entretanto, o governo suprime empregos nos hospitais, reduz o número de medicamentos compartilhados pelo Estado, elimina milhares de postos de trabalho no setor da educação.

O Partido Socialista anunciara durante a campanha a criação de 700.000 novos empregos. No final de

o acréscimo real não ultrapassou 87 francos (17 dólares por mês).

O projeto do orçamento para 1999 não incluiu qualquer aumento para os trabalhadores da Função Pública.

A Lei-Quadro sobre a redução do horário de trabalho para 35 horas semanais sem redução de salário – a famosa Lei Aubry apresentada como revolucionária pela propaganda oficial – gerou grandes esperanças pelo mundo afora. Não faltou quem identificasse nela o início de uma virada na política francesa. Cabe dizer que a montanha pariu um rato.

Significativamente a poderosa União das Industrias Metalúrgicas Mineiras, baluarte do Conselho Nacional do Patronato Francês, manifestou em julho a sua satisfação pelos últimos acordos coletivos que abrangem dois milhões de metalúrgicos.

Obtiveram os trabalhadores vantagens importantes? Não. Chega-se à conclusão decepcionante e surpreendente de que nas indústrias metalúrgicas se vai trabalhar mais tempo, apesar da redução (hipotética) dos horários. O novo acordo autoriza, por caminhos tortuosos, um trabalho semanal de 39 a 40 horas. Para os quadros, os engenheiros e a maior parte dos técnicos foi definido um regime especial isento de quaisquer limitações. No tocante a horas extraordinárias o contingente autorizado passa de 94 horas anuais para 180 (205 a partir do ano 2000). Não se encontra no acordo, registre-se, qualquer referência à criação de novos empregos.

As ambigüidades na área da política exterior são menores do que nas frentes do Trabalho e da Economia. O duplo discurso é aí desnecessário. O

---

## *Para o conservador Le Figaro o governo da esquerda restringiu a intervenção do Estado na economia num ritmo superior ao que fizera a direita no governo anterior*

---

felicitações do grande patronato. O Primeiro Ministro assumira em 97 com compromisso de alterar o imposto que favorecia os privilegiados, corrigindo uma iniciativa ostensivamente reacionária e classista de Juppé. Mas nada fez nesse sentido.

O orçamento militar foi mantido no nível de 200 bilhões de francos. Nada menos de 100 bilhões serão destinados num período de cinco anos às armas nucleares. Obviamente a imprensa de direita rejubilou com essa decisão.

Enquanto as verbas sociais permaneciam bloqueadas não faltou dinheiro para armamentos atômicos e

agosto informou (através de Martine Aubry) que o número de contratações de novos trabalhadores atingira 85.000 (79% temporários).

No tocante aos salários, o fosso entre o prometido e o obtido é ainda mais abissal. Segundo *L'Humanité* de 03/3/97, o cimento de uma Política de Esquerda Comum deveria incluir a elevação do salário mínimo (SMIC) para 8.500 francos (cerca de 1.500 dólares). As coisas também aí correram mal. O aumento foi irrisório. O salário mínimo subiu em julho do ano passado apenas 4%, ou seja uma percentagem igual à concedida por Juppé no ano anterior. Considerando o aumento dos preços,



governo de Lionel Jospin tem sido de uma grande docilidade no diálogo com os Estados Unidos; submete-se às imposições de Washington e não cria dificuldades à política expansionista e intervencionista da OTAN.

Não é, entretanto, sem sentimentos de amargura e alguma inquietação que os franceses das camadas médias acompanham o desenvolvimento de uma situação que há dois anos era imprevisível.

A França foi nos últimos quarenta anos o parceiro mais íntimo da Alemanha. A ponte da solidariedade Paris-Bonn exibiu uma solidez granítica. Todos os governos franceses foram mimados pelos políticos alemães desde Konrad Adenauer. Essa relação aparece hoje fragilizada. Os recentes acordos financeiros anglo-alemães foram recebidos com surpresa e desagrado em Paris. Os franceses apercebem-se de que muitas decisões importantes começam a ser tomadas na Europa sem intervenção sua; ficam de fora. Não há aliados preferenciais no jogo sujo do mercado. Novas alianças despontam na Europa dos 15 (União Européia).

No plano militar a França também se sente marginalizada. A Alemanha revê posições e com o social-democrata Schroeder aproxima-se ainda mais dos Estados Unidos. Dialoga com o Pentágono sem consultar Paris. Não é de estranhar o prestígio crescente do novo Chanceler nos meios empresariais e entre os escalões do Corpo de Oficiais do Exército.

A imagem do Partido comunista Francês entre os setores mais combativos da classe operária é, naturalmente, muito afetada pela política do governo Jospin. O Partido



---

*No tocante aos  
salários, o fosso  
entre o prometido e  
o obtido é ainda  
mais abissal*

---

está representado no governo por dois ministros e tem uma Secretaria de Estado. O esforço da sua direção para se demarcar dos aspectos mais negativos da política desenvolvida por Jospin obriga-a a uma ginástica cujos resultados são decepcionantes. O discurso oficial condena o neoliberalismo, distancia-se do projeto federalizante do Tratado de Amsterdam, reconhece as ameaças à soberania e à cultura.

Mas o PCF está no governo e é responsabilizado pela sua política de direita. Em algumas Federações do Partido cresce o mal-estar. Na festa do *L'Humanité* o descontentamento suscitado pela estratégia de Robert Hue manifestou-se tão ostensivamente que a imprensa conservadora – *Le Figaro* em primeiro lugar – chamou a atenção para o fato.

A atitude desses comunistas contestadores reflete um fenômeno que transcende largamente as fronteiras do PCF. Está a acontecer o inevitável. O povo francês deixa transparecer no quotidiano seu desencanto. O amanhã próximo aparece-lhe carregado de incógnitas. Poucos fazem previsões sobre o desfecho, mas aumenta a cada dia o número dos que rejeitam o projeto de sociedade que o governo de Lionel Jospin (aliás o menos conservador dos altos dirigentes socialistas) ajuda a criar através de sua cumplicidade ativa com a estratégia da globalização neoliberal.

### **Sombras e luz**

No final de outubro, o contato, em Marselha e Paris, com familiares e amigos e o espetáculo da vida permitiram-me uma vez mais repensar o tempo da França e sentir o que ali é permanente e o efêmero que se transforma.

Reencontrei um povo que olha para o futuro com temor.

Na aparência superficial das coisas nada mudou. O visitante de passagem tem alguma dificuldade em se aperceber do mal-estar que invade a França. A serena beleza das suas cidades, a variedade e a qualidade da oferta cultural, a arte de usar os tempos livres como espaço de felicidade e ponte para o enriquecimento da personalidade encantam o forasteiro e levam-no a concluir que, afinal, a França se enraiza numa estabilidade tranqüila, raríssima no mundo contemporâneo. É falsa essa imagem de uma França estática num planeta fustigado pela tempestade global do neoliberalismo. Tudo ali se encontra em movimento. O observador é enganado pelo espetáculo da vida,



marcado por contradições nem sempre perceptíveis.

A França conseguiu como talvez nenhum outro dos países informatizados inserir modernidade em estruturas urbanas modeladas ao longo dos séculos por prodigiosas sínteses civilizacionais. A inovação não destruiu ali as heranças culturais; aparecem fundidas. As conquistas do progresso não agridem a mensagem de beleza irradiada por cidades que são museus vivos criados por dezenas de gerações com mundividências diferenciadas. A técnica foi colocada ao serviço da vocação de eternidade da cidade antiga. A continuidade possível no cenário envolvente, a permanência das estruturas físicas que diferenciam as civilizações, não significa, porém, ausência de *mudança* nas populações que ocupam (e defendem) as cidades geradas e modeladas pelos antepassados.

E são precisamente algumas dessas mudanças que estão a inquietar, direi mesmo angustiar, milhões de franceses. Os efeitos negativos da globalização neoliberal e do pensamento único são percebidos por setores cada vez mais amplos da população em múltiplos quadrantes sociais. O francês habituou-se ao longo da fascinante história do seu país a compatibilizar o amor do universal com a defesa do particular, ou seja, do que é especificamente seu. Nada tem a opor a uma globalização humanista, à perseguição de uma utopia que responda a aspirações antiqüíssimas da condição humana; mas rejeita com repulsa as mudanças em cascata, brutais e desumanizantes, que resultam da globalização capitalista, de perfil classista e imperial. Talvez nenhum

outro povo tenha adquirido como o francês uma consciência tão viva e dolorosa dos efeitos de um projeto que, fazendo retroceder a humanidade, hierarquiza os países e os homens de acordo com critérios e interesses próprios da irracionalidade de um mercado sacralizado.

Os franceses – com exceção de uma ínfima minoria de beneficiários do sistema – contestam a divinização do capital que coloca o homem a serviço do jogo do dinheiro, robotizando-o. Não é ainda uma contestação bem iluminada. Não me parece fácil definir-lhe os contornos, porque no conjunto da sociedade, quase individualista, do que propriamente da percepção da universalidade da ameaça. Em nenhum outro país, entretanto, as lutas pela preservação de conquistas fundamentais do povo, ameaçadas pela estratégia da globalização – através dos mecanismos de Maastricht, do AMI (veja pág. 34) e outros – assumiram a intensidade e a dimensão que apresentam atualmente na França.

A dispersão dessas lutas, a imprevisibilidade do seu desenvolvimento e desfecho, a sua frágil organicidade e o seu caráter por vezes quase espontâneo levam muitos analistas, mesmo os bem intencionados, a subestimar-lhes o significado e o alcance. Para a incompreensão das

*Para os franceses,  
muitas decisões  
importantes são  
tomadas na Europa  
sem sua intervenção*

tensões que atingem hoje a sociedade francesa contribui também o resultado de sondagens que atribuem uma popularidade a rondar os 56% a Chirac e os 54% a Lionel Jospin. O simples fato de o Presidente da República e o Primeiro Ministro serem personalidades representativas de quadrantes do eleitorado muito diferentes vale por um convite à reflexão. Ambos – e isso os aproxima – utilizam discursos paternalistas, ambos fogem ao debate sério dos grandes problemas.

É um fato que a grande maioria dos franceses se distancia de posições radicais. Seria uma ingenuidade esperar das vítimas do sistema uma combatividade ligada ao desejo (inexistente) de rupturas revolucionárias. Não é esse o estado de espírito na França. Mas a recusa do projeto de futuro que o atual governo, tal como o anterior, insiste em impor (submetendo-se à engrenagem neoliberal) pode vir a gerar na sociedade francesa movimentos sísmicos de desenvolvimentos explosivos. Não é somente a política sócio-econômica traçada em Bruxelas que gera insegurança e repúdio. A chamada Mc World Cultura – a anticultura exportada pelos EUA com ambição de universalidade – faz sentir muito negativamente os seus efeitos na sociedade francesa, sobretudo entre a juventude. Encontra, porém, uma oposição muito forte na intelectualidade. Esta não aceita a postura arrogante e beócia da administração Clinton, segundo a qual a cultura deve ser tratada como uma mercadoria igual a qualquer outra, na expressão do falecido secretário do Conselho Externo, Mike Kantor.

Falando em Marselha com amigos, professores de filosofia, impressionou-me o que disseram a respeito do



desencanto da sociedade francesa. Nela pouco resta do antigo sonho europeu. As políticas da globalização neoliberal, trituradoras, desfizeram em brancas nuvens as esperanças de uma Europa dos povos, caminhando solidária, mas sem pressa, para uma democracia avançada.

Está a ocorrer precisamente o contrário. As grandes decisões que mudam a vida são tomadas em nível supranacional no âmbito de engrenagens comandadas pelo grande capital transnacional. Esse poder difuso escapa totalmente ao controle da soberania popular.

No final do milênio a democracia é na França, como em toda a União Européia, ficcional. Os povos dos 15, agrupados na União, são na prática, excluídos de uma participação minimamente significativa nas tarefas da construção de presente e da participação do futuro.

Comentando a fase de indefinições e insegurança que a França e a Europa Ocidental vivem, o professor Etienne Balibar, num ensaio largamente debatido, concluiu que a única certeza é a da imprevisibilidade do acontecer nacional. Admite, contudo, que a fúria e a irracionalidade do neoliberalismo possam gerar situações de caos social e econômico, não sendo de se excluir que sobre as ruínas do Estado tradicional venham a surgir estados autoritários de tendência imperial.

Os fatos confirmam no dia-a-dia que a utopia neoliberal no seu esforço para inflectir o movimento da história emerge como antítese, como negação da utopia humanista. O que vemos? Nas próprias sociedades informatizadas (1) a pobreza alastra como um câncer.

## *As políticas da globalização neoliberal, trituradoras, desfizeram as esperanças de uma Europa dos povos, caminhando solidária*

Conforme nos recorda Pierre Bourdieu, do Colégio da França,

“o enorme aumento dos desníveis das rendas, o desaparecimento progressivo dos universos autônomos de produção cultural, cinema, edições, etc, pela imposição abrupta dos valores comerciais, mas também e sobretudo a destruição de todas as instâncias coletivas capazes de travar os efeitos da máquina infernal, e, em primeiro lugar, o Estado, depositário de todos os valores universais associados à idéia da *coisa pública*, e a imposição por todo lado, nas altas esferas da economia e do Estado, ou no âmbito das empresas, dessa espécie de darwinismo moral que, com o culto do *vencedor*, formado em matemáticas superiores, instaura como norma de todas as práticas a luta de todos contra todos e o *cinismo*.” (2)


É, portanto, legítimo esperar que o enorme sofrimento acumulado pelo funcionamento da engrenagem político-econômica do neoliberalismo seja fonte de uma resposta que detenha a corrida para o abismo.

O neoliberalismo, que é, afinal, o capitalismo selvagem do fim do milênio, está condenado. Não terá longa vida. Começa a amedrontar os seus próprios teólogos e beneficiários e apresenta os primeiros sintomas de

desintegração. Mas não temos idéia de como e quando acabará. A crise na Ásia Oriental, envolvendo já o Japão, pode vir a ser espoleta de outra, mais ampla e grave, com epicentro no Brasil, a qual arrastaria toda a América Latina, com efeitos devastadores nos EUA e na Europa.

Encontramo-nos perante grandes desafios e interrogações sem resposta. Creio que, mais uma vez, a França se apresenta como laboratório da Europa.

Não sabemos qual será o perfil do mundo nas próximas décadas, mas sabemos para onde não queremos ir. Estamos ainda longe de uma alternativa capaz de mobilizar todos quantos – e são a esmagadora maioria – rejeitam a globalização neoliberal.

Devemos arregaçar as mangas e estar preparados para um combate em que está em causa a própria continuidade da aventura humana. 

Miguel Urbano Rodrigues é jornalista.

### **Notas:**

(1) A designação de países informatizados parece-me preferível à de países industrializados, numa época em que a participação da produção industrial no PIB, em queda, é muito inferior à dos serviços e quando o nível da informatização da sociedade aparece como indicador do seu nível de desenvolvimento e poder real.

(2) Pierre Bourdieu, “L’essence du neoliberalisme”. In: *Le Monde Diplomatique*, Paris, março de 1998.



# As multinacionais exigem a abertura das fronteiras. Para elas!

PARTIDO DO TRABALHO DA BÉLGICA (\*)

*Todo o poder às multinacionais, é o que propõe o Acordo Multilateral sobre Investimento (AMI), que pede liberdade total para o capital em todos os países. É um verdadeiro tratado colonial*



A organização dos países produtores de petróleo (OPEP), agrupando unicamente países do Terceiro Mundo, nasceu em 1960. Durante a década de 1960, os países da OPEP obtiveram das multinacionais petrolíferas uma parte mais vantajosa dos ganhos com a extração do ouro negro. Mais tarde, a partir de 1971, eles impuseram o aumento do preço do barril, quase invariáveis desde 1950. Enfim, nos anos 70 um certo número de países da OPEP nacionalizaram sua indústria petrolífera. Tudo isso ocorria num contexto em que os países do Terceiro Mundo reivindicavam maior espaço no contexto mundial.

Sacrilégio para os capitalistas dos países industrializados! Não se permite que países do Terceiro Mundo contestem seu poder. Então as multinacionais tomaram medidas para se contrapor a essa ofensiva. O Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI) é o resultado disso.

## O Acordo Multilateral sobre o Investimento é o capital

Discutido discretamente desde 1995 o AMI é um tratado concebido nas salas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que agrupa 29 países – a maioria dos quais são os mais ricos do planeta. Desde então é considerado um projeto atual.

Quais são suas principais disposições?

Primeiramente trata-se de facilitar por toda a parte o investimento internacional. Em outros termos, é um cheque em branco para as multinacionais. Elas poderiam instalar suas fábricas ou localizar seus capitais onde quisessem. Segundo o acordo, o desenvolvimento consiste, para um país do Terceiro





Mundo, não na exploração por ele próprio das suas riquezas, mas na venda delas a uma potência capitalista estrangeira.

Em segundo lugar o tratado quer impedir os desgastes que turbulências sociais possam acarretar a uma multinacional. Se os trabalhadores degradam os equipamentos de produção de uma empresa, esta poderá exigir indenização do Estado local.

Em terceiro lugar, em caso de expropriação, a empresa reivindicará restituição e indenização. As nacionalizações petrolíferas do tipo daquelas dos anos 70 ficam proibidas, exceto mediante indenização.

A arrogância das empresas não tem limites. A British Petroleum recebeu concessões para explorar ao longo da costa colombiana. Mas, se a sociedade não encontra o petróleo esperado, ela pode exigir uma indenização do Estado colombiano.

Se há uma privatização a multinacional deve ter o direito de adquirir a empresa vendida, em igualdade de condições com as empresas nacionais. Mas num país de Terceiro Mundo a multinacional é sempre mais poderosa. O Acordo Multilateral sobre o Investimento reforça a recolonização.

Em quarto lugar, graças ao AMI, uma multinacional poderá levar a tribunal um Estado signatário se ela se considerar lesada por esse Estado. A Corte será internacional. É algo inédito na história!

Ora, na justiça de classe é o mais forte que vence. E empresas como a Exxon e a Royal Dutch/Shell ostentam cifras de vendas mais elevadas do que produzem os países do terceiro Mundo, à exceção dos gigantes como a China, a Índia ou o Brasil. O AMI é verdadeiramente um tratado colonial em que os direitos das nações e dos trabalhadores não têm lugar.

Em quinto lugar, o Estado é livre para assinar tal acordo. Mas, se ele adere ao tratado, fica vinculado a ele por vinte anos, com a possibilidade de se retirar depois de cinco anos. É uma sina que todo país signatário deverá amargar. E será fácil para as multinacionais incitar as nações do Terceiro Mundo a participar do AMI: "se vocês não assinarem, não investirei em seu país". Que país poderá resistir? Para cada país, haverá uma escolha: ou a submissão às multinacionais ou a luta pela independência econômica.

### **O objetivo: colonizar os países do terceiro Mundo**

Como acorrentar os países pobres a esse tratado colonial? Em 1995, quando foram iniciadas as discussões oficiais sobre o acordo, duas táticas se confrontaram. Para os capitalistas europeus trata-se de realizar os debates na nova Organização Mundial de Comércio (OMC), que agrupa 132 países.

Mas os Estados Unidos temem a oposição de certas burguesias do Terceiro Mundo. Washington avança outro esquema. Os países ricos definem um acordo entre eles, no seio da OCDE. Em seguida propõem a adesão às nações do Terceiro Mundo.

A Câmara de Comércio Internacional (CCI), que reúne as associações patronais dos países ricos assim como das multinacionais como Ford, General Motors, Volvo, ou Phillips, não ocultam seus propósitos:

*"A CCI apela aos governos do G7 a tomarem a frente do movimento visando à conclusão mais rápida possível das negociações sobre o AMI (...) Nós conclamamos também a que tudo seja feito para associar estreitamente às negociações os países de fora da OCDE, uma vez que é essencialmente nesses países que pesam restrições sobre o investimento internacional. O objetivo deveria ser encorajar um número importante de países terceiros a aderir ao AMI." (Business World, jornal da Câmara de Comércio Internacional – CCI, 23 de maio de 1997)*

O AMI seria assim o quarto instrumento de dominação das multinacionais sobre o planeta. Existem o Banco Mundial (BIRD, que tem por objetivo controlar o desenvolvimento), o Fundo Monetário Internacional (FMI, que controla as contas financeiras das nações e impõe a austeridade aos países endividados), e a Organização Mundial de Comércio (OMC, que assegura o livre comércio das mercadorias das multinacionais). O Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI) se acrescenta a esse trio no que se refere ao investimento.

(\*) Documento do Partido do Trabalho da Bélgica, publicado no *Solidaire*, n.º 12, de 18 de março de 1998.



# Da razão de Estado à emergência do povo



## Visões da história (primeira parte)

JOSÉ CARLOS RUY

*A revisão da história ocorre nos momentos de crise das velhas formas de convivência, em que os limites entre o passado e o futuro ficam nítidos*





A atividade de contar a história é orientada pelas convicções ideológicas, políticas e sociais do historiador e do grupo social ao qual está ligado. Além disso, essa atividade reflete não só as idéias dos grupos e classes dominantes, mas também a visão de mundo dos grupos emergentes, que lutam contra a hegemonia política, econômica, social e ideológica das classes que estão no poder.

Podemos dizer esquematicamente que cada classe social busca no passado os fatos com os quais compõem o mosaico de sua visão de mundo. Procura seus heróis e valoriza os momentos em que seus antepassados de classe agiram de maneira criativa – os momentos em que, como Hegel disse de Napoleão após a batalha de Iena, encarnaram o espírito do tempo, cristalizaram determinados princípios gerais, momentos em que esses grupos ou heróis, ao lutar por seus próprios objetivos, também representaram a vontade geral da sociedade.

Além disso, nos momentos de ruptura institucional ou social, períodos de grande efervescência, os problemas mais gerais são amplamente debatidos e se propõem soluções para as questões mais

candentes enfrentadas pelas classes e pelos grupos sociais. As classes dominantes reexaminam a história em busca de novos argumentos para defender a legitimidade de seu mando. Para as classes e setores sociais que a desafiam, o reexame da história é a tentativa de aprender com a experiência das gerações anteriores e, principalmente, identificar as leis mais gerais que regem a evolução da sociedade, cujo conhecimento possa permitir uma postura fértil e criadora frente aos problemas do presente.

Antes da Independência já existia uma sólida bibliografia histórica sobre o Brasil, formada por crônicas, relatos de viajantes, e mesmo histórias desta parte do mundo, como aquelas notáveis escritas por Frei Vicente do Salvador ou por Sebastião da Rocha Pita. (Rodrigues, 1979)

Depois de 1822, os homens de pensamento enfrentaram a necessidade de construir valores nacionais, de afirmar a identidade da nação que começava a se organizar. A historiografia que então surgiu representava “deliberadamente a consciência histórica de um povo”. (Janotti, 1977) Ela refletia, também, as forças sociais e políticas vitoriosas no processo da Independência, os

ruptura com a metrópole, derrotou os setores radicais, republicanos e democráticos, impôs a forma monárquica de governo e conseguiu manter a mudança ao nível político e institucional, sem tocar na estrutura social herdada da colônia, baseada na escravidão, no monopólio da posse da terra e na produção agrícola voltada para o mercado externo.

A instituição criada para desenhar a visão de Brasil adequada a estas necessidades foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inaugurado em 1838; era largamente financiado por D. Pedro II, que acompanhava de perto, e interessadamente, suas atividades. Seu principal papel foi unificar a visão do Brasil no interior das elites brasileiras num relato em que a nova nação se reconhecesse continuadora da “tarefa civilizatória iniciada pela colonização portuguesa”. (Guimarães, 1988)

Era uma visão, portanto, elitista, excludente e racista. “Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros.

---

### *Após 1822, os historiadores enfrentaram o desafio de construir valores nacionais e afirmar a identidade do novo país*

---

grandes senhores de terras e escravos e a oligarquia mercantil e financeira sediada no Rio de Janeiro. Assim, o desfecho do processo da Independência condicionou a imagem de nação que aqueles autores elaboraram. Aquela elite conduziu a

O conceito de nação operado é eminentemente restrito aos brancos”. (Guimarães, 1988) A história oficial elaborada pelo IHGB seria, diz o historiador Geraldo M. Coelho, “a história do Estado e a anti-história da nação”. (Coelho, 1981)

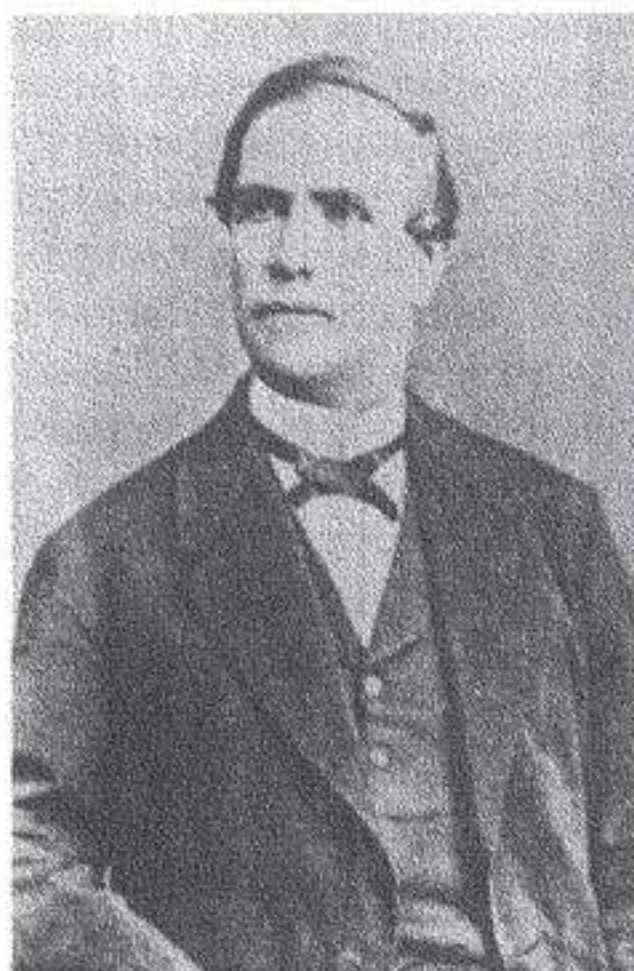


Nos quadros do IHGB estavam representadas as duas grandes correntes que iluminaram as visões de Brasil no século XIX – a dominante, liderada pela obra e ação de Francisco Adolfo de Varnhagen, e a corrente representada pela obra de João Francisco Lisboa.

Varnhagen foi o autor da *História Geral do Brasil*, de 1854, um verdadeiro monumento historiográfico, primeira obra do gênero escrita por um brasileiro, cujas grandes qualidades (principalmente a ênfase no documento, seguindo a escola alemã de Leopold von Ranke) somam-se a defeitos muitas vezes grosseiros, preconceitos de classe decorrentes do oficialismo deste escritor palaciano, apóstolo do colonialismo e da monarquia e apologista das virtudes da elite latifundiária e escravista, adversário implacável da democracia, do nacionalismo de origem popular e de todos os movimentos de contestação. Em nome da civilização ele louvou o massacre dos índios, justificou a escravidão dos africanos, comemorou a repressão sangrenta dos movimentos de rebeldia.

Varnhagen foi o campeão da elite oligárquica sendo o historiador dos interesses da monarquia, forma de governo que cristalizava o mando daquela. Em todas as circunstâncias, defendeu a Casa de Bragança e os imperadores Pedro I e Pedro II. Para ele, o Brasil foi uma criação da Coroa Portuguesa: Portugal, escreveu na *História geral*, foi o “tutor europeu” que encaminhou os passos de nosso país “na infância de sua civilização”. (Varnhagen, 1981)

Caracteristicamente, valorizou muito a luta dos pernambucanos contra a invasão holandesa, na segunda metade do século XVII. Viu na



Varnhagen valorizou a pesquisa, mas defendia a superioridade dos brancos

expulsão dos holandeses uma obra dos antepassados da mesma elite latifundiária e escravista que, transformada em classe dominante após 1822, elaborava os instrumentos políticos e institucionais de seu domínio, cuja legitimidade buscava fundamentar no passado histórico, transmitindo a idéia da continuidade de seu exercício através do tempo.

Outro mito de sua autoria é aquele segundo o qual a Independência foi pacífica, verdadeira doação do príncipe D. Pedro. Ao difundir-lo, Varnhagen contrariou e minimizou a evidência histórica da guerra da Independência na Bahia e no Maranhão, onde participaram mais soldados do que nas lutas lideradas por Simon Bolívar! Aliás, a perspicácia do historiador João Capistrano de Abreu, já havia anotado, em 1878 que, para Varnhagen, a independência sem D. Pedro teria sido “ilegal, ilegítima, subversiva, digna da forca ou do fuzil”. (Abreu, 1975a)

Varnhagen inaugurou no Brasil, diz José Honório Rodrigues, “o escrito

histórico oficial, neutro, limitado e divorciado do presente”. Uma historiografia alienada, portanto. (Rodrigues, 1966) Conseqüente com a defesa da razão de Estado, da idéia de que a nação foi moldada pelos governantes, que lhe imprimiram as marcas da civilização e da cultura, sustentou ter sido a monarquia (com Pedro I à frente dela) que garantiu a integridade territorial brasileira após a independência.

Se José Honório tem razão em denunciar o oficialismo do texto de Varnhagen, é preciso reconhecer também que, em meio aos preconceitos de classe do historiador, e condicionado por eles, sua obra tinha também um sentido de nação, mesmo que limitado por seu monarquismo e elitismo. Varnhagen registrou essa ambigüidade em uma carta de 14 de julho de 1857 a seu protetor, D. Pedro II. Nela dizia-se empenhado em combater as “opiniões erradas” da multidão; pregar seus deveres, e não seus direitos; combater o “subversivo cabocismo” (cabocismo era o nacionalismo de origem popular). Ao lado disso, registra sua compreensão do caráter político e ideológico do relato histórico, visto como instrumento para forjar a identidade nacional. Foi com essa preocupação, diz, que escreveu um livro, em 1851, com biografias de “brasileiros de todas as províncias”, para “ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações de umas províncias em favor das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo”. Patriotismo, entretanto, sem “ódio à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração”; tratou também, diz, de “por um dique a tanta declamação e servilismo à demo-



cracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade”. (Varnhagen, 1961)

A arte de escrever a história do Brasil nasceu, assim, cercada pelos preconceitos e interesses palacianos. Em sua idéia de nação sem lugar para o povo. Sem a memória das lutas contra a opressão colonial e pela república. Um exemplo de sua aversão aos movimentos de rebeldia é a caracterização que fez de Tiradentes na primeira edição da *História geral*: um conspirador “insignificante e indiscreto, a que o martírio do patíbulo conferira méritos que ele não tinha”. Opinião que, devido às muitas críticas que recebeu, foi eliminada na segunda edição do livro, de 1877. (Rodrigues, 1988)

O principal representante da outra corrente de destaque no século XIX foi João Francisco Lisboa, um escritor, jornalista e historiador cujos pensamento e ação política resumem os limites e contradições do liberalismo brasileiro. Em contraposição a Varnhagen, Lisboa foi um escritor muito mais sensível e simpático às causas populares. Um de seus principais temas, nos *Apontamentos para a história do Maranhão*, é a vida e as lutas do povo, compreendido numa acepção ampla que inclui todos os moradores da colônia, independente de sua posição social. Ele procura analisar os moradores do país, como se ocupavam, quais eram seus interesses, condenando as “mesquinhas contendas” nas quais sangue, raça, local de nascimento ou profissão serviam de “injúrias com que os adversários se afrontavam e combatiam reciprocamente”. (Lisboa, 1976)

Mesmo sendo monarquista, Lisboa era decididamente anticolonialista, outra oposição a Varnhagen. Entendia que a nação brasileira formou-se

## *Varnhagen foi quem melhor exprimiu a visão que a elite tinha do país: monarquista, autoritária, colonialista e racista*

na luta contra a opressão colonial, no confronto com a metrópole portuguesa, e é ao povo que se deve os progressos alcançados nesta parte do mundo, progresso encarado por ele como resultado da ação do homem e da providência divina: “Se, apesar de tudo, no seio de tantas misérias surgiu um povo que com tanta galhardia caminha aos seus altos destinos sob a direção de um príncipe esclarecido e feliz”, isso se deve “não ao mérito dos colonizadores”, mas “às leis eternas do aperfeiçoamento e progresso incessante da humanidade e ao favor visível da Providência”. (Lisboa, 1976)

Outra divergência, profunda e significativa, com Varnhagen está registrada na “Nota C” dos *Apontamentos*, intitulada “Sobre a escravidão e a História Geral do Brasil, pelo Sr. Varnhagen”, onde, condenando as guerras contra os índios e sua escravização, Lisboa diz que a ação dos colonizadores, cujo caráter sanguinariamente repressivo foi louvado por Varnhagen, deve receber um novo julgamento, onde a “condenação dos invasores é inevitável”. (Lisboa, 1976)

Discordava também da opinião radicalmente contrária que o historiador oficial tinha dos movimentos de rebeldia. Como liberal, Lisboa justificou, em tese, as revoltas contra a opressão colonial e contra os excessos e abusos dos governos. Escrevendo sobre a revolta de Manoel Beckman, em 1684, no Maranhão, condenou a “cegueira” de muitos

escritores e governos incapazes de ver “nas revoluções o resultado de causas gerais e da exasperação de um povo todo inteiro”.

A coerência com essas idéias e as limitações de seu liberalismo aparecem em sua opinião sobre os derrotados da revolução Praieira, ocorrida em 1848, em Pernambuco. Ele defendeu os praieiros contra as arbitrariedades e a vingança dos vencedores e, discordando das idéias daqueles revolucionários, defendeu – em nome da liberdade de expressão – seu direito de manifestá-las e lutar por elas. Essa ambigüidade fica ainda mais nítida em sua posição sobre a Balaiada, revolução que uniu liberais, a plebe empobrecida, ex-escravos e negros aquilombados no Maranhão, em 1838. Lisboa fora um dos principais líderes do partido bem-te-vi, liberal, que deflagrou o movimento. Mas quando a revolta eclodiu, ele repudiou-a de público.

Astolfo Serra, principal historiador



João Francisco Lisboa



daquele movimento, diz que Lisboa pôs-se “ao lado de seus adversários”, vendo a Balaiada como um “crime”, embora provocado pelos abusos do governo. Como liberal, diz Serra, Lisboa podia combater “pelo povo, mas seria incapaz de fazer parte de qualquer revolta com o povo”. Principalmente se ela envolvesse elementos das camadas mais pobres e subalternas, entre eles escravos e negros aquilombados. Quando os negros liderados por Cosme Bento aderiram ao levante, Lisboa alertou aos fazendeiros contra o capital representado pelos escravos pois estes – escreveu – “deixam de ser cancro que nos corrói lentamente para ser incêndio que nos devore num instante”. (Serra, 1946)

Os temores desse liberalismo ambíguo e temeroso das massas não podiam ser expressos de forma mais clara. Como bom liberal, Lisboa defendia a idéia de revolução, mas temia seus excessos. Apesar disso, como notou José Veríssimo, Lisboa tinha “um sentimento brasileiro mais íntimo e perfeito que o de Varnhagen, muito maior sensibilidade artística e capacidade literária de expressão, e, também, compreendendo melhor do que nenhum de seus predecessores os aspectos sociais e psicológicos da história e a importância da participação do povo nela”. (Veríssimo, 1969)

As obras de Varnhagen e Lisboa refletiram as teses, anseios, projetos e a ideologia das forças sociais que fizeram a independência e consolidaram, sob a monarquia, o poder das elites latifundiárias e escravistas.

Nas décadas de 1870 e 1880 a luta contra a monarquia e a escravidão se aprofundou e fortaleceu, ganhando a adesão de elementos das camadas médias que surgiam nas cidades, menos sujeitas ao poder direto e aos

interesses dos potentados rurais. A historiografia representada pelo IHGB deixa então de “representar a evolução da consciência nacional”. (Janotti, 1977) Surge uma nova geração, que assume o desafio de atualizar a compreensão do país e seu povo, formada por homens como Silvío Romero, João Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bomfim, entre outros. (Ventura, 1991) A obra desta geração vai marcar o entendimento do Brasil até, pelo menos, a década de 1920, com ecos tardios nas teses defendidas por Oliveira Viana.

Inspirada pela ciência social de sua época, em autores franceses, alemães e ingleses, essa geração foi marcada pelo positivismo de Augusto Comte e Émile Littré, pelo evolucionismo de Charles Darwin, Ernest Haeckel e Herbert Spencer, pelo sociologismo de Frédéric Le Play, pelo determinismo geográfico de Henri Thomas Buckle, pelo racismo de Joseph Arthur Gobineau e Georges V. de Lapouge. Em grande medida, esta ciência social que valorizava o europeu do norte e desprezava os povos morenos, os



Silvío Romero

africanos e os asiáticos – particularmente o darwinismo social de Spencer e o racismo “científico” de Gobineau e Lapouge – mal escondia sua natureza de apologia do domínio de classe da burguesia e de legitimação da expansão imperialista sobre o planeta. Caráter que, já em 1905, era denunciado com argúcia pelo médico e historiador sergipano Manoel Bomfim, para quem seus praticantes eram “filósofos do massacre”, cuja “teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”. (Sussekind, 1984. Ver também Moura, 1976; e Nesturj, 1976)

Mas a ciência dominante da época cobrou seu tributo, e um dos traços que marcam a visão de Brasil elaborada por essa geração deriva-se da compreensão da sociedade como um organismo vivo. A biologização da história aparece na obra de quase todos aqueles autores, sobrepondo-se às suas divergências de método ou de enfoque; em consequência, defenderam em graus variados as teses racistas que afirmavam a superioridade do homem branco. Na passagem do século XIX para o século XX estas teses racistas, que não foram alheias à geração anterior, tiveram a pretensão de constituir uma ciência, o racismo científico, com seu eugenismo, a pretensa superioridade do ariano e do seu tão valorizado *dolicocéfalo louro*, mitos que tanto ocuparam a mente dos pensadores brasileiros de então.

Os temas do debate histórico diversificavam-se. O republicanismo e as idéias liberais contrapunham-se ao crasso monarquismo do IHGB. O debate sobre a composição racial de nosso povo, do lugar que caberia aos ex-escravos após a abolição, a



atribuição do atraso nacional à cor da pele mais escura predominante em nossa população e, em decorrência, o sonho do seu branqueamento como condição para o progresso; o reconhecimento da necessidade de olhar menos o litoral e mais para o sertão, para o interior do país – estas eram algumas das questões que povoavam aquelas cabeças.

A idéia da “força biológica da história” aparece já na *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero, publicada inicialmente em 1888, definida como “a ação étnica, representada pelo sangue e pela língua”. (Romero, 1980) Polemista arguto e perseverante, a visão que Silvio Romero tinha da história do país resumia bem as contradições de sua geração. Ele tinha uma compreensão evolucionista da história, influenciada pelo meio geográfico e pela raça. Essa visão mesclava-se à denúncia da opressão colonial e neocolonial e do latifúndio como obstáculos ao desenvolvimento da nação. A ruptura com Portugal, em 1822, foi vista por ele, na segunda edição, de 1901, como “um fato histórico de alcance quase nulo, não tendo havido aqui uma revolução que afogasse os velhos preconceitos”, e que não tivemos nem na Independência, nem na República. Ele era taxativo: as “relações econômicas e sociais da Colônia e do Império ainda se achavam de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional”. (Romero, 1980)

O primeiro escrito propriamente histórico que registra a nova visão é a *História do Brasil*, um compêndio para uso didático escrito por João Ribeiro, publicada em 1900. A obra mais marcante dessa época é *Os sertões*, de Euclides da Cunha, de

1902, apesar do principal historiador daquela geração ter sido João Capistrano de Abreu, uma espécie de continuador crítico de Varnhagen, cuja obra anotou minuciosamente, restabelecendo fontes e suprimindo lacunas. Fiel ao espírito de seu tempo, a história para ele era um gênero literário e uma ciência, cujas linhas gerais eram dadas pelo positivismo, pelo evolucionismo, pelo deter-

o passado, à luz dessa dupla experiência”. (Canabrava, 1980)

Apesar de valorizar a obra de Varnhagen, deixou claro seu ponto de vista oposto ao dele numa carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo (16 de julho de 1920), onde diz: “a mim me preocupa o povo, durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado”. (Abreu, 1977) A compreensão da

---

## *A visão da história que se construiu com a República foi influenciada pela biologia e compreendia a sociedade como um organismo vivo*

---

minismo geográfico e pela sociologia. Para ele, como para a maior parte dos autores de então, as sociedades se desenvolviam como os organismos vivos.

Em sua obra, diz a historiadora Alice P. Canabrava, a pesquisa empírica trouxe para o primeiro plano da historiografia “o povo propriamente dito, os segmentos populacionais que trabalham a terra, os que labutam nas tarefas artesanais ou nos afazeres do comércio”. A “reconstrução histórica deixa de se prender exclusivamente à ação dos expoentes da estrutura político-administrativa”, e em sua obra encontramos a presença daquilo que ele chamava *povo comum*. Sua obra reflete “uma nova visão do seu próprio mundo, a do Brasil republicano”. Capistrano viveu “os anos de ruptura da unidade inteiriça do Império, refletida na *História geral de Varnhagen*”, e coube-lhe delinear “um Brasil novo, que observava com a sensibilidade aguçada pelos instrumentos intelectuais, e tentar recriar

trajetória desse povo pelo qual tinha tanta simpatia aparece nos temas que dominaram sua obra – o contraste entre o litoral e o sertão, a importância do estudo do povoamento e a valorização da mestiçagem étnica e cultural, o estudo da formação territorial do país, importância de estudar as populações que aqui habitavam, que ressalta ao estudar línguas indígenas para melhor compreender a geografia do país. Sua principal contribuição talvez tenha sido o minucioso trabalho de resgatar e examinar documentos, e mesmo descobrir a autoria de inúmeros deles (como, por exemplo, a de livros fundamentais como os *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, ou *Cultura e opulência do Brasil*, de André Antonil, pseudônimo do jesuíta João Antônio Andreoni), ou fazer publicar outros essenciais, como a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, obra que dormiu durante dois séculos nos arquivos portugueses, até ser encontrada por historiadores brasileiros no século passado e finalmente publicada



na íntegra por iniciativa de Capistrano de Abreu, em 1888.

Capistrano de Abreu deixou uma vasta obra de ensaios, prefácios, resenhas, estudos críticos, publicados esparçadamente, além de três livros fundamentais, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, onde investiga o esforço de conquista do território e seu povoamento; *O descobrimento do Brasil*, com o qual concorreu à vaga de professor de História do Brasil no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1883, livro onde discute as pretensões estrangeiras sobre o país, e formula uma espécie de roteiro de seus temas preferidos, e cujo estudo aprofundaria nos anos seguintes (o litoral, o sertão, povoamento e população, e a população), e que seria uma espécie de roteiro que orientaria seus estudos nos anos seguintes, e *Capítulos da história colonial*, considerado por Nelson Werneck Sodré como “trabalho de consulta obrigatória”, constituindo “a ossatura



Capistrano de Abreu

cronológica a ser preenchida pelas pesquisas de outra escala e, principalmente, de outro método”.

Mas a obra mais popular e, com justiça, mais importante desse período,

## *Com Os sertões, de Euclides da Cunha, o povo irrompe definitivamente no cenário da historiografia brasileira*

é *Os sertões*, de Euclides da Cunha, livro que resume, melhor que qualquer outro da época, as contradições e ambigüidades da concepção da história que se forjava, inspirada numa ciência européia pouco adequada para dar conta das realidades sociais, históricas e humanas que os autores brasileiros estudavam.

Republicano radical, formado na Escola Militar, sob influência direta do positivismo de Benjamin Constant, para Euclides da Cunha o caráter científico da história decorria da incorporação à análise das idéias das ciências sociais de sua época.

Assim, ele foi mais radical do que Capistrano de Abreu ao apoiar na geografia o estudo da história, inspirando-se diretamente na obra de Friedrich Ratzel, o grande geógrafo alemão do final do século XIX, um dos países da geopolítica (de cuja obra deriva, aliás, o próprio plano de *Os sertões*, com sua valorização do ambiente geográfico). Euclides aceitou também os preconceitos racistas vigentes, amparando no evolucionismo e no darwinismo social a crença na desigualdade entre as raças. Assim, o determinismo climático, geográfico e racial estavam na base de sua concepção de história.

Esta homenagem à ciência da época mal esconde, como mostrou Clóvis Moura, a contradição entre os sentimentos de um homem de espírito que viu seu povo em ação, sentimentos registrados nas *Cadernetas de campo*, e a reflexão do cientista que, sob influência das idéias de seu tempo, adjetivou esses homens como racialmente inferiores.

Mas o sentimento, mais forte que a reflexão, surge aqui e ali em *Os sertões*, em testemunhos notáveis do valor daquele sertanejo que era, antes de tudo, um forte. Euclides justificou a revolta liderada por Antônio Conselheiro dizendo que “o sertanejo defendia o lar invadido e nada mais”. Registrou, com grande simpatia e admiração épica, a ação dos revoltosos: “No último dia de sua resistência inconcebível, como bem poucas idênticas na História, os seus últimos defensores, três ou quatro magros titãs famintos e andrajosos, iriam queimar os últimos cartuchos em cima de seis mil homens!”. (Cunha, 1998)

Se Capistrano de Abreu tivera a sensibilidade de reconhecer a necessidade do estudo das populações do país, é em *Os sertões* que o povo vai irromper definitivamente no cenário da história brasileira e, com ele, a velha historiografia, voltada para a ação da elite, justificadora dos governos e da razão do Estado, voltada para o litoral, é definitivamente ultrapassada.

Na obra de Euclides da Cunha, diz José Honório Rodrigues, “os excessos científicos gastos pelo tempo e pela própria evolução científica” valem menos que “a simples e nua luta”. Ele assinala, já em 1902, uma outra etapa em nossa historiografia, em que o ideal “era ver nossa história à luz de sua própria



substância, a evolução do seu povo, sua solidariedade interna, a marcha de seu progresso, os obstáculos que desde a colônia se puseram às suas conquistas e seus triunfos, e o muito que ainda resta fazer”. (Rodrigues, 1966) [Continua na próxima edição de *Princípios*]

José Carlos Ruy é jornalista.

### Bibliografia

- ABREU, João Capistrano de  
1975: Caminhos antigos e povoamento do Brasil, *Civilização Brasileira*, RJ, (1ª ed.: 1889)  
1975a: “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, in *Ensaios e Estudos*, 1a. Série, *Civilização Brasileira*, RJ  
1976: Capítulos de história colonial (1500/1800), *Civilização Brasileira*, RJ, (1ª ed.: 1907)  
1976a: O descobrimento do Brasil, *Civilização Brasileira*, RJ, (1ª ed.: 1900)  
1977: Correspondência, v. 2, *Civilização Brasileira*, RJ
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de  
1988: “Ronda noturna – narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”, in *Estudos Históricos*, nº 1, RJ
- CANABRAVA, Alice P.  
1980: “Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu”, in *Separata do III Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*, UFRS, Porto Alegre
- COELHO, Geraldo M.  
1981: História e ideologia: o IHGB e a República, Belém, UFPA, cit. por Moura (1990)
- CUNHA, Euclides da  
1941: “Esboço de história política: da Independência à República”, in *À margem da história*, Lello, Porto, (1ª ed.: 1909)  
1975: Contrastes e Confrontos, Record, RJ (1ª ed.: 1907)
- 1984: Euclides da Cunha, *coletânea organizada por Walnice Nogueira Galvão*, Ática, SP, (Coleção *Grandes Cientistas Sociais*, v. 45)  
1998: Os sertões, Ática, SP (1ª ed.: 1902)
- GALVÃO, Walnice Nogueira,  
1984: “Euclides, elite modernizadora e o enquadramento”, in *Cunha* (1984)
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado  
1988: “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, nº 1, RJ
- JANOTTI, Maria de Lourdes M.  
1977: João Francisco Lisboa: jornalista e historiador, Ática, SP
- LEITE, Dante Moreira  
1983: O caráter nacional brasileiro – história de uma ideologia, *Pioneira*, SP (1ª ed.: 1954)
- LISBOA, João Francisco  
1976: “Apontamentos para a história do Maranhão”, in *Crônica do Brasil Colonial – apontamentos para a história do Maranhão*, *Vozes*, Petrópolis, (1ª ed.: 1858)
- MOURA, Clóvis  
1964: Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha, *Civilização Brasileira*, RJ  
1976: Sociologia de la praxis, *Siglo Veintiuno*, México DF  
1990: As injustiças de Clío – o negro na historiografia brasileira, *Oficina de Livros*, BH
- NESTURJ, M. F.  
1976: Las razas humanas, *Editorial Progreso*, Moscou
- ODÁLIA, Nilo  
1979: “Introdução” a Varnhagen (1979)
- RODRIGUES, José Honório  
1966: Vida e história, *Civilização Brasileira*, RJ
- 1970: “Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil”, in *História e historiografia*, *Vozes*, Petrópolis  
1979: História da História do Brasil, 1ª. Parte, *Historiografia colonial*, Cia Editora Nacional, SP  
1988: História da História do Brasil, V. II, *tomo 1*, A historiografia conservadora, Cia Editora Nacional, SP
- ROMERO, Sílvio  
1980: História da literatura brasileira, José Olympio, RJ, (1ª ed.: 1888)
- SERRA, Altolfo  
1946: A Balaiada, *Bedeschi*, RJ
- SKIDMORE, Thomas E.  
1976: Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, *Paz e Terra*, RJ
- SODRÉ, Nelson Werneck  
1965: As ideologias do colonialismo – seus reflexos no pensamento brasileiro, *Civilização Brasileira*, RJ, 1973: O que se deve ler para conhecer o Brasil, *Civilização Brasileira*, RJ (1ª ed.: 1945)
- SUSSEKINF, Flora, e VENTURA, Roberto  
1984: História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim, *Moderna*, SP
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de  
1961: Correspondência ativa, *coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*, INL, RJ  
1979: Varnhagen: história, *coletânea organizada por Nilo Odália*, Ática, SP  
1981: História geral do Brasil, 3 volumes, Itatiaia, BH; Edusp, SP (1ª ed.: 1854)
- VENTURA, Roberto  
1991: Estilo tropical – história, cultura e polêmicas literárias no Brasil, *Cia das Letras*, SP
- VERÍSSIMO, José  
1969: História da literatura brasileira, José Olympio, RJ



# Algumas considerações sobre o conceito de *pensamento* *conservador*

PAULA BEIGUELMAN



*FHC disse, recentemente, que não houve, nem há, pensamento conservador no Brasil, e referiu-se a uma “aluna” que teria sido advertida, nesse sentido, numa defesa de tese. Neste artigo, aquela “aluna”, a respeitada professora Paula Beiguelman, demonstra a falsidade da opinião do sociólogo-presidente*



Em novembro de 1998, Fernando Henrique Cardoso disse, num discurso, que no Brasil não há conservadores – quando muito, há atrasados. Na ocasião ele apenas repetia o que já dissera um ano antes e, como sempre, sem muito propósito.

Tratava-se, segundo ele, de citação de uma frase que atribuía a Sérgio Buarque de Holanda, que a teria pronunciado numa banca examinadora, contestando nesse ponto a candidata cuja tese, entre inúmeros outros temas, analisava também o pensamento conservador no Brasil.

A candidata de então, e hoje professora associada da Universidade de São Paulo, era Paula Beiguelman. *Princípios* convidou-a a comentar o assunto e o resultado é o artigo que segue.

Depois de transferir para a história das idéias a noção de *estilo*, elaborada na história da arte, o filósofo e sociólogo Karl Mannheim observa que o pensamento europeu de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX tendeu a articular-se em torno das diferenças desenvolvidas a partir dos acontecimentos da Revolução Francesa e da estruturação da sociedade de classes. Essa conexão do pensamento com as linhas políticas permitiria construir polarmente os estilos de pensamento liberal e conservador, aos quais se viria acrescentar posteriormente o estilo de pensamento socialista.

Para exemplificar o novo método, Mannheim escolhe o pensamento conservador (1), estudando-o especialmente na forma como se manifestou na Alemanha e na qual, mais que em qualquer outra vertente, se encontrariam

evidenciadas todas as implicações lógicas da posição assumida.

A análise se inicia caracterizando a resposta conservantista ao racionalismo moderno, interpretado este em termos de um pensamento generalizador, abstrato e quantificador, que identifica a verdade com a validade universal e percebe o homem apenas por aquilo que o generaliza e socializa – a Razão.

Quanto aos nexos e atitudes vitais, bem como as correspondentes formas intuitivas, qualitativas e concretas do pensamento, são progressivamente

recalcadas para a periferia da vida capitalista. E apenas entre a nobreza, camponeses e pequena burguesia as tradições seriam mantidas vivas, ficando a burguesia e o proletariado cada vez mais imersos na nova ordem.

A gênese do conservantismo significaria elevar esses elementos, assim recalcados, ao nível da reflexão, dando origem a uma contralógica elaborada à base dos fatores intelectuais ameaçados pela vitória do racionalismo burguês. Isto é, o pensamento conservador corresponderia, no plano metodológico, ao anticapitalismo dos estratos sociais não diretamente interessados ou mesmo ameaçados pelo processo capitalista.

O sentido da característica mais evidente da lógica conservadora – o apelo ao concreto, ao qualitativo – pode ser melhor entendido através do exame do seu papel na discussão das categorias burguesas básicas: propriedade, liberdade e igualdade.

Ao opor-se à propriedade capitalista, o conservantismo ressalta o caráter *genuíno* da apropriação feudal, que implica certos privilégios inalienáveis que são conservados pelo detentor mesmo depois de perder a posse: a apropriação feudal não conhece a *alienação* característica da propriedade burguesa, exterior ao proprietário.

Contra a idéia da liberdade individual associada à igualdade, o conservantismo elabora a idéia qualitativa de uma liberdade que representaria a possibilidade do desenvolvimento das peculiaridades individuais de pessoas *desiguais*.

---

*O pensamento conservador formula uma resposta ao racionalismo moderno, que percebe o homem apenas por aquilo que o generaliza e socializa – a Razão*

---



cracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade”. (Varnhagen, 1961)

A arte de escrever a história do Brasil nasceu, assim, cercada pelos preconceitos e interesses palacianos. Em sua idéia de nação sem lugar para o povo. Sem a memória das lutas contra a opressão colonial e pela república. Um exemplo de sua aversão aos movimentos de rebeldia é a caracterização que fez de Tiradentes na primeira edição da *História geral: um conspirador* “insignificante e indiscreto, a que o martírio do patíbulo conferira méritos que ele não tinha”. Opinião que, devido às muitas críticas que recebeu, foi eliminada na segunda edição do livro, de 1877. (Rodrigues, 1988)

O principal representante da outra corrente de destaque no século XIX foi João Francisco Lisboa, um escritor, jornalista e historiador cujos pensamento e ação política resumem os limites e contradições do liberalismo brasileiro. Em contraposição a Varnhagen, Lisboa foi um escritor muito mais sensível e simpático às causas populares. Um de seus principais temas, nos *Apontamentos para a história do Maranhão*, é a vida e as lutas do povo, compreendido numa acepção ampla que inclui todos os moradores da colônia, independente de sua posição social. Ele procura analisar os moradores do país, como se ocupavam, quais eram seus interesses, condenando as “mesquinhas contendas” nas quais sangue, raça, local de nascimento ou profissão serviam de “injúrias com que os adversários se afrontavam e combatiam reciprocamente”. (Lisboa, 1976)

Mesmo sendo monarquista, Lisboa era decididamente anticolonialista, outra oposição a Varnhagen. Entendia que a nação brasileira formou-se

## *Varnhagen foi quem melhor exprimiu a visão que a elite tinha do país: monarquista, autoritária, colonialista e racista*

na luta contra a opressão colonial, no confronto com a metrópole portuguesa, e é ao povo que se deve os progressos alcançados nesta parte do mundo, progresso encarado por ele como resultado da ação do homem e da providência divina: “Se, apesar de tudo, no seio de tantas misérias surgiu um povo que com tanta galhardia caminha aos seus altos destinos sob a direção de um príncipe esclarecido e feliz”, isso se deve “não ao mérito dos colonizadores”, mas “às leis eternas do aperfeiçoamento e progresso incessante da humanidade e ao favor visível da Providência”. (Lisboa, 1976)

Outra divergência, profunda e significativa, com Varnhagen está registrada na “Nota C” dos *Apontamentos*, intitulada “Sobre a escravidão e a História Geral do Brasil, pelo Sr. Varnhagen”, onde, condenando as guerras contra os índios e sua escravização, Lisboa diz que a ação dos colonizadores, cujo caráter sanguinariamente repressivo foi louvado por Varnhagen, deve receber um novo julgamento, onde a “condenação dos invasores é inevitável”. (Lisboa, 1976)

Discordava também da opinião radicalmente contrária que o historiador oficial tinha dos movimentos de rebeldia. Como liberal, Lisboa justificou, em tese, as revoltas contra a opressão colonial e contra os excessos e abusos dos governos. Escrevendo sobre a revolta de Manoel Beckman, em 1684, no Maranhão, condenou a “cegueira” de muitos

escritores e governos incapazes de ver “nas revoluções o resultado de causas gerais e da exasperação de um povo todo inteiro”.

A coerência com essas idéias e as limitações de seu liberalismo aparecem em sua opinião sobre os derrotados da revolução Praieira, ocorrida em 1848, em Pernambuco. Ele defendeu os praieiros contra as arbitrariedades e a vingança dos vencedores e, discordando das idéias daqueles revolucionários, defendeu – em nome da liberdade de expressão – seu direito de manifestá-las e lutar por elas. Essa ambigüidade fica ainda mais nítida em sua posição sobre a Balaiada, revolução que uniu liberais, a plebe empobrecida, ex-escravos e negros aquilombados no Maranhão, em 1838. Lisboa fora um dos principais líderes do partido bem-te-vi, liberal, que deflagrou o movimento. Mas quando a revolta eclodiu, ele repudiou-a de público.

Astolfo Serra, principal historiador



João Francisco Lisboa





Escravidão e mercado: ensacamento e pesagem de açúcar (1860). Ilustração de Charles Ribeyrolles

que se faça tábula rasa da ordem vigente e se crie uma ordem nova.

Contra a Constituição racionalista, deduzida do direito natural, define a Constituição *prescriptiva*, que retira sua autoridade do fato de ter existido desde tempos imemoriais. E ao tratamento abstrato dos problemas de governo, contrapõe a idéia da ciência do governo como *ciência experimental*.

Por fim, depois de substituir o racional pelo razoável Burke, na busca de um baluarte contra as conseqüências perturbadoras do complexo “filosofia, luzes, liberdade e direitos do homem”, não recua ante a própria apologia do obscurantismo e dos preconceitos. “Sou suficientemente audaz para confessar nesta idade ilustrada que somos geralmente homens de sentimentos inatos – que em vez de prescindir de nossos velhos preconceitos os fomentamos (...); o preconceito dá uma norma de ação e evita a irresolução.”

Também no Brasil encontramos presente um estilo de pensamento

conservador a partir da revolução industrial. O que o caracteriza essencialmente é a posição acrítica com respeito ao *status quo* sócio-econômico, com destaque para o escravismo.

A defesa doutrinária da escravidão ganha vulto com a Revolução Francesa.

Ante a ameaça da propagação dos princípios que haviam sido postos em prática nas colônias francesas, o escravismo, ao mesmo tempo que rotula de jacobinas as idéias abolicionistas, recolhe a recém-elaborada crítica conservantista ao raciocínio apoiado no direito natural. Assim, Azeredo Coutinho invoca o critério da necessidade social para legitimar a escravidão.

Mais tarde, a má-consciência com respeito à matéria, vigente na opinião

mais esclarecida, será interpretada pelo regressismo de Bernardo Pereira de Vasconcelos como um exemplo de atitude não-realista de aceitação de um padrão inadequado ao contexto brasileiro. O próprio tráfico de escravos representaria, ao contrário, (segundo o regressismo) fator de progresso.

Intensificando-se a campanha abolicionista na década de 1880, o conservantismo refutava o conteúdo doutrinário do movimento como decorrente de um raciocínio incapaz de apreender a realidade empírica. Assim, escaparia aos agitadores o fato de que aqueles que pretensamente se visava beneficiar com a liberdade se veriam lançados na anomia com a emancipação geral. Da mesma forma, segundo o conservantismo, o raciocínio abstrato dedutivo dificultaria perceber como da sujeição da raça negra resultavam na prática relações baseadas no exercício de uma proteção paternalista que integrava afetivamente o senhor e seus escravos numa mesma comunidade, ressalvada a diferença de papéis...

Correlatamente, a ordem escravista perdia sua conotação negativa (espoliação do trabalhador escravo) e passava a se inserir num universo de significações culturais que representariam a forma peculiar de *ser* da sociedade. A crítica ao raciocínio generalizador e a complementar insistência na peculiaridade brasileira são, portanto, utilizadas pelo escravismo para negar a legitimidade de implantar-se a liberdade do trabalho, que não passaria de um padrão

---

### *Pereira Barreto combateu o movimento abolicionista apelando para os preconceitos racistas*

---



exógeno, próprio das economias industriais.

É também o desencadeamento da campanha abolicionista que estimula a expressão de conceitos como os enunciados por Pereira Barreto em 1880 e que evocam os de Burke.

Tratando-se de porta-voz do imigrantismo, não podemos considerar Pereira Barreto perfeitamente identificado com a manutenção do *status quo*. Será antes o exclusivo receio das potencialidades revolucionárias da agitação abolicionista que o conduz, com o recurso a um raciocínio conservador, à circunstancial defesa do escravismo, uma vez que em 1880 a introdução da grande imigração

condições empírico-concretas em que a escravidão se tornava necessária e que pretensamente a justificariam.

Por fim, como Burke invocando o obscurantismo, o cientista Pereira Barreto não trepidará em combater o movimento abolicionista apelando para os preconceitos sobre a “raça inferior”. “Em definitivo, a preponderância da raça ariana é fundada sobre condições naturais, que seria fútil contestar”.

A doutrina conservadora esteve marcadamente presente na construção do arcabouço institucional do Segundo Reinado.

O Código de Processo Criminal de 1832 e o próprio Ato Adicional de

se entrechocariam como forças equivalentes.

Com efeito, a doutrina institucional regressista se desenvolve em torno da constatação de que a autonomia localista dificultava de fato o exercício das liberdades civis, dado o caráter faccioso da justiça local. A esse autonomismo era contraposto um Executivo central atuante, que introduziria uma justiça governamental objetiva e também desestimularia a desordem.

Ou seja, à referência indiscriminada aos padrões defendidos pelo liberalismo político – que levaria a uma ação inconsistente, inadequada aos próprios fins propostos – o conservantismo opunha um esquema realista, atento às circunstâncias e às peculiaridades da sociedade senhorial brasileira.

Essa atitude, é certo, estimulava a descoberta das características organizatórias específicas da sociedade agrária não-campesina criada pela monocultura escravista. Mas o conhecimento alcançado se esgotava na fundamentação de um planejamento institucional que visava simplesmente preservar o equilíbrio da sociedade, mas não cogitava de por em questão os próprios fundamentos dela, aceita como *dado*, e não discutida como *problema*.

Também o pensamento abolicionista focaliza a especificidade da realidade brasileira.

Entretanto, adotada a perspectiva do escravo e a partir de um confronto contrastante com o modelo das sociedades de economia industrial, essa realidade recebe uma avaliação negativa, impelindo à busca de recursos teóricos para o estabelecimento de suas determinações. Daí resulta de imediato o seu tratamento como uma estrutura articulada (sistema).

É com referência a esse sistema que

---

## *O esquema “realista” do conservadorismo deriva dos interesses de classe da elite senhorial brasileira*

---

subvencionada não estava ainda equacionada. Essa virtualidade ideológica, aliás, decorre de maneira fundamental do fato de que, ao contrário do pensamento abolicionista elaborado por Joaquim Nabuco, que adota a perspectiva dos dominados do sistema (e ao qual faremos referência mais adiante) o imigrantismo é a ideologia dos beneficiários do processo.

Quanto a Pereira Barreto, atendo-se à dinâmica espontânea do sistema centrado na lavoura cafeeira, opõe à “metafísica” que subverte a ordem vigente em nome do direito natural (revolução) a idéia da abolição como consequência necessária e automática do estabelecimento de uma corrente imigratória (evolução).

Ao mesmo tempo, contrapunha ao “raciocínio absoluto” que conduzia ao abolicionismo, a compreensão das

1834 haviam criado uma estrutura judiciária, administrativa e paramilitar de cunho localista e descentralizado. Tal esquema, além de estimular a rebeldia autonomista permitia que, no bojo da agitação, viesse à tona a insatisfação popular.

O regressismo de Bernardo Pereira de Vasconcelos não tardará a apontar a ineficácia do liberalismo localista para a autodefesa da sociedade, preconizando o “regresso” à Autoridade. Em maio de 1840 promulgava-se a lei de interpretação do Ato Adicional. E em 3 de dezembro de 1841 era reformado o Código de Processo criminal de 1832. O autonomismo era derrotado pelo centralismo em benefício da sociedade senhorial (embora à sua revelia) de maneira a propiciar as condições organizatórias sem as quais os detentores do poder sócio-econômico



Joaquim Nabuco elabora o conceito de Escravidão. "Quando emprego a palavra Escravidão, sirvo-me de um termo compreensivo, como é por exemplo, na França, a expressão Antigo Regime, dos resultados do nosso sistema social todo, o qual é baseado sobre a escravidão."

Ao procurar a determinante desse sistema, o raciocínio abolicionista o dissocia analiticamente em planos, dos quais o básico seria o regime territorial e agrícola. Esse plano, que assim se destaca, não é elevado, porém, à categoria de *causa*: o regime territorial e agrícola escravista é, ele próprio, manifestação do princípio ordenador do sistema em que se insere, isto é, representa o regime territorial e agrícola da *Escravidão*.

O abolicionismo registra que nesse quadro o elemento nacional é apenas admitido ao trabalho na condição de escravo, ao mesmo tempo em que milhões de produtores potenciais são

mantidos em economia de subsistência, nos interstícios da grande lavoura. Apontando assim como alvo a incorporação econômica normal da massa popular brasileira, o abolicionismo transcende a batalha pela emancipação jurídica do escravo, ampliando-a para a reivindicação da mudança do próprio sistema em que a escravidão se insere – e que pode persistir mesmo depois de abolido o estatuto escravista.

O estreito vínculo entre teoria e práxis transformadora no pensamento abolicionista contribui ainda mais para cogitarmos de estabelecer uma correspondência com o terceiro estilo de pensamento, o socialista.

Com efeito, no pensamento de Joaquim Nabuco reencontramos o modelo da metodologia e do raciocínio dialético marxista, desenvolvido, embora com o recurso a categorias peculiares, referidas à análise do sistema periférico tropical e à

participação nas lutas da conjuntura abolicionista (1879-1888).

Da mesma forma, os dominados do sistema cuja perspectiva é adotada são o proletariado num caso, e os escravos no outro. (3)

Paula Beiguelman é Professora Associada da USP e Vice-Presidenta do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo.

**Notas:**

(1) V. "Conservative thought". In: Essays on sociology and social psychology, Routledge & Kegan Ltd., Londres, 1953.

(2) No Manifesto Comunista é feita uma crítica contundente ao anticapitalismo feudal. Cf. especialmente o tópico "O socialismo feudal".

(3) Para uma mais ampla explanação sobre o pensamento abolicionista ver "Teoria e ação no pensamento abolicionista". In: Formação política do Brasil, de nossa autoria, pp. 177-210, Pioneira, 1976.

## CUPOM PARA PEDIDO – Assinatura da revista



**Princípios (4 edições) – R\$ 30,00**

**Princípios para o Exterior – US\$ 40,00**

Forma de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda.

Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3 (favor enviar comprovante)

Cartão Credicard/Diners ou VISA nº \_\_\_\_\_ Validade \_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Data e Assinatura: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - São Paulo/SP CEP 01323-010



# Gênero e revolução cultural: as revoluções na revolução

MARY GARCIA CASTRO

*A revolução de costumes e a crítica dos estereótipos aparece na temática das músicas e expressam a situação da mulher cubana*





No plano da estética, via literatura e música, “a revolução na Revolução”, como Fidel se referia à questão da mulher em Cuba nos anos 60, o que mais inovou quanto à revolução de costumes foi a contra cultura crítica dos estereótipos. Músicos cubanos redirecionaram, desde os anos 80, sua temática para a reflexão sobre os costumes, ganhando acento erótico, irreverente e eclético.

Em uma de suas músicas o conhecido conjunto musical cubano Van-Van faz uma gozação sobre a *titimania* – relação de homens de mais de 60 anos com mulheres de menos de 25 – prática comum e crescente não só em Cuba... Mas perde-se o acento moralista e didático, para a tônica de por a nú as idiosincrasias culturais, os costumes.

No verão de 1989, Pablo Milanez, famoso músico e compositor cubano escandalizou o país com uma composição intitulada “El breve espacio en que no estás” onde cantou uma amada não ortodoxa tanto nas relações amorosas quanto na vida política, pois – segundo “Pablito” – ela “*no comparte una reunión mas le fascina la canción... y ama como se tuviera sólo un día para amar*”.

Na mesma música ele desabafa que “*no le pregunto se si queda porque temo como respuesta un ‘jamás’*”, e arrisca proposta inovadora para os costumes latino-americanos: “*la prefiero comparada que tener mi vida esvaciada*”.

Proposta bem diferente da que é comum nas baladas, sons e salsas que pela América Latina mostram as mulheres não Amélias como “perfidia”, “Salomé”, “mala mujer”, “sonrisa fatal”, “moneda con cara de mujer” e outras jóias do machismo *nuestro*.

As músicas de Silvio Rodríguez, Pablo Milanes, e dos Van-Van, entre outros, são formadoras de opinião,

tornam-se assunto de esquina em Cuba. São peças de crítica cultural, atentas a temas emergentes. A música “Paladar”, de Silvio Rodríguez (1995) ilustra a atenção da produção estético-musical à vida nas ruas. Os ‘paladares’, denominação popular, tirada de uma novela brasileira, para restaurantes de pequenos proprietários, acessível somente aos que pagam em dólar, é figura desconfortante para o modelo socialista, tal indicador de sociedade de

## *Cuba, antes da revolução, era conhecida como o prostíbulo e o cassino dos milionários norte-americanos*

classes, de economia de mercado. Na canção, Silvio Rodríguez se move entre o estranhamento à mercantilização de serviços, gostos, relações sociais, prazeres e a atração, o prazer do café:

*“Llego al club de los cincuenta y una mano trae la cuenta*

*...Me pregunto que negocio es este en que hasta el deseo es un consumo.*

*Qué me haré cuando facture el sol?*

*Pero vuelvo siempre el rostro al este y me ordeno un nuevo desayuno, apesar del costo del amor.”*

Já nos anos 70 a temática das relações de gênero, abordada nas artes

com os objetivos bem intencionados de combater as desigualdades, pautava-se por dar lições certinhas, mais chatinhas, que não enfrentavam a complexidade das paixões, dos gostos, da carga emocional e cultural que modela a sexualidade e o amor.

Ilustra tal tônica uma canção dos anos 70, que menos que ser criticada deve ser compreendida no espírito da época de inculcar valores patrióticos e pela igualdade entre homens e mulheres, em uma população que vinha de épocas de reificação da mulher, pelas figuras ou da mãe ou da prostituta. Cuba, nas ditaduras de Machado e principalmente de Batista, era conhecida como o prostíbulo, o cassino dos norte americanos. A família cubana branca de classe média e alta estava influenciada por costumes espanhóis: a mulher raramente trabalhava de forma remunerada; o marido mantinha tanto a família legal, quanto uma ou mais *queridas*.

Em conformidade com o código de

moral corrente, ao homem se admitia “qualquer coisa”; o domínio sobre sua esposa e filhos e a conquista de outras mulheres, eram sinais de “masculinidade”. (Randall, 1972: 31)

Segundo Randall (1972: 32) e Martínez Alier (1978) em seu célebre livro *Color, Clase y Matrimonio en Cuba en el siglo XIX*, a figura da mulher, como mãe era exaltada também na cultura africana, trazida pelos escravos. Muitos homens faziam parte de associações exclusivas para homens, e as mulheres tinham “orgulho pelo seu homem”.



Em 1961, muitas mães e pais resistiam em permitir que seus filhos e, principalmente filhas, se engajassem na Campanha de Alfabetização e viajassem para lugares distantes. A propaganda contra-revolucionária explorou bem os valores da família superprotetora, e não poucas mães acreditavam que seus filhos seriam levados para a Rússia, onde seriam comidos. Para salvá-los desse destino, os embarcaram para os Estados Unidos. É desse tempo a *Operação Peter Pan*, articulada por padres católicos que tiravam da Ilha, com consentimento dos pais, crianças de classe média para irem viver nos Estados Unidos, salvar-se da “dissolução da família” e do “comunismo”.

A meta básica da Federação de Mulheres de Cuba, nos primeiros anos da Revolução, era engajar a mulher na produção e no sistema de ensino. Um dos principais projetos foi a *Escola de Reeducação de Empregadas Domésticas*, que tinha como meta inserir as mulheres nas atividades no Estado – muitas substituíram os bancários que, junto com os médicos, constituíam um dos mais altos contingentes ocupacionais entre os que abandonaram Cuba no início da Revolução de 1959. No campo de projetos relacionados especificamente à mulher, destacam-se também a *Escuela de Campesinas* e a *Escuela de las Clodomiras* – para moças com “problemas na família” e outra para reinserção social das prostitutas em outros campos de trabalho. Em 1966 (discurso de 10 de dezembro), declarava Fidel Castro:

“E se nos perguntassem o que de mais revolucionário está fazendo a Revolução, responderíamos que é precisamente isto, ou seja, a revolução que ocorrem entre as mulheres cubanas.” (In Randall, 1978: 34)

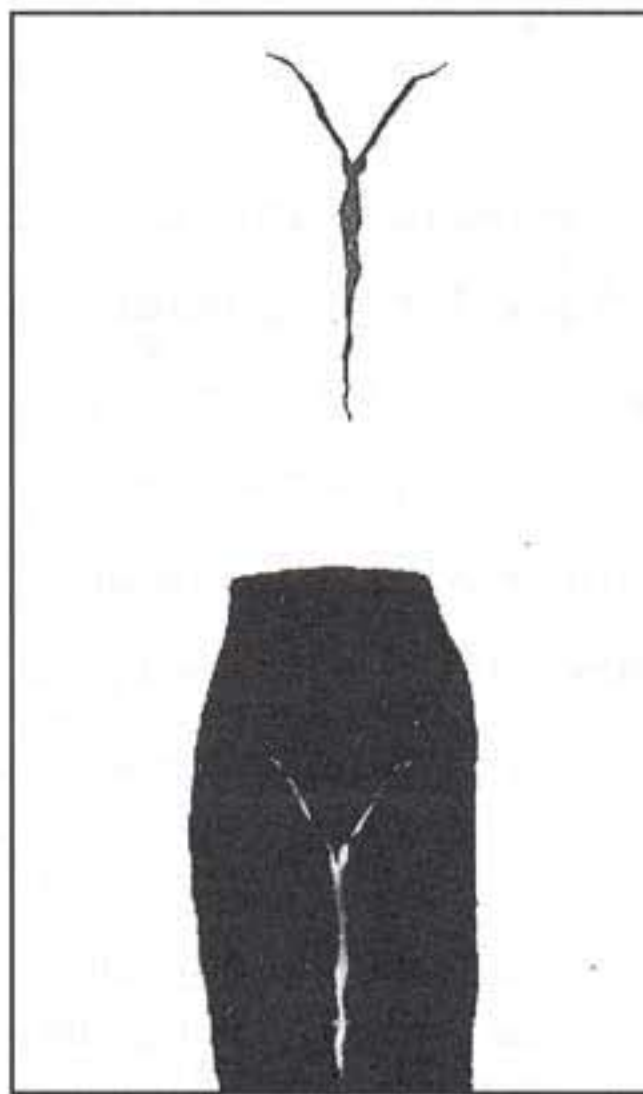


Ilustração dos artistas cubanos Arais Drake e Jorge Vegara

Faz parte deste *ethos* social – pela ruptura com o destino cultural que encara como fim exclusivo da mulher ter um lar, um marido e filhos; por sua inserção na construção da sociedade revolucionária – uma canção dos anos 70 intitulada “Para Una Imaginária Maria del Carmen”, de Noel Nicola. Essa canção também indica o que alguns bem intencionados revolucionários idealizavam como “nova mulher”:

*“Maria del Carmen, tu entrega és total porque a ti los mistérios le sacan de juicio.*

*Maria del Carmen puede conversar sobre la economia, y sus ojos son anchos.*

*Maria del Carmen me mira el anillo en la mano derecha y sonrie despacio.*

*Maria del Carmen no piensa en los trapos, ni en lazos, ni en cintas, ni en viejas muñecas.*

*Maria del Carmen olvida a los novios, la pátria es quien toca de noche en su puerta*

*Maria del Carmen conoce la iglesia, sabe donde está, pero no la visita.*

*Maria del Carmen se asombra com todo, pero si la miran, no baja la vista.*

*Maria del Carmen, aunque no te he*

*visto, podria pintarte en todo tus detalles,*

*Maria del Carmen será inevitable que un dia tropiece contigo en la calle.*

*Maria del Carmen, si llego a encontrate, tendré de seguro que amarte, que amarte...”* (Noel Nicola, “Para una imaginária Maria del Carmen”)

A emblemática da guerrilheira heróica, que deixa de lado vaidade, roupas e namorados, que tem na pátria, no público, sua realização, seria um estereótipo que substituiria o tradicional, o da esposinha que, no privado, viveria para o seu homem e para seus filhos. Mas na prática a nova mulher cubana – um constante “vir-a-ser”, friso – viria se afastando dos dois estereótipos, em uma identidade múltipla combinando a ocupação de espaços no âmbito público e, o mais problemático e lento, questionando as relações de casal, no doméstico.

Em 1970 e 1971, a pesquisadora norte-americana Margaret Randall entrevistou mais de 100 cubanas. Uma de suas entrevistadas, de 43 anos e com 8 anos de escolaridade, assim respondeu à pergunta: “Que significou para você a Revolução?”:

“Divorciei-me e agora estou casada por amor! Pude casar-me por amor, menina! Não preciso de nenhum homem que me mantenha, pois mantenho-me eu mesma, e mantenho a meus filhos!”

Em 1972, Randall havia perguntado para outra mulher, Tereza Sanchez, da direção nacional dos Conselhos de Defesa da Revolução: “O que você selecionaria como o mais significativo, dos feitos da Revolução?”. A resposta de Tereza Sanchez representa a de muitas outras mulheres que vivenciaram a situação anterior à Revolução:

“Olha, considere o meu caso, que é igual ao de milhares e milhares de mulheres: a mulher que se libera



*econômica e politicamente, porque, 'vaya!'. Eu me casei, como se casavam todas as mulheres aqui. Primeiro, gostava do noivo; mas aos poucos, a vontade de se liberar da família, da casa, da questão econômica... Sim, liberação da família que não te deixava ir nem a esquina. Pois essa era a mentalidade que existia neste país, de que por nada a mulher podia sair só e estar na rua às 10 horas da noite".*

*A mulher se lançou com amor na Revolução porque sofreu na carne o que era a outra sociedade... Eu nunca vou me esquecer a vida de Aleida Mulet, minha amiga, que era professora e tinha que vender colchas de cama pelas ruas para poder sobreviver... Ela nunca pode trabalhar como professora, apesar de ter diploma, porque era negra.... A mulher não valia nada. Era escrava de um homem, no melhor dos casos, quando tinha um marido. Ele era o pai de seus filhos, e ela sabia que ele tinha umas três mulheres, além dela, mas não podia deixá-lo, porque senão morria de fome. Tinha que seguir com ele, agüentar pancada, maltratos, que fazer?" (Randall, 1978: 260).*

Para muitas mulheres entrevistadas por Randall, o trabalho remunerado, a escola, a milícia, não foram somente dimensões de uma causa, a defesa e a construção da sociedade socialista, mas também um resgate da auto estima, de estar em uma atividade socialmente reconhecida como necessária. Para muitas, como disse uma das entrevistadas, a Revolução possibilitou liberar subjetividade, "casar por amor".

Mas volto à canção "Para uma Imaginária Maria del Carmen", que ainda bem é imaginária. Já Sara Gonzáles, artista cubana, no início dos anos 80, canta uma outra mulher, ou mulheres, na canção, "Que Dice

Usted?", tão patrióticas e públicas como Maria del Carmen, mas "lindas" e nem tão novas na história cubana, ou seja, não imaginadas, mas reais. A música de Sara González se enquadra

*"Divorciei-me e  
agora estou casada  
por amor! Pude  
casar-me por amor,  
menina! Não  
preciso de nenhum  
homem que me  
mantenha, pois  
mantenho-me eu  
mesma, e mantenho  
meus filhos!"*

numa comum idiossincrasia cubana, a ênfase em conceber a Revolução cubana como um processo que se iniciou há 100 anos, com a luta dos mambises (revolucionários cubanos camponeses) contra a dominação espanhola, e que continuaria hoje contra as investidas norte-americanas, em um vir-a-ser sem modelos fixos, que gera uma mescla de cubanismo-e-marxismo. O singular da música de Sara Gonzalez é frisar que as mulheres há muito fazem parte dessa história e não necessariamente por novos estereótipos. Na música "Que Dice Usted" as revolucionárias que estiveram em Sierra Maestra podiam ser, friso, "lindas cubanas":


"Que dice Usted? Que una mujer es la flor de aquel eden, del dulce hogar;

y para hacer el amor? Si la historia nos grita otra verdad.

Qué dice Usted? que una mujer luce bien, en el portal o en el sillón, tejiendo su aburrimiento? Si la historia nos grita otra verdad.

Ves, hace cien años comenzó, cuando alzó el machete una mambisa. Ves, y así siguió la tradición, siempre que luchar se necesita, por eso, seis, seis lindas cubanas.

Qué dice Usted? que una mujer no es capaz de construir, de analizar, y de luchar por la vida?

Cuando la historia nos grita otra verdad." 

Mary Garcia Castro é professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora da UFBA/Centro de Recursos Humanos e pesquisadora associada da Universidade de Campinas/Centro de Estudos de Migrações Internacionais; PhD em Sociologia e Bolsista do CNPq/Governo do Brasil para estudos comparativos sobre gênero, raça e classe nas Américas. Este texto é um excerto de sua palestra no ato do Comitê Feminino Solidariedade às Mulheres Cubanas, Salvador/BA, março de 1998, como parte das atividades para a organização de caravana para participar do I Encontro Internacional pela Solidariedade entre as Mulheres, pela Igualdade, pelo Desenvolvimento e pela Paz, de Havana, entre 13 a 16 de abril de 1998.

#### Notas

MARTINEZ ALIER, Verena. *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba: A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society*. Oxford: Cambridge University Press, 1974.

RANDALL, Margaret. *Mujeres en la Revolución*. México: Ed. Siglo XXI, 1978.

#### Poemas e canções

Pablo Milanés: CD "Querido Plablo - Canciones"

Silvio Rodriguez: CD "Domínguez" CDs "Nueva Trova - Selección de Exitos" (Los Van Van; Sara González; Noel Nicola e outros).



# "Um moço do século XX"

**Volodia Teitelboim**

POR JOSÉ REINALDO CARVALHO



V T  
o e  
l i  
o t  
d e  
i l  
a b  
o i  
m

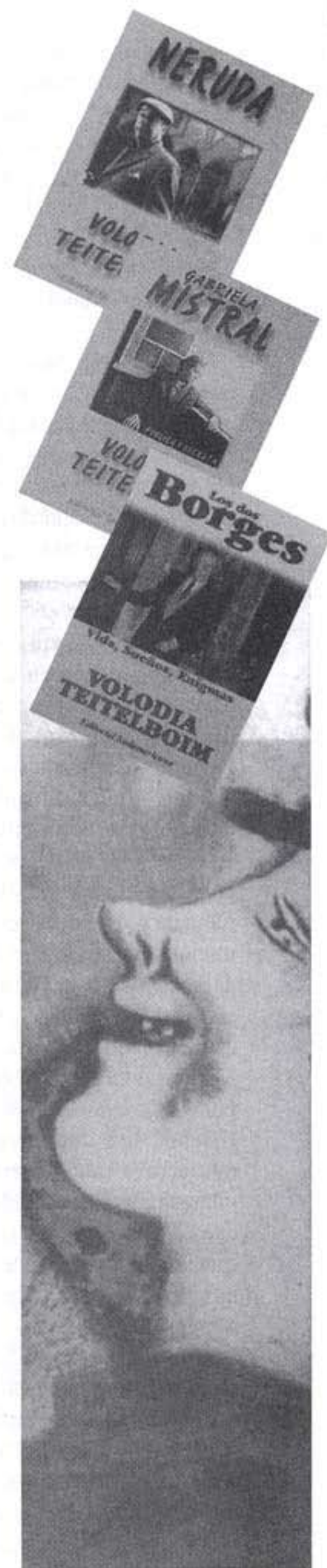


*Volodia Teitelboim é um destacado intelectual marxista e dirigente político chileno. Homem de duas vocações, desde a adolescência viu despertar o impulso criativo ao mesmo tempo que sentiu, no calor dos grandes acontecimentos que marcaram as primeiras décadas do século XX, o chamamento e o imperativo da luta política e revolucionária. Durante toda a sua vida, Volodia Teitelboim conviveu com a “tensão” entre as duas vocações, para ele plenamente compatíveis, salvo as evidentes dificuldades de tempo.*

*Durante cinco décadas Volodia Teitelboim foi membro da Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Chile, ocupando o cargo máximo de secretário geral no final dos anos 80 e durante a primeira metade da década de 90. Hoje, ainda membro do Comitê Central do Partido, recém-eleito no XVI Congresso realizado em outubro do ano passado, dedica-se prioritariamente à literatura.*

*Seu batismo de fogo no jornalismo foi a reportagem esportiva em jornal de grande circulação. Depois dedicou-se por inteiro à imprensa revolucionária, sendo um dos fundadores do jornal El Siglo, até hoje o órgão central do Partido Comunista Chileno. Participou também, como editor e redator de revistas teóricas e culturais. De sua obra literária, destacamos Filhos do salitre, romance popular com várias reedições no Chile e no exterior (em Cuba chegou a ser adaptado como novela de rádio nos anos 60), A semente na areia, tendo por cenário o campo de concentração de Pisagua, A guerra interna, acerca do tenebroso fascismo chileno da Junta Militar dirigida por Pinochet, e a obra biográfica-memorialística sobre os grandes poetas chilenos deste século, Pablo Neruda, Gabriela Mistral, Vicente Huidobro, e ainda Os dois Borges, em que analisa a vida e a obra do escritor argentino Jorge Luís Borges.*

*Foi entre as sessões do Congresso, por coincidência precisamente no dia em que o ex-ditador Pinochet era preso em Londres, que Volodia Teitelboim nos concedeu a honra do encontro e da entrevista. No decorrer de uma amena conversação de mais de duas horas, o dirigente político e escritor fez profundas reflexões sobre a história do século XX, a atual crise da civilização na época do neoliberalismo, a cultura, o papel da intelectualidade, entre outros temas palpitantes. Com serenidade, apresenta argumentos que sabe serem polêmicos no âmbito do movimento comunista, mas que têm o mérito de manter aberto um necessário debate. (JRC)*





*O senhor está escrevendo um livro de memórias intitulado Um moço do século XX de memória pessoal e de grandes fatos históricos do Chile e do mundo. Sua intenção é transmitir uma mensagem de esperança, ao posicionar-se desde a perspectiva de alguém que ultrapassa os 80 anos sentindo-se jovem?*

**Volodia Teitelboim** – Sim, exatamente. O calendário é inexorável. As pessoas têm uma idade do ponto de vista físico, mas eu me sinto jovem, levando em conta a minha paixão pela vida, meu contato com a realidade e também meu afã de participar como se fosse jovem.

Um homem que tem mais de 80 anos viveu quase todo o século, com as mais distintas etapas, viu diversos ciclos históricos, conheceu quase todas as provas que seu país experimentou e, de certa maneira, o Continente. Portanto, é uma pessoa que viveu também de alguma maneira o impacto da maior crise do sistema, que foi a de 1929 a 1933, derivada da quebra da bolsa de Nova York, que produziu a ruína de todos os países, entre outros motivos, por se tratarem de economias dependentes que não tinham como escapar das sinalizações que vinham da metrópole – os Estados Unidos.

Na minha adolescência, minha primeira juventude, vi desmoronar esse sistema. Era uma época em que a esperança e o sonho da revolução tinham muita urgência, porque fazia 13 ou 14 anos que a Revolução bolchevique triunfara. Foi um grande momento em que grandes setores da humanidade, sobretudo os intelectuais e os operários confiavam na possibilidade de uma mudança social muito profunda.

Era uma época de muita miséria, de doenças provocadas pela pobreza, como o tifo, e de falências dos estados. Com exceção da nascente União Soviética, todos os outros países estavam em declínio, o que exerceu uma enorme influência sobre os intelectuais do

mundo Ocidental. Os mais importantes tomaram-se comunistas, porque viam no comunismo a nova sociedade que poderia livrá-los da crise e também devolver sua reputação e tirá-los da alienação.

Eu era um garoto que começava a enfrentar a vida e me sentia envolvido por essa grande onda de esperança. Se estou falando de um moço do século XX é porque há muitos moços do século XX, não só no Chile, como em todo o mundo. São jovens do século XX, que assistiram a esse grande desmoronamento, e que concebiam também uma esperança alternativa, o socialismo.

*Hoje se observa um grande contraste entre o ambiente do início dos anos noventa e a situação de crise profunda em todo o mundo capitalista.*

**Volodia Teitelboim** – Exatamente. É um tempo de desesperança, que invadiu muita gente progressista. O desalento da década de 90 se reverte com certa lentidão, gradualmente e sob diferentes formas. Mas, pelo menos aqui no Chile, é muito patente na juventude, porque, com a ditadura militar, foi uma cobaia, no sentido do que disse o ditador Pinochet: as pessoas que têm mais de quarenta anos estão perdidas do ponto de vista da mentalidade, porque foram apodrecidas pelo marxismo-leninismo, para usar seu linguajar. Então, devemos nos fixar nas crianças e nos adolescentes, porque ainda têm a mente limpa, são um campo virgem e podemos inculcar-lhes nossa doutrina, o fascismo.

Nomearam militares que nunca haviam passado por uma universidade como reitores e expulsaram a maior parte dos catedráticos, os docentes mais destacados. Expulsaram 20.000 estudantes, cortaram carreiras inteiras e controlaram também a educação média e primária para formar o homem fascista.

Essa juventude não se tornou fascista em virtude da realidade que estava vivendo, mas aboliu da memória a



história de seus pais e de seus avós e se alguma vez se referiam a ela era para culpar seus antepassados, que acreditavam na liberdade, na democracia, na participação, nos direitos do povo, no humanismo, o que era pernicioso. Então, essa juventude foi criada numa espécie de vazio, e durante muito tempo se disse no Chile, e em muitas partes do mundo, que a juventude não tinha ideais e que queria viver somente o dia presente – uma coisa muito peculiar dos tempos de decadência.

Mas, nos últimos quatro ou cinco anos, começou a se produzir no Chile, de maneira muito veloz, um despertar da juventude, que se revela no fato de que em nosso país todas as federações de estudantes universitários estão dirigidas pela esquerda, com lideranças eleitas democraticamente através do voto. Uma grande maioria dessa esquerda é comunista, e algo muito particular e esperançoso é que muitas dessas agremiações são dirigidas não só por rapazes, mas por mulheres, o que revela um duplo despertar.

*Seria por este despertar da esperança que o senhor se dedica tanto ao memorialismo, tanto do ponto de vista das grandes figuras literárias de seu país, como Pablo Neruda, Gabriela Mistral, Vicente Huidobro e também à memorialística política, propriamente dita? Que papel isso pode*



*desempenhar na formação dessa consciência para despertar a esperança?*

**Volodia Teitelboim** – O resgate da memória é tarefa importante, ante a imposição da antimemória, da amnésia programada como sistema de governo e também de classe. Que dizem Pinochet e seu grupo? “Não se deve olhar para o passado, nem recordar, deve-se olhar só para o futuro”. Eles, que são os representantes das trevas, do passado mais tenebroso, do ponto de vista propagandístico descrevem-se como partidários do futuro e dizem que se deve olhar para o futuro. E por que querem olhar somente para o futuro? E a que futuro querem olhar? Não conseguem olhar para o passado porque o passado os condena, porque têm as contas pendentes dos horrores praticados, pelos desaparecidos, pelas violações aos direitos humanos. Mas achamos que se deve lembrar, como condição necessária para que o drama, a hecatombe não se repita.

Se não houver memória dos crimes cometidos, as pessoas não criarão uma autodefesa psicológica para evitá-los quando o perigo se apresentar e se repetir. O animal está em sua toca preparando o bote. Creio que é absolutamente indispensável que as pessoas, a opinião pública, vão fundo na busca da verdade e da justiça a respeito do que se passou, como uma espécie de antídoto que previna a repetição desses dramas espantosos.

Nós temos a tarefa essencial, como um dever social, de denunciar, tarefa que deve abranger milhares de pessoas, inclusive as pessoas simples, todos aqueles que sofreram na própria carne, em sua família, o drama dos crimes.

Se esses senhores voltarem a repetir aquilo, merecerão a condenação do mundo. E não haverá impunidade eternamente. Pode haver aqui no

Chile, temporariamente, um senador vitalício que recebe honras, mas que não se pode mover do país. A punição a Pinochet pode ser um aporte da justiça, além de ter um fundo solidário. Há uma certa consciência mundial, que se está estendendo, de que os crimes contra a humanidade não têm fronteira e não prescrevem com o tempo.

Meu trabalho concentra-se no momento no campo da cultura. Escrevi memórias e biografias sobre Neruda, Gabriela Mistral, Borges e Huidobro. Este trabalho, do ponto de vista da análise literária, deve ser rigoroso, deve ter muita exatidão, não para repetir as imagens conhecidas, mas para completar as fisionomias e os significados desses autores e não simplesmente a respeito de si mesmos, de sua própria poesia, mas também como representantes dos grandes sonhos de seus povos. Neruda, além de ter sido o maior poeta do amor, do canto da natureza, das coisas do mundo e dos objetos, foi também, como disse a academia sueca, o poeta de todo o mundo violentado, do mundo latino-americano, do mundo dos esquecidos, dos golpeados. Portanto, é muito importante que sua obra seja um

patrimônio das pessoas e não só um patrimônio do leitor de poesia, mas do povo, porque afinal ele falou ao povo, foi o advogado dos povos, foi o poeta do povo, pois há uma tendência para estigmatizar Neruda como unicamente o poeta do amor, sem considerar o resto.

Gabriela Mistral também teve o grande sonho de um país onde os trabalhadores, os camponeses, as mulheres, a juventude, os professores, os estudantes sejam respeitados e ela mesma disse que nenhuma dessas categorias podia esperar nada da onda militar, por ser a negação do pensamento livre.

O que sei é que são esforços para a recuperação da memória, que vêm por muitas vertentes, porque há uma luta entre a desmemória e a memória. A desmemória tem, por sua vez, o reforço do grande controle, quase um monopólio, dos meios de comunicação e atua também de forma subliminar, não só apagando ou silenciando o que se passou, mas também propondo um mundo de fantasia, que é o mundo global, que a televisão transmite todos os dias, pelos cinco continentes, o mundo da ficção.



Pablo Neruda e Volodia



*Em sua obra, o senhor fala também sobre “os dois Borges”. Sinteticamente, o que esse enfoque significa?*

**Volodia Teitelboim** – Este é um desafio que impus a mim mesmo, porque Borges, para a opinião da esquerda, representava o homem que negava a realidade e, além disso, apoiou as ditaduras militares, como fez na Argentina com Videla e no Chile com Pinochet. Eu, que sou uma pessoa de esquerda, um comunista, leitor de Borges, conhecedor também de todas as suas posições políticas, sinto a necessidade de dissipar incógnitas, de aprofundar a questão: por que um homem, que é um escritor eminente, pode cometer no plano civil aberrações tais como apoiar as ditaduras militares, até mesmo fazendo elogios a Pinochet e aceitando sua condecoração? Por que? O que há por trás disso? O que o levou a isso?

Tratemos de examinar, evitando o maniqueísmo. É preciso terminar com o simplismo e entrar na dialética de Borges que, durante a I Guerra Mundial, muito jovem apoiou a Revolução Russa, inclusive criando hinos, os “hinos vermelhos” e depois mudou. Por que mudou?

É necessário mergulhar nas distintas dimensões de Borges, no funcionamento de seu mecanismo mental. A vida explica Borges. Ele nasceu condenado à cegueira. Sua mãe, portanto, tinha de protegê-lo, não o deixando sair à rua. Ele foi criado num jardim com grades. Temeroso do mundo, ele se refugia em sua biblioteca.

Borges nega a realidade, mas como tem de ocupar esse vazio, vai construir uma nova realidade, que é uma realidade fictícia, a realidade da fantasia literária. Criou uma literatura que escapa da realidade, foge e vai pegar temas que têm três mil anos, a civilização babilônica, assíria etc, ou fugir do próprio espaço, que não será Buenos Aires, mas a cultura nórdica. E o faz brilhantemente. Criou um

mundo paralelo, porém este mundo paralelo, de qualquer maneira, está determinado, ainda que não seja uma operação simples, mas um logaritmo complicado, de vários graus. No fundo, o que está por trás de tudo é uma realidade antiga, da qual não se pode escapar, assim como não se pode escapar das lutas dos homens, das sociedades diferenciadas. E, finalmente, ele tem de fazer um “mea culpa”. Infelizmente, a realidade existe, e, disse ele textualmente, “infelizmente, eu sou Borges”.

Então fez um “mea culpa”, disse que se equivocou, que não sabia de nada, que era inocente. Foi terrível, porque no fundo ele era um homem solitário, um humanista que procurou escapar da realidade que desconhecia e que, para ele, simplesmente não existia. Naturalmente, existia e estava esmagando o país e centenas de milhares de compatriotas seus e também no Chile.

Esse é um grande propósito que tenho: remover o maniqueísmo que possa afetar nossas fileiras. É um convite à análise completa, objetiva, de todos os pontos de vista, dos diferentes fenômenos – político, social, econômico, também cultural, literário e pessoal.

*Como disse no começo da entrevista, os intelectuais se aproximaram dos comunistas no início do século. Depois houve um afastamento. O senhor acha que é possível romper esse sectarismo, esse maniqueísmo, para que se possa, uma vez mais, aproximar o comunismo da inteligência? E que seu trabalho segue nessa direção? E que, portanto, seria o desafio dos Partidos Comunistas fazer isso?*

**Volodia Teitelboim** – Creio que sim. Este é um grande desafio, pois os Partidos Comunistas têm de mudar. Têm de ser mais marxistas, mais dialéticos. A queda da União Soviética e dos governos socialistas

do Leste europeu foi uma tragédia. Mas pode representar uma libertação muito importante se acabar definitivamente o estigma que nos impingiram de que nada tínhamos de chilenos, de brasileiros, porque estávamos a serviço de uma ideologia internacional. Isso em termos era verdade, porque também existiam traços de absurdo seguidismo, possivelmente quanto a apoiar todas as atitudes internacionais da União Soviética que eram motivadas por razões de Estado, coisas que às vezes apoiávamos com dor no coração. Isto acabou.

Agora deve-se pensar com a própria cabeça, andar com os próprios pés e dar importância ao seu país, sem perder o sentido de que seu país faz parte do mundo e portanto o internacionalismo existe, mas sem deixar de fazer um exame mais profundo da realidade e, sobretudo, de envolver-se com o povo e dar respostas profundas; e também reivindicar uma palavra que ao mundo e ao vocabulário comunista não foi proibida, mas esteve como que calada: a palavra inteligência e a palavra cultura.

*Agora mesmo um comunista acabou de ganhar o prêmio Nobel de literatura.*

**Volodia Teitelboim** – Exatamente, essa é uma demonstração de que o comunismo, o socialismo, a revolução, têm um poder de atração muito forte sobre todas as inteligências honestas, porque outro grande problema também é o problema da sedução que exerce o sistema sobre o intelectual. Estou falando do intelectual a quem o sistema oferece uma participação, que responde à sua ânsia por cargos, que será recompensado. Então em troca de apoio ou de silêncio, abandonam seus princípios e abrem mão para sempre da esperança de mudanças. O que, por outro lado, é a história dos grandes renegados.



*O senhor crê, nesse sentido, que nestes tempos de revolução tecnológica e também de irracionalismo filosófico, de pragmatismo, de individualismo exacerbado, consumismo, é possível demonstrar com inteligência a vigência dos princípios do humanismo socialista e dos fundamentos do marxismo, de maneira integral?*

**Volodia Teitelboim** – Eu creio que sim. E é muito importante proceder a uma leitura contemporânea do marxismo, não para dizer que Marx estava errado, mas para selecionar em Marx essa verdade fundamental que mantém sua inteira vigência. Quando fazemos a análise da anatomia do capitalismo, seu funcionamento, a mais-valia, a alienação, é para sermos capazes de traduzi-la para a linguagem de cada país, de cada povo e de cada pessoa; e aplicá-la como verdades aplicáveis à vida concreta e real e que explicam problemas distintos. Isso é um desafio também para o aprofundamento, para o desenvolvimento das culturas revolucionárias, que serão sempre culturas universais, abertas. Mas, a recuperação de Marx é absolutamente indispensável e já está começando no mundo. Porque agora, é claro, temos a revolução tecnológica, temos tantas mudanças e tantas invenções que, sem dúvida, no fundo é Marx quem está por trás disso tudo, enquanto explicação. Porque o neoliberalismo é, de maneira complicada, simples ou descaradamente uma forma de capitalismo nestes tempos. E este capitalismo não escapa à análise marxista. E escondem esta análise, que não é ensinada nas universidades e alguns tratam de criticá-la, sob o argumento de que são idéias obsoletas, que o marxismo já está acabado, uma vez que a União Soviética não funcionou. Mas a União Soviética não funcionou precisamente porque não levou em conta os ensinamentos de Marx.

*Seria este o principal papel atual do intelectual comunista e de esquerda, em face da luta contra o neoliberalismo, o de fazer esse resgate, essa análise, essa explicação atualizada dos fenômenos do mundo?*

**Volodia Teitelboim** – Eu creio que sim. E não somente uma explicação mas também fazer uma proposta. Creio que assim como o começo do século XX, na época da I Guerra Mundial e depois da vitória da Revolução Russa, foram tempos revolucionários, é possível que também o século XXI, que será de grandes contradições e de grandes lutas e com grandes perigos, conheça uma nova onda de vigência do socialismo. E que também se produza um reencontro do marxismo, que pode ter nomes muito diversos em distintos países e que pode vir de correntes distintas, não somente do Partido Comunista, porque agora estão surgindo muitos movimentos, inclusive à margem dos partidos, mas são movimentos sociais de base que correspondem a necessidades setoriais, como os movimentos ecológicos, movimentos de mulheres, juvenis, dos sem-terra, movimentos sindicais, operários que surgem também do profundo descontentamento e da sensação de infelicidade das camadas médias.

Creio que os marxistas têm de entender que a classe média está composta de trabalhadores, intelectuais, pessoal administrativo. Então não é o caso de alguns pequenos setores do proletariado industrial terem de assumir essa condição privilegiada de representar a revolução, porque isso é sectário, limita enormemente. É necessário estudar a composição social do país.

*E nesse sentido poderia ser um ponto de partida constatar que se refuta a idéia do fim da história e que a idéia de uma nova transformação está nascendo.*

**Volodia Teitelboim** – Na verdade o fim da história, como o fim do mundo, o fim do homem é um total absurdo. É uma pilhéria, uma pequena astúcia da propaganda para transmitir a idéia de que tudo será igual eternamente e que nunca haverá mudança alguma. E eles mesmos dizem, o próprio Fukuyama, que o mundo futuro será muito entediante, muito aborrecido, porque não acontecerá nada importante. Isto é completamente absurdo. A história não se repete, de maneira idêntica nunca, e deve ser levado em conta também o que aconteceu e por que aconteceu, por que houve a queda da União Soviética. É necessário enfrentar os erros com toda a franqueza, com toda a valentia, com toda a coragem, desnudando também toda a autocrítica. A autocrítica com nosso próprio partido. A Internacional desempenhou um papel num momento determinado, mas um papel que estava determinado também pela idéia da revolução mundial. E então privilegiou-se o fator internacional, assim chamado, que era o fator externo sobre o fator interno, de responsabilidade de cada partido. Portanto, o problema da consciência é muito importante, o problema de um enriquecimento da consciência do comunista. Creio que o comunista





continua sendo o tipo de homem mais nobre do século XX, para não falar de outro século, porque é um homem que entrega sua vida à causa da humanidade. Entretanto, foi mal compreendido, desfigurado, e ele próprio, em muitos casos, se enclausurou em três ou quatro preconceitos e, ao se ver isolado, recaiu na lógica fatal da seita dizendo: "somos poucos mas somos os bons, somos os justos, não importa que o mundo caminhe em direção oposta; não tem importância alguma, porque somos os justos". Isto é errado, porque a seita não mudará o mundo.

Não basta trabalhar com uns poucos. Deve-se trabalhar com milhões, deve-se trabalhar com a maioria e ganhar a maioria, porque finalmente este movimento, este mundo comunista, tem de ser um mundo democrático e libertário porque o comunismo é o reino da liberdade, no qual inclusive os estados desaparecem e toda a força de coação é eliminada. Não podemos esquecer isso e teremos de fazer com que as pessoas saibam o que é o comunismo.

O comunismo não é feito de tipos que andam com uma faca entre os dentes para assaltar e tomar todas as propriedades, matando as pessoas, não são os *gulag*, nem os campos de concentração, o stalinismo, etc. Não. O comunismo é, essencialmente, a busca da felicidade humana e para todos não para alguns poucos, como é a característica atual.

*O senhor falou em dissipar as incógnitas e também sobre três ou quatro verdades absolutas em relação às quais os comunistas se aferraram. Um dos problemas que se observaram, sobretudo na produção artístico-cultural do chamado realismo socialista, foi a intenção de criar uma cultura à margem da história e do patrimônio cultural da humanidade. Ao lado disso, foram evidentes os conflitos relacionados com a liberdade individual do criador. Como*



*intelectual orgânico que é, comunista, que opinião tem a esse respeito?*

**Volodia Teitelboim** – A criação cultural não está determinada, não está, digamos, monopolizada por uma classe. A sociedade de classes fatalmente determina que a classe que controla os meios de produção, que controla politicamente a sociedade, necessita, para isso, de controlar a mentalidade das pessoas e de desenvolver uma cultura e valores que sejam aceitos pelo senso comum da sociedade, e para isso trabalham com a fábrica de criação de opiniões que está em toda a parte do mundo. Eles as têm nas mãos: são as escolas, as universidades, os jornais, as rádios, a televisão e também as religiões.

As culturas podem ter origens bem distintas, mas devem ser buscados os denominadores comuns. As culturas são sempre contraditórias, porque há culturas e subculturas ou anticulturas. A cultura é sempre um campo de batalha entre posições diferentes. Creio que os comunistas não podem querer um monopólio e ninguém pode pretender um monopólio. Deve se procurar um denominador comum para certas coisas em certas fases porque o mundo e a sociedade se desenvolvem e, também, a luta se desenvolve através de etapas. Então, é preciso saber unir, num determinado momento, em torno de um princípio fundamental, que mova toda a

história e todos aqueles que estejam de acordo. Ou seja, o comunismo e a cultura comunista têm de ser esse grande fator.

O realismo socialista foi, a meu juízo, uma subordinação torpe do mundo da cultura e da literatura em particular, e da arte. Houve interesses estatais de um momento determinado que ganharam muita força com o stalinismo. Ou seja, tudo passou a ser instrumento de uma determinada finalidade estatal e política. Estou falando do Estado em termos amplos, pois, na verdade, podem ser interesses de um grupo que monopoliza o Estado.

Naturalmente, havia no socialismo talentos genuínos naturais que podiam escrever grandes obras literárias e criar grandes obras artísticas, mas a própria doutrina do realismo socialista era absurda. Acho que não devemos atrelar-nos a nenhuma escola literária ou artística. O princípio é a liberdade, a liberdade do criador e se esse criador for comunista, se tiver consciência revolucionária, isto se refletirá em sua obra e esta terá validade e sua mensagem será escutada se tiver categoria artística, mas o princípio será a liberdade e ninguém pode determinar a maneira de pintar ou escrever.

Acho que para que os partidos comunistas cumpram seu dever, devem assumir a tarefa, não só de estudar politicamente ou analisar os textos de Marx, mas de ter nos seus organismos pessoas que entendam de literatura, de arte, como de economia, ciência, e respeitar suas opiniões.

Além disso, devemos realizar uma revolução na linguagem. Temos de acabar com a linguagem simplista. Temos de usar a linguagem da vida. Não usar a linguagem erudita, só para eruditos, porque o povo não a entende. Falar na linguagem do povo, dirigindo-nos também ao coração e aos sentimentos, não apenas ao intelecto, e entender o mundo contemporâneo.

É necessário recuperar os valores criados pelo povo, do ponto de vista



artístico, da música, dança; conhecer a idiossincrasia, a psicologia dos povos e respeitá-los, sem impor coisas estranhas ou estabelecer tabus, o moralismo estreito, próprio do absolutismo, da autocracia, da ânsia de dirigir tudo de cima, até mesmo os sentimentos.

No Partido Comunista sempre houve dois elementos coexistentes: a amplitude e a estreiteza do incorrupto, daquele que está à margem da vida e quer que todos os comunistas sejam iguais a ele no seu modo de pensar. No fundo, no Partido Comunista pode haver um pequeno inquisidor bem intencionado que manipula os demais companheiros. É aí que se incuba o elemento da traição. Há também aqueles que estão encerrados nas suas idéias e por isso acham que estão com a razão.

Para mim, isso é falso. A vida é sair nas ruas, encontrar a vida, estabelecer alianças, gerar maiorias, porque o Partido não pode abandonar a idéia do poder e de chegar ao governo, para realizar mudanças e dirigi-las. Mas isso nunca pode ser feito por apenas um partido, nem sequer na Rússia e em nenhum país do mundo. Os comunistas sozinhos não se bastam. Precisam de uma grande aliança que abranja a todos os progressistas e ao povo que está sofrendo, mesmo que pensem de forma diferente.

*Para finalizar, gostaria de indagar sobre seus projetos literários atuais, suas metas, seus prazos, e franquear-lhe a palavra para algo que queira acrescentar.*

**Volodia Teitelboim** – Tenho muitos projetos literários, mais do que poderei realizar. É natural. Durante minha longa vida de comunista – 65 anos ou mais de comunista –, a distribuição do tempo entre minhas duas vocações paralelas congruentes, correspondentes a um único homem, com a mesma mentalidade, foi muito desigual, porque o trabalho político consumiu a maior parte do meu tempo. Foi assim por causa da

minha consciência. Um comunista não pode diluir as tarefas a que se propõe e as que surgem.

Nos últimos anos, estou me dedicando mais à literatura, sem descuidar da política. O Partido compreende isto. Quando deixei a secretaria geral do Partido, disse aos meus companheiros que continuaria trabalhando, que, se eleito em Congresso permaneceria no Comitê Central, com muita honra, mas não iria ser um ativista político como fora durante 60 anos. Agora seria um ativista literário. A causa é a mesma e só se distingue pelos meios e pela linguagem. Acho que o Partido sabe disso. Não estou falando em causa própria, mas em nome de todos aqueles que realizam tarefas que não são as específicas do mecanismo do Partido em qualquer espaço, profissão, ciência, arte. O Partido e sobretudo a direção compreenderam isto muito bem.

Converti-me numa espécie de “ancião da tribo” no Chile e são intermináveis os pedidos para realizar conferências, ir a províncias, reuniões, escrever prefácios, lançar livros. Se tivesse de ceder a todos esses pedidos – e sinceramente cedi muito –, não poderia mais escrever. Agora estou numa fase em que quero me concentrar, terminar o segundo volume das memórias, além de outros livros. Porque depois de ser escritor que nenhuma editora do Chile queria publicar, pelo peso da ditadura, tenho agora muitos pedidos de editoras para publicar livros meus, e quero aproveitar a oportunidade para publicar não somente os livros antigos. Quero terminar este ciclo, digamos, autobiográfico, embora não o chame assim. O título geral da obra é *Antes que eu esqueça*. É uma tarefa, uma pressão sobre mim mesmo antes que eu me esqueça e antes que morra – porque depois já não se pode escrever nada.

Esta é uma época feliz da minha vida, a esta altura, porque ainda me sinto com capacidade de realização, de trabalho e estou certo de que não

trabalhei em vão, mesmo que não tenha visto os frutos de minha meta. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso neste ambiente do Congresso, presidido por jovens.

Quero dizer-lhe mais uma coisa. Sinto quase como uma desgraça o sistema cultural, digamos, do mundo feudal que é a América Latina, onde a metade da América do Sul, o Brasil, tem uma relação cultural muito pobre com o Chile, assim como com os demais países do Continente. É um verdadeiro escândalo o desconhecimento que existe no Chile em relação à cultura brasileira. Possivelmente, no Brasil ocorra o mesmo, com exceção de Neruda, Gabriela Mistral e de alguns outros. É preciso declarar simplesmente que a cultura não tem fronteiras. A começar por nós.

O fato de Saramago, um escritor da língua portuguesa, ter ganhado merecidamente o Nobel de Literatura, é também um reconhecimento dos valores culturais da língua. Só lamento que o Brasil, com toda a sua magnitude, sua cultura, sua história, não tenha um prêmio Nobel, o que parece uma discriminação inaceitável.

O nosso Partido chileno tem uma história interessante, mas em geral os movimentos políticos são anticulturais, usam a cultura como uma espécie de flor de estufa ornamental, mas sem substância, como o problema sindical, campesino, político, eleitoral. Acho que se deva incorporar a cultura. E nisso também os intelectuais têm algo a acrescentar, assim como os estudantes, ao Partido, à direção.

Acredito que no terceiro milênio, não sei se no século XXI, haverá uma América Latina confederada, única, na qual cada país terá a sua identidade, sua autonomia e juntos constituirão uma enorme associação de estados, de povos. Se for assim, contaremos muito no mundo.

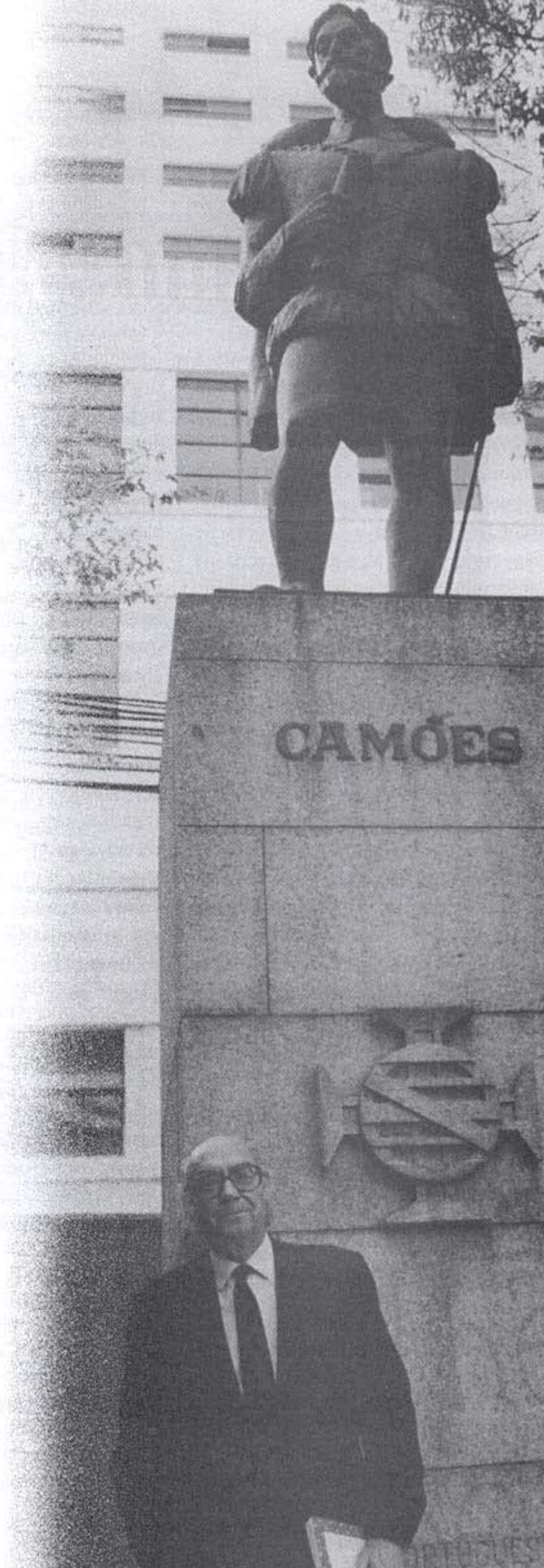
José Reinaldo de Carvalho é membro do Conselho Editorial de *Princípios*



# A palavra ao Nobel da palavra

DISCURSO DE JOSÉ  
SARAMAGO, EM ESTOCOLMO

*Ao receber o Prêmio Nobel  
de Literatura, o escritor  
português fala da sua obra e  
do mundo inquieto e  
esperançoso em que suas  
palavras ficam gravadas,  
e que Princípios  
reproduz na íntegra*





“O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever. Às quatro da madrugada, quando a promessa de um novo dia ainda vinha em terras de França, levantava-se da enxerga e saía para o campo, levando ao pasto a meia dúzia de porcas de cuja fertilidade se alimentavam ele e a mulher. Viviam desta escassez os meus avós maternos, da pequena criação de porcos que, depois do desmame, eram vendidos aos vizinhos da aldeia. Azinhaga de seu nome, na província do Ribatejo. Chamavam-se Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha esses avós, e eram analfabetos um e outro. No Inverno, quando o frio da noite apertava ao ponto de a água dos cântaros gelar dentro da casa, iam buscar às pocilgas os bácoros mais débeis e levavam-nos para a sua cama. Debaixo das mantas grosseiras, o calor dos humanos livrava os animaizinhos do enregelamento e salvava-os de uma morte certa. Ainda que fossem gente de bom carácter, não era por primores de alma compassiva que os dois velhos assim procediam: o que os preocupava, sem sentimentalismos nem retóricas, era proteger o seu ganha-pão, com a naturalidade de quem, para manter a vida, não aprendeu a pensar mais do que o indispensável. Ajudei muitas vezes este meu avô Jerónimo nas suas andanças de pastor, cavei muitas vezes a terra do quintal anexo à casa e cortei lenha para o lume, muitas vezes, dando voltas e voltas à grande roda de ferro que accionava a bomba, fiz subir a água do poço comunitário e a transportei ao ombro, muitas vezes, às escondidas dos guardas das searas, fui com a minha avó, também pela madrugada, munidos de ancinho, panal e corda, a recolher nos restolhos a palha solta que depois haveria de servir para a cama do gado. E algumas vezes, em noites quentes de Verão, depois da ceia, meu avô me disse: “José, hoje vamos dormir os dois debaixo da figueira.” Havia outras duas figueiras, mas aquela, certamente por ser a maior, por ser a mais antiga, por ser a de sempre, era para todas as pessoas da casa, a figueira. Mais ou menos por antonomásia, palavra erudita que só muitos anos depois viria a conhecer e a saber o que significava... No meio da paz nocturna, entre os ramos altos da árvore, uma estrela aparecia-me, e depois, lentamente, escondia-se por trás de uma folha, e, olhando eu noutra direcção, tal como um

rio correndo em silêncio pelo céu côncavo, surgia a claridade opalescente da Via Láctea, o Caminho de Santiago, como ainda lhe chamávamos na aldeia. Enquanto o sono não chegava, a noite povoava-se com as histórias e os casos que o meu avô ia contando: lendas, aparições, assombros, episódios singulares, mortes antigas, zaragatas de pau e pedra, palavras de antepassados, um incansável rumor de memórias que me mantinha desperto, ao mesmo tempo que suavemente me acalentava. Nunca pude saber se ele se calava quando se apercebia de que eu tinha adormecido, ou se continuava a falar para não deixar em meio a resposta à pergunta que invariavelmente lhe fazia nas pausas mais demoradas que ele calculadamente metia no relato: “E depois?” Talvez repetisse as histórias para si próprio, quer fosse para não as esquecer, quer fosse para as enriquecer com peripécias novas. Naquela idade minha e naquele tempo de nós todos, nem será preciso dizer que eu imaginava que o meu avô Jerónimo era senhor de toda a ciência do mundo. Quando, à primeira luz da manhã, o canto dos pássaros me despertava, ele já não estava ali, tinha saído para o campo com os seus animais, deixando-me a dormir. Então levantava-me, dobrava a manta e, descalço (na aldeia andei sempre descalço até aos 14 anos), ainda com palhas agarradas ao cabelo, passava da parte cultivada do quintal para a outra onde se encontravam as pocilgas, ao lado da casa. Minha avó, já a pé antes do meu avô, punha-me na frente uma grande tigela de café com pedaços de pão e perguntava-me se tinha dormido bem. Se eu lhe contava algum mau sonho nascido das histórias do avô, ela sempre me tranquilizava: “Não faças caso, em sonhos não há firmeza.” Pensava então que a minha avó, embora fosse também uma mulher muito sábia, não alcançava as alturas do meu avô, esse que, deitado debaixo da figueira, tendo ao lado o neto José, era capaz de pôr o universo em movimento apenas com duas palavras. Foi só muitos anos depois, quando o meu avô já se tinha ido deste mundo e eu era um homem feito, que vim a compreender que a avó, afinal, também acreditava em sonhos. Outra coisa não poderia significar que, estando ela sentada, uma noite, à porta da sua pobre casa, onde então vivia sozinha, a olhar as estrelas maiores e menores por cima da sua cabeça, tivesse dito estas palavras: “O mundo é tão



bonito, e eu tenho tanta pena de morrer.” Não disse medo de morrer, disse pena de morrer, como se a vida de pesado e contínuo trabalho que tinha sido a sua estivesse, naquele momento quase final, a receber a graça de uma suprema e derradeira despedida, a consolação da beleza revelada. Estava sentada à porta de uma casa como não creio que tenha havido alguma outra no mundo porque nela viveu gente capaz de dormir com porcos como se fossem os seus próprios filhos, gente que tinha pena de ir-se da vida só porque o mundo era bonito, gente, e este foi o meu avô Jerónimo, pastor e contador de histórias, que, ao pressentir que a morte o vinha buscar, foi despedir-se das árvores do seu quintal, uma por uma, abraçando-se a elas e chorando porque sabia que não as tornaria a ver.

Muitos anos depois, escrevendo pela primeira vez sobre este meu avô Jerónimo e esta minha avó Josefa (faltou-me dizer que ela tinha sido, no dizer de quantos a conheceram quando rapariga, de uma formosura invulgar), tive consciência de que estava a transformar as pessoas comuns que eles haviam sido em personagens literárias e que essa era, provavelmente, a maneira de não os esquecer, desenhando e tornando a desenhar os seus rostos com o lápis sempre cambiante da recordação, colorindo e iluminando a monotonia de um quotidiano baço e sem horizontes, como quem vai recriando, por cima do instável mapa da memória, a irrealidade sobrenatural do país em que decidiu passar a viver. A mesma atitude de espírito que, depois de haver evocado a fascinante e enigmática figura de um certo bisavô berbere, me levaria a descrever mais ou menos nestes termos um velho retrato (hoje já com quase oitenta anos) onde os meus pais aparecem: “Estão os dois de pé, belos e jovens, de frente para o fotógrafo, mostrando no rosto uma expressão de solene gravidade que é talvez temor diante da câmara, no instante em que a objectiva vai fixar, de um e de outro, a imagem que nunca mais tornarão a ter, porque o dia seguinte será implacavelmente outro dia... Minha mãe apoia o cotovelo direito numa alta coluna e segura na mão esquerda, caída ao longo do corpo, uma flor. Meu pai passa o braço por trás das costas de minha mãe e a sua mão calosa aparece sobre o ombro dela como uma asa. Ambos pisam acanhados um tapete de ramagens. A tela que serve de fundo posição ao

retrato mostra umas difusas e incongruentes arquitecturas neoclássicas.” E terminava: “Um dia tinha de chegar em que contaria estas coisas. Nada disto tem importância, a não ser para mim. Um avô berbere, vindo do Norte de África, um outro avô pastor de porcos, uma avó maravilhosamente bela, uns pais graves e formosos, uma flor num retrato – que outra genealogia pode importar-me? a que melhor árvore me encontraria?”

Escrevi estas palavras há quase trinta anos, sem outra intenção que não fosse reconstituir e registar instantes da vida das pessoas que me geraram e que mais perto de mim estiveram, pensando que nada mais precisaria de explicar para que se soubesse de onde venho e de que materiais se fez a pessoa que comecei por ser e esta em que pouco a pouco me vim tornando. Afinal, estava enganado, a biologia não determina tudo, e, quanto à genética, muito misteriosos deverão ter sido os seus caminhos para terem dado uma volta tão larga... A minha árvore genealógica (perdoe-se-me a presunção de a designar assim, sendo tão minguada a substância da sua seiva) não faltavam apenas alguns daqueles ramos que o tempo e os sucessivos encontros da vida vão fazendo romper do tronco central, também lhe faltava quem ajudasse as suas raízes a penetrar até às camadas subterrâneas mais fundas, quem apurasse a consistência e o sabor dos seus frutos, quem ampliasse e robustecesse a sua copa para fazer dela abrigo de aves migrantes e amparo de ninhinhos. Ao pintar os meus pais e os meus avós com tintas de literatura, transformando-os, de simples pessoas de carne e osso que haviam sido, em personagens novamente e de outro modo construtoras da minha vida, estava, sem o perceber, a traçar o caminho por onde as personagens que viesse a inventar, as outras, as efectivamente literárias, iriam fabricar e trazer-me os materiais e as ferramentas que, finalmente, no bom e no menos bom, no bastante e no insuficiente, no ganho e no perdido, naquilo que é defeito mas também naquilo que é excesso, acabariam por fazer de mim a pessoa em que hoje me reconheço: criador dessas personagens, mas, ao mesmo tempo, criatura delas. Em certo sentido poder-se-á mesmo dizer que, letra a letra, palavra a palavra, página a página, livro a livro, tenho vindo, sucessivamente, a implantar no homem que fui as personagens que criei. Creio que,



sem elas, não seria a pessoa que hoje sou, sem elas talvez a minha vida não tivesse logrado ser mais do que um esboço impreciso, uma promessa como tantas outras que de promessa não conseguiram passar, a existência de alguém que talvez pudesse ter sido e afinal não tinha chegado a ser.

Agora sou capaz de ver com clareza quem foram os meus mestres de vida, os que mais intensamente me ensinaram o duro ofício de viver, essas dezenas de personagens de romance e de teatro que neste momento vejo desfilar diante dos meus olhos, esses homens e essas mulheres feitos de papel e tinta, essa gente que eu acreditava ir guiando de acordo com as minhas conveniências de narrador e obedecendo à minha vontade de autor, como títeres articulados cujas acções não pudessem ter mais efeito em mim que o peso suportado e a tensão dos fios com que os movia. Desses mestres, o primeiro foi, sem dúvida, um medíocre pintor de retratos que designei simplesmente pela letra H, protagonista de uma história a que creio razoável chamar de dupla iniciação (a dele, mas também, de algum modo, do autor do livro), intitulada *Manual de Pintura e Caligrafia*, que me ensinou a honradez elementar de reconhecer e acatar, sem ressentimento nem frustração, os meus próprios limites: não podendo nem ambicionando aventurar-me para além do meu pequeno terreno de cultivo, restava-me a possibilidade de escavar para o fundo, para baixo, na direcção das raízes. As minhas, mas também as do mundo, se podia permitir-me uma ambição tão desmedida. Não me compete a mim, claro está, avaliar o mérito do resultado dos esforços feitos, mas creio ser hoje patente que todo o meu trabalho, de aí para diante, obedeceu a esse propósito e a esse princípio.

Vieram depois os homens e as mulheres do Alentejo, aquela mesma irmandade de condenados da terra a que pertenceram o meu avô Jerónimo e a minha avó Josefa, camponeses rudes obrigados a alugar a força dos braços a troco de um salário e de condições de trabalho que só mereceriam o nome de infames, cobrando por menos que nada a vida a que os seres cultos e civilizados que nos prezamos de ser apreciamos chamar, segundo as ocasiões, preciosa, sagrada ou sublime. Gente popular que

conheci, enganada por uma Igreja tão cúmplice como beneficiária do poder do Estado e dos terratenentes latifundistas, gente permanentemente vigiada pela polícia, gente, quantas e quantas vezes vítima inocente das arbitrariedades de uma justiça falsa. Três gerações de uma família de camponeses, os Mau-Tempo, desde o começo do século até a Revolução de Abril de 1974 que derrubou a ditadura, passam nesse romance a que dei o título de *Levantado do Chão*, e foi com tais homens e mulheres do chão levantados, pessoas reais primeiro, figuras de ficção depois, que aprendi a ser paciente, a confiar e a entregar-me ao tempo, a esse tempo que simultaneamente nos vai construindo e destruindo para de novo nos construir e outra vez nos destruir. Só não tenho a certeza de haver assimilado de maneira satisfatória aquilo que a dureza das experiências tornou virtude nessas mulheres e nesses homens: uma atitude naturalmente estóica perante a vida. Tendo em conta, porém, que a lição recebida, passados mais de vinte anos, ainda permanece intacta na minha memória, que todos os dias a sinto presente no meu espírito como uma insistente convocatória, não perdi, até agora, a esperança de me vir a tornar um pouco mais merecedor da grandeza dos exemplos de dignidade que me foram propostos na imensidão das planícies do Alentejo. O tempo o dirá. Que outras lições poderia eu receber de um português que viveu no século XVI que compôs as "Rimas" e as glórias, os naufrágios e os desencantos pátrios de *Os Lusíadas*, que foi um génio poético absoluto, o maior da nossa literatura, por muito que isso pese a Fernando Pessoa, que a si mesmo se proclamou como o Super-Camões dela? Nenhuma lição que estivesse à minha medida, nenhuma lição que eu fosse capaz de aprender, salvo a mais simples que me poderia ser oferecida pelo homem Luís Vaz de Camões na sua estreme humanidade, por exemplo, a humildade orgulhosa de um autor que vai chamando a todas as portas à procura de quem esteja disposto a publicar-lhe o





livro que escreveu, sofrendo por isso o desprezo dos ignorantes de sangue e de casta, a indiferença desdenhosa de um rei e da sua companhia de poderosos, o escárnio com que desde sempre o mundo tem recebido a visita dos poetas, dos visionários e dos loucos. Ao menos uma vez na vida todos os autores tiveram ou terão de ser Luís de Camões, mesmo se não escreverem as redondilhas de “Sôbolos rios”... Entre fidalgos da corte e censores do Santo Ofício, entre os amores de antanho e as desilusões da velhice prematura, entre a dor de escrever e a alegria de ter escrito, foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer, foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma, foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço, que eu pus a viver no palco da peça de teatro chamada “Que farei com este livro?” em cujo final ecoa uma outra pergunta, aquela que importa verdadeiramente, aquela que nunca saberemos se alguma vez chegará a ter resposta suficiente: “Que fareis com este livro?”. Humildade orgulhosa, foi essa de levar debaixo do braço uma obra-prima e ver-se injustamente enfeitado pelo mundo. Humildade orgulhosa também, e obstinada, esta de querer saber para que irão servir amanhã os livros que andamos a escrever hoje, e logo duvidar que consigam perdurar longamente (até quando?) as razões tranquilizadoras que acaso nos estejam a ser dadas ou que estejamos a dar a nós próprios. Ninguém melhor se engana que quando consente que o enganem os outros...

Aproximam-se agora um homem que deixou a mão esquerda na guerra e uma mulher que veio ao mundo com o misterioso poder de ver o que há por trás da pele das pessoas. Ele chama-se Baltasar Mateus e tem a alcunha de Sete-Sóis, a ela conhecem-na pelo nome de Blimunda, e também pelo apodo de Sete-Luas que lhe foi acrescentado depois, porque está escrito que onde haja um sol terá de haver uma lua, e que só a presença conjunta e harmoniosa de um e do outro tornará habitável, pelo amor, a terra. Aproxima-se também um padre jesuíta chamado Bartolomeu que inventou uma máquina capaz de subir ao céu e voar sem outro combustível que não seja a vontade humana, essa que, segundo se vem

dizendo, tudo pode, mas que não pôde, ou não soube, ou não quis, até hoje, ser o sol e a lua da simples bondade ou do ainda mais simples respeito. São três loucos portugueses do século XVIII, num tempo e num país onde floresceram as superstições e as fogueiras da Inquisição, onde a vaidade e a megalomania de um rei fizeram erguer um convento, um palácio e uma basílica que haveriam de assombrar o mundo exterior, no caso pouco provável de esse mundo ter olhos bastantes para ver Portugal, tal como sabemos que os tinha Blimunda para ver o que escondido estava... E também se aproxima uma multidão de milhares e milhares de homens com as mãos sujas e calosas, com o corpo exausto de haver levantado, durante anos a fio, pedra a pedra, os muros implacáveis do convento, as salas enormes do palácio, as colunas e as pilastras, as aéreas torres sineiras, a cúpula da basílica suspensa sobre o vazio. Os sons que estamos a ouvir são do cravo de Domenico Scarlatti, que não sabe se deve rir ou chorar... Esta é a história de Memorial do Convento, um livro em que o aprendiz de autor, graças ao que lhe vinha sendo ensinado desde o antigo tempo dos seus avós Jerónimo e Josefa, já conseguiu escrever palavras como estas, donde não está ausente alguma poesia: “Além da conversa das mulheres, são os sonhos que seguram o mundo na sua órbita. Mas são também os sonhos que lhe fazem uma coroa de luas, por isso o céu é o resplendor que há dentro da cabeça dos homens, se não é a cabeça dos homens o próprio e único céu.” Que assim seja.

De lições de poesia sabia já alguma coisa o adolescente, aprendidas nos seus livros de texto quando, numa escola de ensino profissional de Lisboa, andava a preparar-se para o ofício que exerceu no começo da sua vida de trabalho: o de serralheiro mecânico. Teve também bons mestres de arte poética nas longas horas nocturnas que passou em bibliotecas públicas, lendo ao acaso de encontros e de catálogos, sem orientação, sem alguém que o aconselhasse com o mesmo assombro criador do navegante que vai inventando cada lugar que descobre. Mas foi na biblioteca da escola industrial que *O Ano da Morte de Ricardo Reis* começou a ser escrito... Ali encontrou um dia o jovem aprendiz de serralheiro (teria então 17 anos) uma revista – *Atena* era o título – em que



havia poemas assinados com aquele nome e, naturalmente, sendo tão mau conhecedor da cartografia literária do seu país pensou que existia em Portugal um poeta que se chamava assim: Ricardo Reis. Não tardou muito tempo, porém, a saber que o poeta propriamente dito tinha sido um tal Fernando Nogueira Pessoa que assinava poemas com nomes de poetas inexistentes nascidos na sua cabeça e a que chamava heterónimos, palavra que não constava dos dicionários da época, por isso custou tanto trabalho ao aprendiz de letras saber o que ela significava. Aprendeu de cor muitos poemas de Ricardo Reis (“Para ser grande sê inteiro/Põe quanto és no mínimo que fazes”), mas não podia resignar-se, apesar de tão novo e ignorante, que um espírito superior tivesse podido conceber, sem remorso, este verso cruel: “Sábio é o que se contenta com o espectáculo do mundo”. Muito, muito tempo depois, o aprendiz, já de cabelos brancos e um pouco mais sábio das suas próprias sabedorias, atreveu-se a escrever um romance para mostrar ao poeta das “Odes” alguma coisa do que era o espectáculo do mundo nesse ano de 1936 em que o tinha posto a viver os seus últimos dias: a ocupação da Renânia pelo exército nazista, a guerra de Franco contra a República espanhola, a criação por Salazar das milícias fascistas portuguesas. Foi como se estivesse a dizer-lhe: “Eis o espectáculo do mundo, meu poeta das amarguras serenas e do cepticismo elegante. Disfruta, goza, contempla, já que estar sentado é a tua sabedoria...”

*O Ano da Morte de Ricardo Reis* terminava com umas palavras melancólicas: “Aqui, onde o mar se acabou e a terra espera”. Portanto, não haveria mais descobrimentos para Portugal, apenas como destino uma espera infinita de futuros nem aos menos inimagináveis: só o fado do costume, a saudade de sempre, e pouco mais... Foi então que o aprendiz imaginou que talvez houvesse ainda uma maneira de tornar a lançar os barcos à água, por exemplo, mover a própria terra e pô-la a navegar pelo mar fora. Fruto imediato do ressentimento colectivo português pelos desdêns históricos de Europa (mais exacto seria dizer fruto de um meu ressentimento pessoal...), o romance que então escrevi – *A Jangada de Pedra* – separou

do continente europeu toda a Península Ibérica para a transformar numa grande ilha flutuante, movendo-se sem remos, nem velas, nem hélices em direcção ao Sul do mundo, “massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais”, a caminho de uma utopia nova: o encontro cultural dos povos peninsulares com os povos do outro lado do Atlântico, desafiando assim, a tanto a minha estratégia se atreveu, o domínio sufocante que os Estados Unidos da América do Norte vêm exercendo naquelas paragens... Uma visão duas vezes utópica entenderia esta ficção política como uma metáfora muito mais generosa e humana: que a Europa, toda ela, deverá deslocar-se para o Sul, a fim de, em desconto dos seus abusos colonialistas antigos e modernos, ajudar a equilibrar o mundo. Isto é, Europa finalmente como ética. As personagens da *Jangada de Pedra* – duas mulheres, três homens e um cão – viajam incansavelmente através da península enquanto ela vai sulcando o oceano. O mundo está a mudar e eles sabem que devem procurar em si mesmos as pessoas novas em que irão tornar-se (sem esquecer o cão, que não é um cão como os outros...). Isso lhes basta.

Lembrou-se então o aprendiz de que em tempos da sua vida havia feito algumas revisões de provas de livros e que se na *Jangada de Pedra* tinha, por assim dizer, revisado o futuro, não estaria mal que revisasse agora o passado, inventando um romance que se chamaria *História do Cerco de Lisboa*, no qual um revisor, revendo um livro do mesmo título, mas de *História*, e cansado de ver como a dita *História* cada vez é menos capaz de surpreender, decide pôr no lugar de um “sim” um “não”, subvertendo a autoridade das “verdades históricas”. Raimundo Silva, assim se chama o revisor, é um homem simples, vulgar, que só se distingue da maioria por acreditar que todas as coisas têm o seu lado visível e o seu lado





invisível e que não saberemos nada delas enquanto não lhes tivermos dado a volta completa. De isso precisamente se trata numa conversa que ele tem com o historiador. Assim: "Recordo-lhe que os revisores já viram muito de literatura e vida, O meu livro, recordo-lhe eu, é de história, Não sendo propósito meu apontar outras contradições, senhor doutor, em minha opinião tudo quanto não for vida é literatura, A história também. A história sobretudo, sem querer ofender, e a pintura, E a música, A música anda a resistir desde que nasceu, ora vai, ora vem, quer livrar-se da palavra, suponho que por inveja, mas regressa sempre à obediência, E a pintura, ora, a pintura não é mais do que literatura feita com pincéis, Espero que não esteja esquecido de que a humanidade começou a pintar muito antes de saber escrever, Conhece o rifão, se não tens cão caça com o gato, ou, por outras palavras, quem não pode escrever, pinta ou desenha, é o que fazem as crianças, O que você quer dizer, por outras palavras, é que a literatura já existia antes de ter nascido, Sim senhor, como o homem, por outras palavras, antes de o ser já o era, Quer-me parecer que você errou a vocação, devia era ser historiador, Falta-me o preparo, senhor doutor, que pode um simples homem fazer sem o preparo, muita sorte já foi ter vindo ao mundo com a genética arrumada, mas, por assim dizer, em estado bruto, e depois não mais polimento que primeiras letras que ficaram únicas, Podia apresentar-se como autodidacta, produto do seu próprio e digno esforço, não é vergonha nenhuma, antigamente a sociedade tinha orgulho nos seus autodidactas, Isso acabou, veio o desenvolvimento e acabou, os autodidactas são vistos com maus olhos, só os que escrevem versos e histórias para distrair é que estão autorizados a ser autodidactas, mas eu para a criação literária nunca tive jeito, Então, meta-se a filósofo, O senhor doutor é um humorista, cultivava a ironia, chego a perguntar-me como se dedicou à história, sendo ela tão grave e profunda ciência, Sou irónico apenas na vida real, Bem me queria a mim parecer que a história não é a vida real, literatura, sim, e nada mais, Mas a história foi vida real no tempo em que ainda não se lhe poderia chamar história, Então o senhor doutor acha que a história é a vida real, Acho, sim, Que a história foi

vida real, quero dizer, Não tenho a menor dúvida, Que seria de nós se o deleatur que tudo apaga não existisse, suspirou o revisor." Escusado será acrescentar que o aprendiz aprendeu com Raimundo Silva a lição da dúvida. Já não era sem tempo.

Ora, foi provavelmente esta aprendizagem da dúvida que o levou, dois anos mais tarde, a escrever *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. É certo, e ele tem-no dito, que as palavras do título lhe surgiram por efeito de uma ilusão de óptica, mas é legítimo interrogar-nos se não teria sido o sereno exemplo do revisor o que, nesse meio tempo, lhe andou a preparar o terreno de onde haveria de brotar o novo romance. Desta vez não se tratava de olhar por trás das páginas do *Novo Testamento* à procura de contrários, mas sim de iluminar com uma luz rasante a superfície delas, como se faz a uma pintura, de modo a fazer-lhe ressaltar os relevos, os sinais de passagem, a obscuridade das depressões. Foi assim que o aprendiz, agora rodeado de personagens evangélicas, leu, como se fosse a primeira vez, a descrição da matança dos Inocentes, e, tendo lido, não compreendeu. Não compreendeu que já pudesse haver mártires numa religião que ainda teria de esperar trinta anos para que o seu fundador pronunciasse a primeira palavra dela, não compreendeu que não tivesse salvado a vida das crianças de Belém precisamente a única pessoa que o poderia ter feito, não compreendeu a ausência, em José, de um sentimento mínimo de responsabilidade, de remorso, de culpa, ou sequer de curiosidade, depois de voltar do Egipto com a família. Nem se poderá argumentar, em defesa da causa, que foi necessário que as crianças de Belém morressem para que pudesse salvar-se a vida de Jesus: o simples senso comum, Que a todas as coisas, tanto às humanas como às divinas, deveria presidir, aí está para nos recordar que Deus não enviaria o seu Filho à terra, de mais a mais com o encargo de redimir os pecados da humanidade, para que ele viesse a morrer aos dois anos de idade degolado por um soldado de Herodes... Nesse *Evangelho*, escrito pelo aprendiz com o respeito que merecem os grandes dramas, José será consciente da sua culpa, aceitará o remorso em castigo da falta que cometeu e deixar-se-á levar à



morte quase sem resistência, como se isso lhe faltasse ainda para liquidar as suas contas com o mundo. O Evangelho do aprendiz não é, portanto, mais uma lenda edificante de bem-aventurados e de deuses, mas a história de uns quantos seres humanos sujeitos a um poder contra o qual lutam, mas que não podem vencer. Jesus, que herdará as sandálias com que o pai tinha pisado o pó dos caminhos da terra, também herdará dele o sentimento trágico da responsabilidade e da culpa que nunca mais o abandonará, nem mesmo quando levantar a voz do alto da cruz: "Homens, perdoai-me porque ele não sabe o que fez", por certo referindo-se ao Deus que o levava até ali, mas quem sabe se recordando ainda, nessa agonia derradeira, o seu pai autêntico, aquele que, na carne e no sangue, humanamente o gerara. Como se vê, o aprendiz já tinha feito uma larga viagem quando no seu herético Evangelho escreveu as últimas palavras do diálogo no templo entre Jesus e o escriba: "A culpa é um lobo que come o filho depois de ter devorado o pai, disse o escriba, Esse lobo de que falas já comeu o meu pai, disse Jesus, Então só falta que te devore a ti, E tu, na tua vida, foste comido, ou devorado, Não apenas comido e devorado, mas vomitado, respondeu o escriba." Se o imperador Carlos Magno não tivesse estabelecido no Norte da Alemanha um mosteiro, se esse mosteiro não tivesse dado origem à cidade de Münster, se Münster não tivesse querido assinalar os mil e duzentos anos da sua fundação com uma ópera sobre a pavorosa guerra que enfrentou no século XVI protestantes anabatistas e católicos, o aprendiz não teria escrito a peça de teatro a que chamou "In Nomine Dei". Uma vez mais, sem outro auxílio que a pequena luz da sua razão, o aprendiz teve de penetrar no obscuro labirinto das crenças religiosas, essas que com tanta facilidade levam os seres humanos a matar e a deixar-se matar. E o que viu foi novamente a máscara horrenda da intolerância, uma intolerância que em Münster atingiu o paroxismo demencial, uma intolerância que insultava a própria causa que ambas as partes proclamavam defender. Porque não se tratava de uma guerra em nome de dois deuses inimigos, mas de uma guerra em nome de um mesmo deus. Cegos pelas suas próprias crenças, os anabatistas e os católicos de

Münster não foram capazes de compreender a mais clara de todas as evidências: no dia do Juízo Final, quando uns e outros se apresentarem a receber o prémio ou o castigo que mereceram as suas acções na terra, Deus, se em suas decisões se rege por algo parecido à lógica humana, terá de receber no paraíso tanto a uns como aos outros, pela simples razão de que uns e outros nele crêem. A terrível carnificina de Münster ensinou ao aprendiz que, ao contrário do que prometeram as religiões nunca serviram para aproximar os homens, e que a mais absurda de todas as guerras é uma guerra religiosa, tendo em consideração que Deus não pode, ainda que o quisesse, declarar guerra a si próprio...

Cegos. O aprendiz pensou: "Estamos cegos", e sentou-se a escrever o *Ensaio sobre a Cegueira* para recordar a quem o viesse a ler que usamos perversamente a razão quando humilhamos a vida, que a dignidade do ser humano é todos os dias insultada pelos poderosos do nosso mundo, que a mentira universal tomou o lugar das verdades plurais, que o homem deixou de respeitar-se a si mesmo quando perdeu o respeito que devia ao seu semelhante. Depois, o aprendiz, como se tentasse exorcizar os monstros engendrados pela cegueira da razão, pôs-se a escrever a mais simples de todas as histórias: uma pessoa que vai à procura de outra pessoa apenas porque compreendeu que a vida não tem nada mais importante que pedir a um ser humano. O livro chama-se *Todos os Nomes*. Não escritos, todos os nossos nomes estão lá. Os nomes dos vivos e os nomes dos mortos.

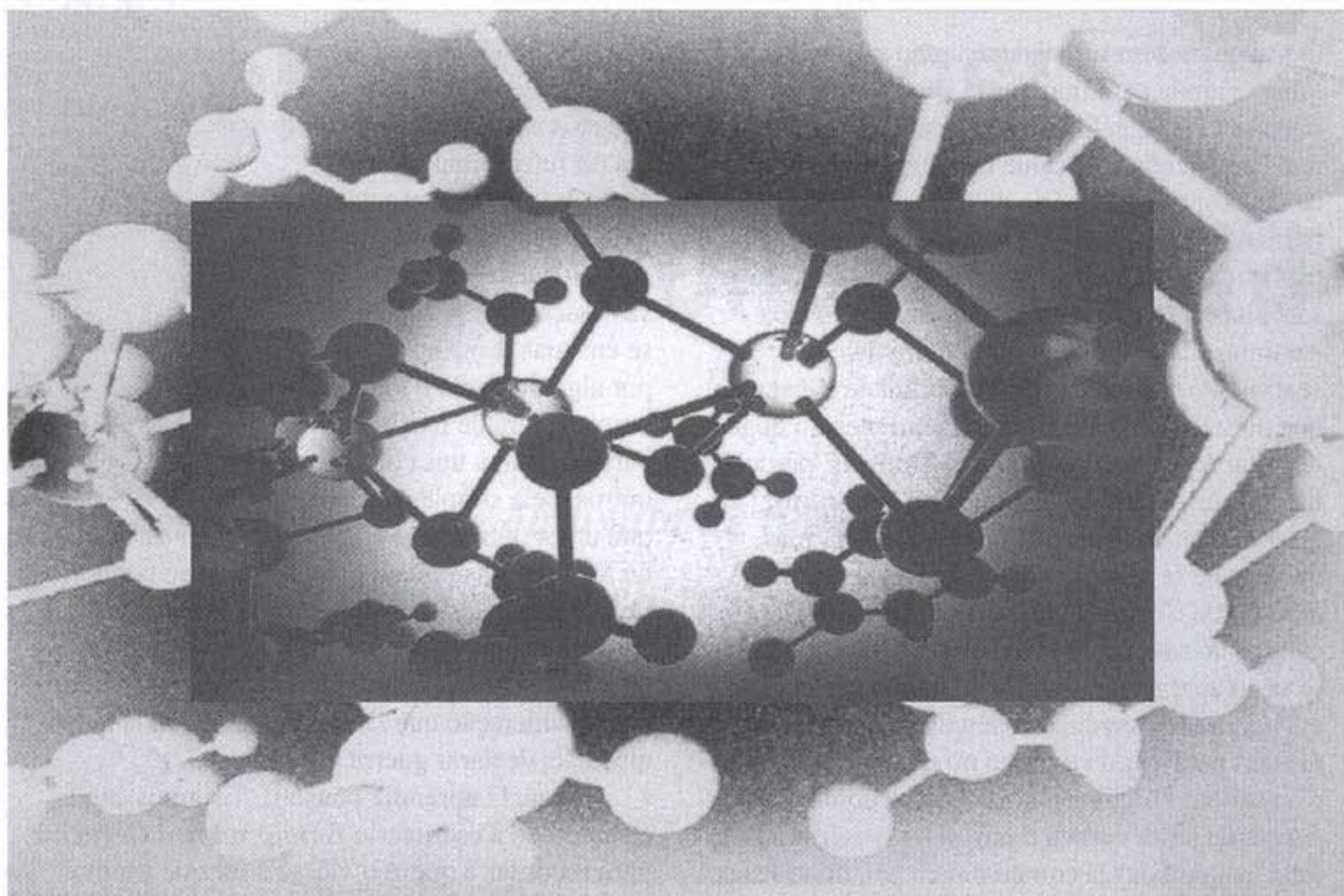
Termino. A voz que leu estas páginas quis ser o eco das vozes conjuntas das minhas personagens. Não tenho, a bem dizer, mais voz que a voz que elas tiverem. Perdoai-me se vos pareceu pouco isto que para mim é tudo.

José Saramago

Estocolmo, 7 de Dezembro de 1998







# Ciência, aquele obscuro objeto de pensamento e uso

MICHEL PATY

*A Ciência falhou? Muitos a acusam, sem reconhecer que é  
preciso de mais – e não menos – ciência*



Permitam-me começar por um exemplo de utilização da ciência pela sociedade, de certo modo extremo e mesmo caricatural. A ciência particular neste caso é a Economia, e ao lidar com este exemplo não consideraremos a questão de saber se a Economia é uma ciência comparável com a Física, a Química, a Astronomia, a Biologia e outras ciências naturais. É fato que a ciência, atualmente, é um conceito bastante extenso e admite uma variedade de fundamentos epistêmicos. Em seus propósitos, todas as ciências na medida em que têm a pretensão de ser “Ciência” (e nelas incluem as ciências sociais tanto quanto as ciências da natureza e as ciências formais como a matemática) partilham muitas características comuns. Sua essência profunda ou seu núcleo duro é o conhecimento, que é algo que devemos aceitar como verdadeiro – mesmo se somente relativamente verdadeiro – mas que, ao mesmo tempo, podemos entender e aceitar como verdade com nossas mentes livres. Tendo afirmado isto, penso que já estabeleci – embora ainda não explicitamente – o problema fundamental que está na raiz da pergunta que estamos a debater: “A ciência falhou na sociedade?”. (1)

Voltemos agora ao exemplo particular. Nos anos que seguiram o golpe de estado no Chile, em 1973, o ditador-presidente, general Augusto Pinochet, contratou o time de proeminentes economistas da linha das concepções de Milton Friedman (os quais ficaram conhecidos como ‘Chicago boys’) e ofereceu-lhes a economia e a so-

ciência chilenas como um campo no qual poderiam experimentar suas teorias. De modo a liberá-los de obstáculos a estas aplicações (obstáculos de natureza política e social), Pinochet garantiu estabilidade política e social durante 17 anos ao custo de repressão, terror político e crimes contra o gênero humano. (2) Neste caso seguramente

a ciência, ou pelo menos a ciência econômica, falhou na sociedade.

Contudo, a maioria dos cientistas negaria que esse é um bom exemplo argumentando que não se testou ainda a ciência, nem mesmo a Economia, mas um determinado modelo teórico de uma disciplina particular em condições muito peculiares. Não existiriam coisas semelhantes ocorrendo com a Física ou mesmo com a Biologia. Mas, estamos tão seguros disto? É suficiente lembrar os experimentos criminosos dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (por exemplo em prisioneiros no campo de concentração Struthof na Alsácia ocupada), ou ainda ponderar sobre as muitas possibilidades que surgem dos avanços atuais na Física e na Química e acima de tudo na Biologia, com transplantes de órgãos e as transformações genéticas.

Atitudes e performances explicitamente criminosas não são os únicos usos indevidos da ciência. Como elas são casos extremos, mostram melhor e mais imediatamente a que consequências desastrosas a eficiência do conhecimento científico pode levar, seja na ausência de preocupações éticas e humanas, seja quando escolhas políticas e ideológicas cegas são impostas a uma inadequadamente denominada ‘ciência’ que, em verdade, só é adequada para apoiar aquelas escolhas.

Voltemos agora, para finalizar, ao exemplo tomado da economia. O Fundo Monetário Internacional quando empresta dinheiro aos países do Terceiro Mundo requer como contrapartida dos governos assistidos decisões econômicas que são consideradas como o único caminho para resolver seus problemas, isto é, implicitamente, a *solução científica* do ponto de vista da ciência econômica



aplicada à sociedade. *Esta* ciência, diga-se de passagem, é anunciada como a verdade obrigatória mas, ao mesmo tempo, é esquecida a outra exigência de uma afirmação científica à qual já havia aludido: que ela deve ser também compreendida e admitida como verdade por mentes livres.

Pois para compreender a economia aplicada as pessoas não podem separá-la – e de fato não a separam – da vida política e social, porque elas têm a intuição vital e quase inata de que não existem razões pelas quais a economia deva estar acima dessas outras dimensões das quais as pessoas têm ao menos alguma experiência. A consequência da crise econômica asiática confirmou recentemente de modo espetacular que essa intuição é bem fundamentada. Começa a haver uma con-

anos, o Prêmio Nobel de Economia foi dado, em 1998, para Amartya Sen, considerado por muito tempo como heterodoxo com respeito aos padrões usuais da disciplina. (5) Na concepção deste economista a ciência da Economia não está separada de outras dimensões, tais como condições humanas, considerações éticas e pensamento filosófico. A fome, tanto quanto crescimento econômico, as escolhas coletivas e a teoria da justiça são dignos de consideração do ponto de vista econômico (6); e o argumento de que a fome está relacionada não com situações de carência de alimentos mas sim com situações de repartição de renda altamente desiguais, não é uma afirmativa ideológica, mas uma demonstração científica.

até piores que os presentes. Eu preferiria dizer que *nós* devemos (quero dizer *a sociedade*, isto é, *nós mesmos* na sociedade) entender melhor o que a ciência é e quais são os objetivos da sociedade. Isto não seria crença, mas consciência. A primeira questão, *o que é a ciência?*, refere-se a uma reflexão epistemológica; a segunda a uma questão axiológica (sobre valores, éticos e metafísicos). E, como corolário, podemos nos perguntar, como cientistas, intelectuais e cidadãos, *onde e quando* a sociedade (isto é, nós mesmos, em nossas organizações políticas, sociais e acadêmicas) debate tais questões?

A sociedade preocupa-se com a formação de cientistas e técnicos: ela organiza instituições acadêmicas e científicas com este propósito. Mas, ao mesmo tempo, existe alguma preocupação – fundamental e regular – da sociedade e destas instituições no sentido de se ter uma visão intelectual completamente responsável e crítica sobre o que a ciência é, bem como no sentido de se confrontar esta ciência e suas várias dimensões com os valores que nossa sociedade tem escolhido (tais como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos)? (7)

Geralmente tais questões são consideradas como estranhas à competência dos cientistas e dos leigos, e quando incidentalmente alguma resposta específica é necessária, busca-se uma resposta juntos aos peritos (“experts”). Mas para tais questões não existe nenhum “perito”, nenhum especialista, porque elas não pertencem a uma determinada região circunscrita do conhecimento, mas são parte inerente das dimensões da ciência e deveriam ser pensadas quando se obtém uma formação em ciências, e deveriam também estar presentes na informação e nos debates

---

## *Pinochet contratou os ‘Chicago boys’ e ofereceu-lhes a economia e a sociedade chilenas como campo para experimentalizar suas teorias*

---

cordância geral de que soluções monetárias ou puramente econômicas levam às catástrofes. O próprio Henry Kissinger, antigo Secretário de Estado do governo dos EUA, recentemente reconheceu este fato. (3) Mas, ele também reconheceu a responsabilidade decisiva que assumiu no estabelecimento de ditaduras de extrema direita na América Latina, e, em especial, no – digamos – patrocínio dos ‘Chicago boys’ no Chile? (4) Pelo menos disso não fez sequer menção.

Outro fato recente interessante é que, pela primeira vez desde muitos

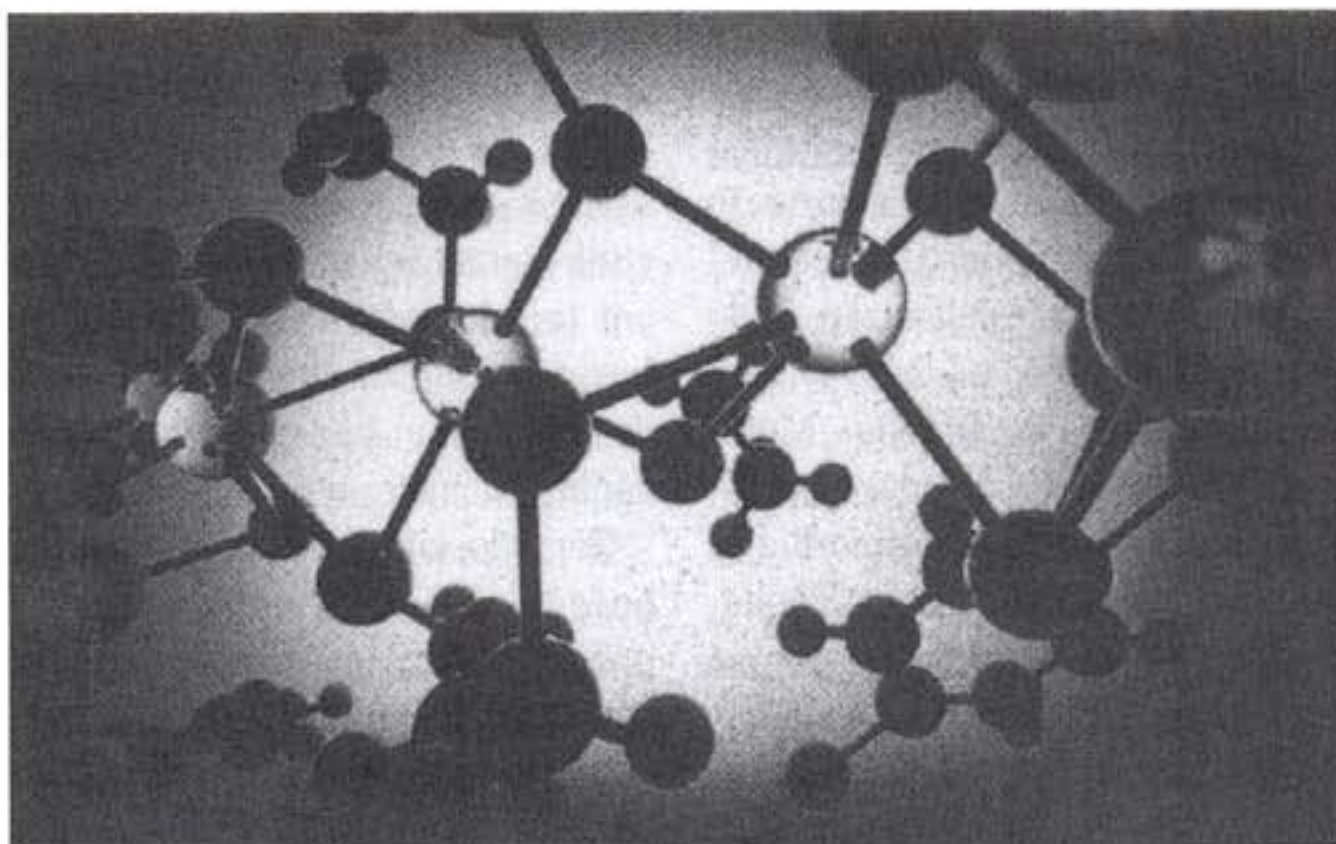
Falando de modo mais geral, a Ciência não está acima de todo o resto, mesmo que seja “o mais exitoso empreendimento intelectual humano na história registrada”, como afirma o argumento de nosso Forum desta noite. Ao mesmo tempo este argumento prossegue perguntando se, talvez, uma das razões de nossos problemas com a ciência e a sociedade não decorra de que “nossos sistemas tradicionais de crença foram destruídos”. Mas não estou seguro de que tais sistemas ajudariam a impedir os maus usos da ciência, na medida em que foram os responsáveis no passado por uma quantidade de distúrbios e dificuldades



da vida política de uma sociedade composta por cidadãos livres.

Ciência e Tecnologia não estão separadas, e uma importante característica da ciência contemporânea, diferentemente das concepções dos antigos e da ciência clássica até o século XVIII, é sua forte e essencial ligação com aplicações e com tecnologia, embora sejam claramente distintas. Esta relação constitutiva emergiu no curso do desenvolvimento da ciência, através de transformações e mutações nos objetos, propósitos e práticas da ciência, o que ocorreu dentro dos contextos das transformações sociais e culturais desde o Renascimento europeu até os tempos modernos e presentes.

Tem-se, por vezes, atribuído esta transformação ao poder das idéias, tornando-se Francis Bacon e René Descartes como os precursores das novas concepções e, eventualmente, condenando-os por isto. (8) Essa seria uma visão idealista porque mudanças de larga escala nas civilizações e nas sociedades não podem obviamente ser atribuídas a poucas atitudes ou obras intelectuais notáveis. Ao contrário, atitudes e obras intelectuais são reflexos no mundo das idéias dessas mudanças materiais e culturais, do mesmo modo que implicam mudanças nas mentes. E não deveríamos nos esquecer, de modo algum, que esses filósofos e intelectuais (poderíamos também incluir os pensadores do século XVIII) não foram somente proponentes do domínio do homem sobre a natureza, mas, também e acima de tudo (isto sendo bem verdade pelo menos para Descartes e a maioria dos filósofos do Iluminismo), defensores da liberdade de pensamento e da universalidade da capacidade dos



homens em entender a natureza e a si mesmos.

Este duplo argumento da razão e da ciência nos tempos modernos está exatamente no coração de nossa reflexão sobre a ciência e a sociedade. Longe de condenar a razão e a ciência, deveríamos prestar uma atenção ampliada em sua capacidade de compreender, construir e criticar. Pode bem ser que, depois de um período de triunfalismo positivista e visão exageradamente otimista sobre a possibilidade de conquistas sociais, tecnológicas e científicas, a função crítica e o modo de pensamento da razão e da ciência deveriam tornar-se

*O FMI impõe às  
nações decisões  
econômicas  
a partir de uma  
ciência, anunciada  
como verdade  
obrigatória*

agora de uso mais amplo. Pois hoje podemos avaliar melhor os perigos do caminho que estamos coletivamente percorrendo. Nosso tempo necessita, de fato, de mais ciência, e não de menos ciência, do mesmo modo que ele necessita de uma compreensão mais profunda da ciência e um conhecimento mais amplo de seus possíveis efeitos sobre as transformações do mundo bem como sobre as transformações do homem. E ele necessita mais que nunca integrar este conhecimento e compreensão ao sistema de valores éticos e morais que foi coletivamente escolhido, e que continuamos coletivamente a escolher com dificuldades mas com determinação (ao menos esperamos que seja assim). Isto pode ser deste modo porque a ciência é, antes de tudo, compreensão e conhecimento, que é em si mesma um valor, como a arte e seus objetivos de expressar significações (que eu chamaria transcendentais, no sentido de uma superação).

A despeito de sua indissolúvel ligação com a possibilidade de aplicações e tecnologias, a ciência mantém ainda como sua própria natureza e núcleo profundo a busca do conhecimento, isto é, de uma



representação simbólica coerente (ou de um conjunto de tais representações), o que lhe assegura, mesmo que de modo provisório, uma visão inteligível de mundo. Este conhecimento, fruto do uso da razão, é não somente assegurado e adquirido, mas uma busca que não tem fim. Muito freqüentemente, nos tempos contemporâneos, este caráter primordial e essencial da ciência, isto é, conhecimento e pesquisa vivos, que se referem em última instância à atividade livre da mente humana, é

ciência abriu tantos caminhos no campo do conhecimento e progrediu tanto, objetivando uma representação global coerente e inteligível e sob alguns aspectos obtendo êxitos em tais propósitos. Dificilmente posso pensar em um tipo diferente de processo para o futuro do conhecimento.

Contudo, não podemos ignorar que hoje a ciência, fundada no seu próprio caráter primordial e constitutivo, contém em si mesma a capacidade potencial ou virtual da

---

*Longe de condenar a razão  
e a ciência, deveríamos prestar atenção  
em sua capacidade de compreender,  
construir e criticar*

---

ocultado pelas conseqüências úteis e práticas do corpo de conhecimentos coletados da atividade científica.

É seguro que se alguém (a sociedade, por exemplo) der primazia aos aspectos úteis da atividade científica, em detrimento de suas aquisições intelectuais, não mais teríamos Ciência, nem qualquer perspectiva de progresso real na nossa compreensão do mundo. Sobreviveríamos num estado de consumidores de tecnologia, e os produtores desta tecnologia iriam eles mesmo rapidamente encontrar limites na obtenção de melhorias previsíveis em nosso estado de conhecimento. Pois, sendo concebida na mente do homem frente ao mundo, o conhecimento científico é criação, isto é, invenção, imprevisível a longo prazo. É somente graças a esse caráter criativo e imprevisível que a

tecnologia e do poder da tecnologia. E que este poder é efetivo dentro de um sistema econômico cujo motor é a produção, relacionada com o lucro e com a competição do mercado.

*Pensando sobre a ciência e produzindo reflexões sobre ela devemos considerá-la através de todas estas dimensões, pois essa é sua realidade. Isto traz à tona a necessidade do ensino e da divulgação dos aspectos históricos e epistemológicos da ciência, simultaneamente ao ensino e à divulgação das ciências particulares. E também a necessidade de uma formação que não seja puramente científica ou técnica, mas que abra espaço para os elementos culturais que permitam a todos não deixar seu senso ético e humano ser atrofiado pela urgência, pela eficiência e pela pressão social.*

Michel Paty é diretor de pesquisa no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e Université

Paris 7-Denis Diderot, Paris, físico, filósofo e historiador da ciência. É autor dos livros *La matière dérobée* (Paris 1988 – *A matéria roubada*, EDUSP, 1995), *Einstein philosophe* (Presses Universitaires de France, 1993), *Einstein les quanta et le réel* (a aparecer), e de dois livros de divulgação sobre Einstein e sobre d'Alembert (Les Belles Lettres, Paris, 1997 e 1998).

Este texto é uma contribuição ao Forum: *Has Science Failed Society?*, National Science Week, Dublin Institute of Technology, Dublin/ Irlanda, 5 de Novembro, 1998. (9) Tradução do original em inglês ('Science, that obscure object of thought and use') para o português por Olival Freire Jr., com revisão de Sylvia G. Garcia

#### Notas

(1) *O argumento a ser discutido no Forum, em 5 de novembro de 1998, colocava a questão: "Has science failed society? É sugerido que a ciência falhou na sociedade fornecendo-nos ferramentas que somos incapazes de usar responsabilmente porque nossos sistemas tradicionais de crença foram simultaneamente destruídos. Contudo, a ciência foi a mais bem sucedida atividade humana na história registrada. A sociedade falha deixando de dar o respeito adequado aos cientistas, a menos que eles se engajem em esforços visando o crescimento material ou militar. O planeta enfrenta a destruição oriunda de duas alianças: Ciência, tecnologia e lucro; Ciência, tecnologia e ideologia extremada".*

(2) *Ver o relato da Comissão "Verdade e conciliação", designada pelo Presidente chileno Patricio Aylwin, em 9 de maio de 1990, e concluída 10 meses depois. Era atribuição da comissão investigar as "sérias violações dos direitos humanos perpetradas no país entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de*



1990". Ver também as investigações subsequentes da Corporação de reparação e conciliação que sucedeu aquela comissão, que divulgou suas conclusões em 1996. Cf. artigo de Jean-Claude Buhner em *Le Monde*, 14 nov., 1998, p.5 ("Le document qui accuse la dictature").

(3) Henry Kissinger, "Le FMI fait plus de mal que de bien", *Le Monde*, 15 outubro, 1998, pp. 1, 17.

(4) Isto, que era sabido, foi recentemente estabelecido oficialmente desde a abertura, em outubro último dos arquivos oficiais do governo dos EUA. A publicação dos documentos pela Internet (<http://www.seas.gwu.edu/nsarchive>) pelo National Security Archive, uma associação não-governamental criada em 1985 por jornalistas independentes, evidencia a forte responsabilidade do Presidente Richard Nixon, do Secretário de Estado Henry Kissinger e da Central Intelligence Agency na desestabilização do governo chileno do Presidente Salvador Allende e na tomada do poder por Pinochet.

(5) Amartya Sen, "o economista da pobreza", é um cidadão indiano, atualmente professor de Economia do Trinity College, Cambridge (Reino Unido), autor de livros fundamentais como *Collective choices and social welfare*, 1970; *On economic inequality*, 1ª ed., 1973 (Veja a recente edição do mesmo título, aumentada com um anexo sustancial por James E. Foster & Amartya Sen, "On economic inequality after a century", *Oxford*

*University Press, Oxford*, 1997; *Oxford India Paperbacks, Delhi*, 1998); *Poverty and Famines. An essay on Entitlement and Deprivation*, *Oxford University Press, Oxford*, 1981 (também, *Oxford India Paperbacks, Delhi*, 1999); *Inequality reexamined*, *Oxford University Press, Oxford*, 1992 (também, *Oxford India Paperbacks, Delhi*, 1995; 3ª impressão, 1998); *Ethics and Economy*, 1992. E, em colaboração, Jean Dreze & Amartya Sen, *Hunger and public action*, *Oxford University Press, Oxford*, 1989 (*Oxford India Paperbacks, Delhi*, 1993; 4th impressão, 1999). Amartya Sen contribuiu recentemente para o *World Report on Culture: culture, creativity and markets*, *UNESCO Editions, Paris*, 1998: ver A.Sen, "Valeurs asiatiques et croissance économique", *Le Monde*, 27 outubro 1998, supl., p. VI.

(6) Estes estão entre os temas que Amartya Sen tem estudado. Ver *Le Monde*, 16 outubro 1998, p. 4; Christian Schmidt, "Oui, l'économie demeure une science sociale", *Le Monde*, 27 outubro 1998, supl., p. vi; Marc Fleurbaey, Nicolas Gravel, Jean-François Laslier, Philippe Mongin & Alain Trannoy, "Le Nobel à Amartya Sen, une consécration pour l'économie normative", *Le Monde*, 3 nov., 1998.

(7) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 10 de Dezembro de 1948 por quase todas as nações na ONU. Uma simpática edição popular em sete línguas foi publicada por ocasião do seu

quadragésimo aniversário pela *Amnesty International Belgique Francophone com ilustrações por Folon: Déclaration universelle des droits de l'homme*, *Folio, Bruxelles*, 1988. Sobre a questão de um direito comum da humanidade, ver por exemplo Mireille Delmas-Marty, *Vers un droit commun de l'humanité. entretien avec Philippe Petit*, *Textuel, Paris*, 1996. Cerca de 150 nações membros adotaram em 18 de Julho de 1998, em uma conferência em Roma, uma resolução no rumo da criação de uma Corte Internacional de Justiça. (8) Como Pierre Thuillier fez em seu, aliás muito penetrante, livro, *La grande implosion*, *Seuil, Paris*, 1995. Esta ficção política analisa as razões de por que nossa civilização pode implodir, como seu subtítulo mostra: "Report on the collapse of the West, 1999-2002". Infelizmente (e significativamente) este livro passou largamente despercebido. Pierre Thuillier morreu subitamente em setembro último.

(9) Participantes da Mesa do Forum: Brendan Goldsmith (Professor de Matemática e Presidente do Dublin Institute of Technology) como Presidente, Leo Enright (Jornalista da BBC, com especial interesse na exploração espacial), John Gormley (Deputado do Partido Verde no parlamento irlandês), Michel Paty (Diretor de pesquisa no CNRS e Université Paris 7 – Denis Diderot), Denis Weaire (Professor no Trinity College, Dublin, e Presidente da Sociedade Européia de Física).



# Índice por assunto

Revista **Princípios**

(Do número 41 ao 50)

Colocamos a disposição de nosso público leitor o índice por assunto dos artigos publicados pela revista *Princípios* do número 41 ao número 50. O nome do autor aparece **em negrito**, o título do artigo aparece *em itálico* e o número da edição da revista aparece entre parênteses ( ).

Para encontrar artigos publicados até a edição número 40, procurar o índice por assunto publicado na edição 44 da revista.

## Índice dos assuntos

África	Estados Unidos	Plano Real
Albânia	Filosofia	Política
Amazônia	Forças Armadas	Política Industrial
Arquitetura	Globalização	Privatização
Arte	Guerrilha do Araguaia	Questão Nacional
Brasil	História	Reforma Agrária
Chile	História do Brasil	Religião
China	Índia	Rússia
Ciência	Literatura	Saúde
Cinema	Marxismo	Sindicato
Classe Operária	México	Socialismo
Comunicação	Mulher	Timor Leste
Cuba	Mundo do Trabalho	URSS
Direito	Neoliberalismo	Vietnam
Educação	PCdoB	
Emprego	Petróleo	

## Assuntos em ordem alfabética

### A

#### ÁFRICA

**Leymarie, Philippe** – *Depois da revolução no ex-Zaire, aparece uma outra África* (47)

#### ALBÂNIA

**Comitê Nexhmije Hoxha** – *História de uma revolta anunciada* (46)

**Hoxha, Nexhmije** – *Como o*

*Partido do Trabalho da Albânia se afastou de suas posições marxistas-leninistas* (50)

#### AMAZÔNIA

**Gomes, Socorro** – *Biopirataria na Amazônia* (48)

#### ARQUITETURA

**Niemeyer, Oscar** – *Niemeyer, um arquiteto com 'as montanhas do Rio nos olhos'* (46)

#### ARTE

**Arantes, Priscila** – *A morte da estética no mundo globalizado* (50)



**Gullar, Ferreira** – *A desintegração dos valores da arte* (48)

**Menezes, Philadelpho** – *O olhar do turista acidental* (44)

**Salles, Cecília Almeida** – *Gesto inacabado* (45)

## B

### BIOPIRATARIA

Ver AMAZÔNIA

### BRASIL

Ver POLÍTICA, NEOLIBERALISMO, QUESTÃO NACIONAL, HISTÓRIA DO BRASIL, PLANO REAL

## C

### CHILE

**Rodrigues, Miguel Urbano** – *Chile: cobaia da globalização* (50)

### CHINA

**Diário do Povo (Beijing)** – *A luta Norte-Sul sobre os direitos humanos* (45)

**Fernandes, Luís** – *Uma questão de soberania* (41)

**Lima, Haroldo** – *Mao Zedong na história da China* (42)

**Lima, Haroldo** – *E a Inglaterra teve que devolver a 'Pérola do Oriente'* (46)

### CIDADANIA

Ver DIREITO

### CIÊNCIA

**Bonotto, Edvar Luiz** – *Ciência para além do neoliberalismo e do determinismo tecnológico* (45)

**Freire Jr, Olival** – *Uma ciência que se desenvolve apesar dos obstáculos* (49)

**Marquit, Erwin** – *Contradições na dialética e na lógica formal* (43)

**Paty, Michel** – *Física e conhecimento humano* (49)

**Rebelo, Aldo** – *Ciência e tecnologia: a serviço de um projeto nacional* (49)

### CINEMA

**Geraldo, Cloves** – *Cinema nacional: em busca do tempo perdido* (46)

**Jatobá, Roniwalter** – *Macartismo: entre a piscina e a consciência* (49)

### CLASSE OPERÁRIA

**Carone, Edgard** – *Os primórdios do movimento operário no Brasil (1820-1914)* (42 - Encarte especial)

**Lemos, João Batista** – *A classe operária e o movimento sindical* (48)

Ver também MUNDO DO TRABALHO; SINDICATO

### COMUNICAÇÃO

**Dantas, Marcos** – *Brasil Telecom: uma alternativa social e nacional à globalização* (49)

### CRISE ASIÁTICA

Ver GLOBALIZAÇÃO

### CUBA

**Arantes, Aldo** – *Socialismo cubano enfrenta duplo bloqueio e se afirma* (42)

**Domingos, Manuel** – *Cuba resistirá?* (41)

**Rodrigues, Miguel Urbano** – *Reflexão sobre o marxismo martiano* (41)

**Rodrigues, Miguel Urbano** – *Cuba cresceu em 96 no ritmo dos tigres asiáticos* (44)

**Rodrigues, Miguel Urbano** – *A revisão estratégica do Papa e sua visita a Cuba* (48)

**Ruy, José Carlos** – *O novo ataque do império* (46)

## D

### DESEMPREGO

Ver EMPREGO

### DIREITO

**Benassi, Sérgio** – *Qual cidadania?* (42)

**Bonotto, Edvar** – *Indícios para uma crítica às bases kantianas do direito* (44)

## E

### EDUCAÇÃO

**Camargos, W.V. de Moraes** – *Educação, trabalho e o provão* (44)

**Melo, Ricardo Abreu de** – *A crise da universidade pública e o neoliberalismo* (41)

**Rech, Pedro Elói** – *Paradigmas e políticas educacionais: o neoliberalismo* (48)

**Saviani, Dermeval** – *A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação* (47)

**Saviani, Nereide** – *Educação brasileira em tempos neoliberais* (45)

### EMPREGO

**Arruda, Inácio e Antero, Luis Carlos** – *Para onde vai o emprego?* (47)

**Jornal Abra os olhos** – *A política da dependência e do desemprego* (49)

**Santana, Nivaldo e Bento, Luciana** – *Os empregos estão diminuindo* (47)

### ESTADOS UNIDOS

**Barroso, Sérgio** – *Rastros do império: bases econômicas da hegemonia dos Estados Unidos* (50)

## F

### FILOSOFIA

**Costa, Newton da** – *Ciência, contradições e pensamento não-clássico* (49)

### FORÇAS ARMADAS

**Rebelo, Aldo** – *Forças Armadas, poder naval e soberania nacional* (45)

## G

### GLOBALIZAÇÃO

**Antero, Luis Carlos** – *Globalização e o bloco regional: o que é e para onde vai o Mercosul* (41)

**Batista Jr, Paulo Nogueira** – *Globalização e administração tributária* (46)



**Fernandes, Luis** – *Os mitos da globalização e os desafios do desenvolvimento* (43)

**Gomes, Luiz Marcos** – *Contra a retórica* (46)

**Paulino, Luís Antônio e Rebelo, Aldo** – *O Brasil e a América Latina frente a uma economia globalizada* (47)

**Pereira, Duarte** – *O impacto da crise asiática sobre o Brasil* (49)

**Souza, Renildo** – *A Ásia na crise do capitalismo contemporâneo* (48)

Ver também **NEOLIBERALISMO**; **QUESTÃO NACIONAL**

**GOVERNO FHC**

Ver **POLÍTICA**

**GUERRILHA DO ARAGUAIA**

**Amazonas, João** – *À guerrilheira que morreu pela liberdade* (44)

**Amazonas, João** – *João Amazonas fala sobre a Guerrilha do Araguaia* (44)

**Campos Filho, Romualdo Pessoa** – *A Guerrilha do Araguaia: um resgate para a história* (42)

**Felipe, Giovane** – *O mergulho e a emersão da querilha do araguaia* (42)

**GULLAR, FERREIRA**

Ver **ARTE**

**H**

**HISTÓRIA**

**Carrion, Raul** – *A escola dos Annales e a Nova História* (42)

**Jornal Avante** – *125 anos da Comuna de Paris* (42)

**HISTÓRIA DO BRASIL**

**Beiguelman, Paula** – *Nota histórica sobre o sistema de concessões* (50)

**Lima, Haroldo** – *Canudos, cem anos: a guerra está sendo reavaliada* (47)

**Ruy, José Carlos** – *Zumbi, herói da esquerda* (41)

**Ruy, José Carlos** – *Os abismos da revolução-conciliação e a reforma na política brasileira* (48)

**Sodré, Nelson Werneck** – *A história vive!* (50)

**HONG KONG**

Ver **CHINA**

**I**

**ÍNDIA**

**Dasgupta, Biplab** – *Experiências políticas de um governo democrático e popular* (50)

**L**

**LITERATURA**

**Carvalho, Reinaldo** – *Jack London, expoente da literatura socialista* (44)

**Ferreira, Ricardo** – *O último vôo do Shturmovick 4065* (45)

**Jatobá, Roniwalter** – *Castro Alves, o poeta do povo* (47)

Manifesto Comunista – Ver **MARXISMO**

**M**

**MARXISMO**

**Amazonas, João** – *Caminhos novos à luta emancipadora* (48)

**Catani, Afranio e Borin, Jair** – *Marx e Engels jornalistas* (41)

**Fernandes, Luis** – *Manifesto Comunista e a dialética da globalização* (48)

**Teixeira, Francisco José Soares** – *O Capital numa época governada pela desrazão* (42)

**Valadares, Loreta** – *O Manifesto do Partido Comunista, 150 anos depois* (47)

**Valadares, Loreta** – *O Manifesto do Partido Comunista, 150 anos: anotações sobre os primeiros anos no Brasil* (49)

**MERCOSUL**

Ver **GLOBALIZAÇÃO**

**MÉXICO**

**Azevedo, Carlos** – *Maquiladoras no México: um retrato do capitalismo global* (48)

**MILITARES**

Ver **FORÇAS ARMADAS**

**MOVIMENTO OPERÁRIO**

Ver **CLASSE OPERÁRIA**; **SINDICATO**

**MST**

Ver **REFORMA AGRÁRIA**

**MULHER**

**Rangel, Olívia** – *A punição da maternidade* (42)

**MUNDO DO TRABALHO**

**Almeida, Milton B. de e Vasconcelos, Nilton** – *Trabalho e qualidade total* (43)

**Bertolino, Osvaldo** – *A crise do trabalho* (46)

**Damiani, Cássia** – *A relação trabalho-educação frente ao paradigma pós-fordista da produção* (45)

**Foster, John Bellamy** – *Trabalho e capital monopolista vinte anos depois* (43)

**Ruy, José Carlos** – *O operário faz a coisa e a coisa faz o operário* (43)

Ver também: **CLASSE OPERÁRIA**; **SINDICATO**

**N**

**NEGRO**

**Moura, Clóvis** – *Florestan Fernandes e o negro: uma interpretação política* (50)

**NEOLIBERALISMO**

**Gomes, Luiz Marcos** – *Construindo o Estado do mal-estar social* (43)

**Sodré, Nelson Werneck** – *Imperialismo e neoliberalismo* (42)

Ver também **GLOBALIZAÇÃO**; **QUESTÃO NACIONAL**

**NIEMEYER, OSCAR**

Ver **ARQUITETURA**



**P****PARTIDO COMUNISTA DA FEDERAÇÃO RUSSA**

Ver RÚSSIA

**PARTIDO DA REFUNDAÇÃO COMUNISTA (ITÁLIA)**

Ver SOCIALISMO

**PCdoB****Braga, Sérgio Soares** *A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946* (46)**Buonicore, Augusto César** *A política sindical do PCB entre 1948 e 1950* (45)**PCdoB - Documentos do 9º Congresso do PCdoB** (47)**Rabelo, Renato** *Um programa para um Brasil soberano e democrático* (48)**Ruy, José Carlos** *A tradição revolucionária do PCdoB* (44)**PETRÓLEO****Rocha, Ana Maria** *Uma análise das recentes mudanças no setor petrolífero brasileiro* (48)**PLANO REAL****Gomes, Luiz Marcos** *O plano Real, a dialética e a CPI dos bancos* (41)**Jornal Abra os olhos** *O terceiro ano do Real: a operação vende Pátria* (47)**Morais, Lecio** *O Plano Real está em crise?* (42)**POLÍTICA****Arantes, Aldo** *Reeleição e reforma antidemocrática do Estado* (43)**Lima, Haroldo** *Condicionantes econômicas da reeleição* (44)**Lima, Haroldo** *Caminhos de um autoritarismo civil subalterno* (45)**Lula, Luís Inácio da Silva** *União do povo: entrevista com Lula* (50)**Rebelo, Aldo** *A globalização, os países pobres e o lobo bobo de Fernando Henrique Cardoso* (41)**Rebelo, Aldo** *1996: o ano em que vivemos em perigo* (44)**Ruy, José Carlos** *O velho conflito entre a modernidade e o atraso* (50)**POLÍTICA INDUSTRIAL****Paulino, Luís Antônio** *Novos marcos institucionais para a formulação de política industrial no Brasil* (41)**PRIVATIZAÇÃO****Gomes, Socorro** *A privatização da Vale e o leilão dos minérios brasileiros* (44)**Lima, Haroldo** *Sobre as privatizações no Brasil* (48)**Q****QUESTÃO NACIONAL****Benjamin, César** *O Brasil tem sentido?* (41)**Gomes, Luiz Marcos** *Projeto nacional e nova ordem mundial* (44)Ver também **GLOBALIZAÇÃO; NEOLIBERALISMO****R****REELEIÇÃO**Ver **POLÍTICA****REFORMA AGRÁRIA****Arantes, Aldo** *Reforma agrária já* (41)**Ruy, José Carlos** *Os apóstolos do passado e os porta-vozes do futuro* (45)**Saramago José** *Terra, direito e justiça* (45)**RELIGIÃO****Espinheira, Gey** *Reencantamento do mundo: o neopentecostalismo e as mudanças na matriz religiosa brasileira* (41)**RÚSSIA****PCFR** *Programa do Partido Comunista da Federação Russa* (41)**Ziugánov, Gennadi** *"Tentativa de impor modelo dos Estados Unidos na Rússia só nos trouxe destruição e miséria"* (50)**S****SAÚDE****Feghali, Jandira (org)** *Saúde: uma prioridade estratégica* (47 - Encarte especial)**SINDICATO****Barroso, Sérgio** *Neoliberalismo e movimento sindical* (46)**SOCIALISMO****Alvarez, Roberto R.** *Reforma ou revolução* (49)**Amazonas, João** *O socialismo no século XXI* (45)**Cossuta, Armando** *A refundação comunista na Itália* (44)**Cunhal, Álvaro** *O caminho é o da luta que continua* (44)**Fernandes, Luis** *Do foquismo ao reformismo: Castañeda e a esquerda latino-americana* (49)**Henri Alleg** *A história não chegou ao fim* (47)**Silva, Edson** *Reinventar o socialismo? Coisa da reengenharia* (43)**T****TELECOMUNICAÇÃO**Ver **COMUNICAÇÃO****TIMOR LESTE****Arantes, Aldo** *Timor-Leste e o Prêmio Nobel da Paz 1996* (44)**U****UNIVERSIDADE**Ver **EDUCAÇÃO****URSS****Rodrigues, Miguel Urbano** *A Perestroika nos debates do Politburo: um livro que ilumina uma época* (46)**V****VIETNAM****Rebelo, Aldo** *Vietnam: o tigre prepara outro salto* (43)



## Uma obra para ficar

*Os desafios do socialismo no século XXI*, João Amazonas, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1999, 256 pp., R\$ 22,00



1999 inicia com boa novidade para quem procura leitura fora do 'pensamento único' neoliberal, que vem abarrotando as prateleiras das livrarias e preenchendo as páginas da grande imprensa. A Editora Anita Garibaldi está lançando o livro *Os desafios do socialismo no século XXI*, que reúne artigos, palestras e informes de João Amazonas – constituinte de 1946 e dirigente do Partido Comunista do Brasil.

Escritos no momento dos acontecimentos históricos, os textos expressam em seu conjunto que “a prática é a base do conhecimento, no entanto, é a teoria que generaliza a experiência, revela as leis objetivas em atuação e dá ao homem a consciência da necessidade”; e que há necessidade imperiosa de se desenvolver a teoria marxista para que esta possa atender aos desafios presentes e futuros do proletariado.

O autor aborda temas que marcam o final do século XX no Brasil e no mundo, em especial a crise na ex-União Soviética e Leste europeu – a primeira grande experiência de implantação do regime econômico-social mais avançado que a história conhece –, extraindo lições diante desta derrota estratégica sofrida pelo proletariado.

*Os desafios* esclarece, com originalidade, questões de economia política, como a teoria leninista da transição do capitalismo ao socialismo, discutindo suas etapas objetivas e o papel do capitalismo de Estado neste processo – questão pouco estudada pelos marxistas mas de importância primordial para a avaliação dos fatos negativos ocorridos.

Expressa, também, os anseios permanentes do povo brasileiro por soberania nacional e desenvolvimento da democracia, elucidando questões referentes à política e à História do Brasil, em especial à Guerrilha do Araguaia – jornada de lutas da qual o autor participou pessoalmente no início dos anos 70. O livro traz um depoimento sobre a Guerrilha, carregado de sentimento humano digno dos grandes homens que merecem registro em nossa História.

João Amazonas nasceu em 1º de janeiro de 1912 em Belém do Pará. É uma vida inteira de lutas – hoje aos 87 anos –, em que enfrentou a prisão, a clandestinidade e os mais ferozes ataques que as elites reacionárias despejaram sobre a vida de nosso povo, e nunca abriu mão dos princípios marxistas e socialistas. Em 1945 foi o deputado federal constituinte mais votado no Distrito Federal. Participou decisivamente do

enfrentamento teórico e político contra Krushev e a ala revisionista que atingiu o Partido Comunista em nosso país; e quando é reconstruído o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, em fevereiro de 1962, com uma plataforma fiel aos princípios revolucionários do marxismo-leninismo, Amazonas esteve à frente, com Grabois e Pomar, dentre outros lutadores. Participou ativamente da luta contra o regime militar de 1964, até mesmo no confronto armado da Guerrilha do Araguaia – gloriosa jornada pela liberdade dos brasileiros.

Com a conquista do fim da ditadura militar tem se destacado no movimento por soberania nacional e desenvolvimento da democracia em nosso país, e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Participa com firmeza do esforço pela unidade do povo brasileiro, apoiando decididamente a formação de uma ampla frente para combater o neoliberalismo e construir uma nova orientação política e econômica para o Brasil.

O livro *Os desafios do socialismo no século XXI* tem um significado histórico especial para as forças progressistas e revolucionárias do Brasil e do mundo hoje: expressa o esforço marxista para enfrentar os desafios teóricos em sintonia com os embates políticos do dia-a-dia, descortinando caminhos à luz da teoria mais avançada – o marxismo-leninismo. Os 37 textos do livro, em que pesem terem sido escritos entre 1981 e 1998, trazem a elaboração teórica de mais de 40 anos não só de Amazonas, pois representam, também, uma elaboração coletiva da qual ele teve presença marcante, porém, não é o único protagonista. Sua produção teórica é, assim, um pouco da produção do Partido Comunista do Brasil – onde o próprio autor diz “ter aprendido tudo o que sabe”.

É uma obra para inspirar não só os militantes do Partido Comunista ou os marxistas que vêem, assim, um exemplo destacado da luta contra a estagnação da teoria revolucionária, mas também os trabalhadores e as forças nacionais, democráticas e progressistas, que enfrentam heroicamente a ofensiva imperialista neoliberal e que necessitam de fundamentos para combater as idéias difundidas pela oligarquia financeira.

Os textos são instigantes e o autor consegue discutir questões teóricas complexas em linguagem simples, direta e acessível.

As palavras finais de *Os desafios* dizem que:

“Seguramente, a edificação do socialismo baseia-se na socialização dos meios de produção e de melhoria das condições de vida da sociedade. É algo radicalmente distinto do sistema capitalista. Mas essa edificação não obedece, nas formas e ritmos, um modelo preestabelecido, sempre o mesmo. Tampouco segue a linha do gradualismo reformista, oportunista, de integração do capitalismo no socialismo, como



pretendem os social-democratas. A construção de um modelo próprio de socialismo científico, refletindo a realidade e fiel aos princípios revolucionários, capaz de superar, em sucessivas etapas, os obstáculos e contradições que se apresentam a cada momento – eis uma importante tarefa da luta para tornar vitorioso o socialismo em todo o mundo.”

Com a lúcida consciência dos grandes acontecimentos históricos que fizeram do século XX o século marcado pelo início da experiência dos povos na grande jornada da construção do socialismo, Amazonas deixa transparecer nas 256 páginas do livro que o grande desafio da humanidade é a retomada do processo revolucionário com qualidade distinta da anterior – pois os desafios são maiores que antes – sem abrir mão dos princípios até aqui sistematizados pelas forças

do progresso. Mesmo conhecendo o enorme poder das forças capitalistas contra as quais lutam o proletariado e os povos, ele passa uma mensagem confiante:

“Assim será o século XXI. Em seus começos, haverá sombras e luzes, mais sombras do que luzes. Depois, o quadro se inverterá. A humanidade viverá tempos de grandes esperanças.”

*Os desafios do socialismo no século XXI*, de João Amazonas, é certamente uma obra para ficar – porque traduz com atualidade a máxima de Lênin de que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”.

Comissão Editorial de *Princípios*

## Prêmio Casa de las Américas

*Estas muitas Minas*, Angela Leite de Souza, (poesia), Rio de Janeiro, Editora Record, 1998, 82 pp.



“Uma sensação de febre, com seus calafrios.

Uma vontade de cantar, de dançar, de ser alegre, de fazer um comício lendo aqueles poemas, uma urgente necessidade de gritar ao mundo: existe no Brasil uma nova grande poeta, da melhor estirpe, e seu nome é Angela Leite de Souza.

Tudo isso (e ainda uma súbita vontade de beber cerveja) eu senti na beira da piscina do Hotel el Valle, em Matanzas, numa quente manhã cubana, quando caiu em minhas mãos o livro *Estas muitas Minas*, de Angela Leite de Souza, que acabou ganhando, com todo merecimento, por unanimidade, o Prêmio Casa de las Américas de 1997.

Estávamos recolhidos ao Hotel el Valle para escolher entre dezenas de originais, quem seria o grande vencedor do Prêmio Casa de Literatura Brasileira. Éramos cinco jurados: a paulista Berta Waldman, o carioca Antônio Carlos Secchin, o norte-americano, filho de portugueses, Néelson Vieira, o cubano Sérgio Flores, e eu. Na primeira reunião, num pecado de ficcionista, arrisquei uma sentença:

– Vamos ler os poetas, mas não tem sentido premiar um poeta e, sim, um ficcionista...

Pobre de mim: tive emocionadamente que me curvar diante de uma poeta, já de si grande. O mérito de descobri-la foi de Antônio Carlos Secchin e de Berta Waldman. Com o manuscrito de *Estas muitas Minas* nas mãos eles falaram:

— Leia... é lá de Minas e é excelente.

Eu li e amei *Estas muitas Minas*, que nos revela a grandeza de Angela Leite de Souza, e que a gente deve ler como quem reza, como quem ama, como quem grita.”

*Roberto Drummond*

“Aqui vai a encomenda  
há tempos prometida.  
Não mando registrada,  
prefiro a garantia  
deste selo  
que colo com zelo  
e lambida.

Desvenda a caixa  
à maneira bem mineira:  
Minas nunca se entrega  
de primeira.

Vês as cortinas  
nas litorinas?  
As colinas diamantinas?  
As lamparinas  
e as terrinas?  
A pantomima dos negros minas?  
E essas finas meninas  
opalinas?

Então tens Minas.”  
(Angela Leite de Souza)



## Nelson Werneck Sodré

“Agradeço este espaço concedido a nós leitores. Aproveito para parabenizar não só as matérias alusivas ao autor, como também registrar minha admiração e respeito a Nelson Werneck Sodré – considerando-o um grande contribuinte da construção historiográfica brasileira.

Seu pensamento deve ser um ponto de partida para todos aqueles que abraçam a bandeira de revolução no Brasil. Nelson Werneck Sodré consegue brilhantemente em suas obras informar, instruir e educar.

Graças a seu exemplo de brasilidade e à presença de seu pensamento, o Brasil nos diz, a cada dia, que vale a pena a luta para mantê-lo vivo como um verdadeiro país.”



Sara Palvello dos Santos - Rio de Janeiro/RJ

## Confiança crescente

“Está crescendo muito a nossa confiança e capacidade de fazer política com as palestras de colaboradores da *Princípios*. A influência da revista tem crescido nos meios acadêmicos. Estudantes e professores procuram nossa revista para ler e assinar, e se impressionam cada vez mais com a clareza e a coragem nas análises.”

André Martins - Campos/RJ

## Formação política

“Queremos registrar que a revista *Princípios* tem prestado infundável contribuição à formação política através de excelentes e sempre oportunas abordagens sobre temas de relevância nacional e internacional.”

Comitê Municipal do PCdoB - Tubarão/SC

## Voz de esquerda

“É bom saber que nós da esquerda temos uma publicação de tão alto nível para expormos nossas idéias.”

Ronaldo Cardoso - Caxias do Sul/RS

Prezado Leitor,

O preço da *Princípios* está a R\$ 7,50 desde a edição n.º 37, há cerca de 4 anos. A política de FHC/FMI nos obriga a fazer um reajuste para R 8,00 – apesar de termos consciência das dificuldades que enfrentamos. A forma de você se prevenir contra novos aumentos e, ao mesmo tempo, fortalecer a revista é assiná-la imediatamente, pelo preço velho.

Assinatura anual (4 edições) R\$ 30,00; 2 anos (8 edições) R\$ 60,00.

Muito obrigado pela compreensão e apoio,

Divo Guisoni – diretor

## Feliz 1999



da Alhambra de S. Juan de los Reyes

(Imagem de Granada, a cidade que, segundo Lorca, perdeu sua alma em 1492)

“Gostei muito do último número de *Princípios*. Meus melhores desejos para 1999.”

C. Morente - Granada/Espanha

## ERRATA:

O artigo “Os homens de FHC – banqueiros e testas de ferro do imperialismo”, de autoria de Luiz Marcos Gomes, publicado na edição passada de *Princípios* (n.º 51) saiu com os seguintes erros de edição, que não são de responsabilidade do autor: 1) no destaque da página 10, está dito erradamente que Edmar Bacha passou o carnaval de 1995 com Fernão Bracher quando, na verdade, os envolvidos no episódio foram Pérsio Arida e Fernão Bracher; 2) no verbete Fernão Bracher, na página 11, o nome de Francisco Lopes apareceu indevidamente; o correto é Francisco Pinto; 3) no destaque da página 13, novamente o nome de Francisco Lopes aparece erradamente pois o correto é Francisco Pinto; no mesmo destaque, é atribuída a Edmar Bacha a qualidade de fundador do banco BBA, quando os dados permitem dizer apenas o que está no verbete, isto é, sua qualidade de banqueiro, sócio do Banco BBA e seu economista-chefe; 4) no destaque da página 17 está dito que Pedro Malan, Pérsio Arida, Edmar Bacha, Eliana Cardoso, Daniel Dantas e Marcílio Moreira Marques foram à reunião de 1989, nos EUA, que definiu o Consenso de Washington; na verdade, apenas Eliana Cardoso compareceu àquele encontro.

Estas correções são feitas em nome da verdade e da precisão das informações publicadas. Registramos aqui, também, nossa total responsabilidade pelos critérios de edição. Todos os destaques, legendas, títulos e demais elementos de edição normalmente usados nos textos publicados em *Princípios* são de responsabilidade da redação. No caso específico deste artigo de Luiz Marcos Gomes, são de responsabilidade da redação o título adotado (que substitui aquele que havia sido dado pelo autor), os destaques e o quadro publicado na página 21, (“Herdeiros da ditadura militar e do governo Collor, o governo dos banqueiros tem ligações fortes com as oligarquias e o imperialismo”) foram elaborados pela redação de *Princípios*, e Luiz Marcos Gomes não tem nenhuma responsabilidade por eles.

Por fim, é preciso retificar a grafia da Homepage da Oficina de informações: [www.oficinainforma.com.br](http://www.oficinainforma.com.br)





Anita Garibaldi

CONHEÇA NOSSOS TÍTULOS!  
PEÇA HOJE MESMO POR CARTA, TELEFONE, FAX  
(011 289 1331) OU E-MAIL: [livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)

30 anos de confronto ideológico (coletânea de textos), 300 pp. ....	17,00
A II Internacional – Pelos seus congressos, <i>Edgar Carone</i> , 132 pp. ....	11,00
A mãe, <i>Máximo Gorki</i> , 320 pp. ....	15,00
Acho tudo muito estranho, <i>Fortuna</i> , 126 pp. ....	10,00
Amazônia–Carajás - Na trilha do saque, <i>Marcos Kowarick</i> , 336 pp. ....	20,00
Araguaia – Relato de um guerrilheiro, <i>Glênio Sá</i> , 52 pp. ....	6,00
Às portas de Moscou, <i>Alexandr Bek</i> , 300 pp. ....	17,00
<b>Bancos, Bancários e Movimento Sindical</b> , <i>Euclides Fagundes Neves</i> , 424 pp. ....	30,00
Cadernos Negros 21. <i>Contos do Quilombhoje</i> , 189 pp. ....	12,00
<b>Comuna de Paris, A</b> , <i>Silvio Costa</i> , 191 pp. ....	18,00
Construindo o futuro do Brasil (Doc. da 8ª Conf. Nacional PCdoB), 128 pp. ....	10,00
Dialética radical do Brasil negro, <i>Clóvis Moura</i> , 248 pp. ....	20,00
<b>Desafios do socialismo no século XX, Os</b> , <i>João Amazonas</i> , 256 pp. ....	22,00
Em defesa do socialismo científico, <i>Stálin</i> , 172 pp. ....	13,00
Estratégia e tática, <i>Lênin, Stálin, Dimitrov, J. Amazonas</i> , 172 pp. ....	13,00
Guerrilha do Araguaia (documentos, fotos, biografias), 104 pp. ....	12,00
Grande Salto Atrás, O. <i>Henri Alleg</i> , 237 pp. (Edições Avante) ....	35,00
Lênin - Biografia ilustrada, <i>Bolsanello</i> , 128 pp. ....	11,00
Luta armada no Brasil dos anos 60–70, <i>Jaime Sautchuk</i> , 100 pp. ....	11,00
Manifesto do Partido Comunista, <i>Marx e Engels</i> , 72 pp. ....	6,00
Marx e os sindicatos, <i>D. Losovski</i> , 216 pp. ....	17,00
Nas barricadas do fim do século - A Des(ordem) Neoliberal, <i>Juliano Siqueira</i> , 184 pp ...	15,00
Racismo à brasileira – raízes históricas, <i>Martiniano J. Silva</i> , 276 pp. ....	18,00
Reportagem sob a força, <i>Julius Fucik</i> , 120 pp. ....	9,00
Rio Maria – A terra da morte anunciada, <i>Moacyr de O. Filho</i> , 128 pp. ....	10,00
Socialismo vive, O (documento do 8º Congresso do PCdoB), 110 pp. ....	6,00
Sociedade dos socialistas vivos, <i>Marcos Gomes</i> , 132 pp. ....	12,00
Tendências e centrais sindicais (1978–1994), <i>Silvio Costa</i> , 290 pp. ....	18,00
Terra – ponto de partida, ponto de chegada, <i>Maria Stela L Borges</i> , 216 pp. ....	20,00
Um olhar que persiste. <i>Vários autores</i> , 288 pp. ....	20,00
União do povo – contra o neoliberalismo (doc.do 9º Congresso do PCdoB), 224 pp. ....	18,00
URSS – Ascensão e queda, <i>Luís Fernandes</i> , 2ª ed., 272 pag. ....	20,00
Assinatura Revista <i>Princípios</i> (anual - 4 edições) ....	30,00
Números anteriores de <i>Princípios</i> ....	5,00

Para pedidos, utilize o cupom do interior desta edição.

### AVISO IMPORTANTE:

A Editora Anita Garibaldi está selecionando vendedores de assinaturas para a Revista **Princípios**. Se você tem interesse, por favor envie seu currículo via correio ou fax, se preferir, entre em contato por telefone.

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP



# MAURÍCIO GRABOIS

(1912 - 1973)

Abel, Mário, Freitas, Chico, Velho – mil nomes e um só dirigente comunista, Maurício Grabois, cujo assassinato pela repressão da ditadura militar nas matas do Araguaia completou 25 anos em dezembro passado, foi um dos mais destacados dirigentes do Partido Comunista do Brasil desde a década de 1940, ao qual filiou-se em 1932. Aluno na Escola Militar no Rio de Janeiro, foi um dos principais organizadores do Partido nas Forças Armadas. Em 1935, dedicou-se à organização da Aliança Nacional Libertadora. Foi preso em 1941; libertado em julho de 1942, integrou o esforço de reorganização partidária dirigido pela Comissão Nacional de Organização Provisória, que culminou na realização da Conferência da Mantiqueira em 1943, onde foi eleito membro do Comitê Central, da Comissão Executiva e do Secretariado do Comitê Central.

Deputado federal em 1946, foi líder da bancada comunista até janeiro de 1948, quando os parlamentares do Partido tiveram seus mandatos cassados. Nos anos 50 e 60, foi ativo lutador contra o revisionismo de inspiração kruscheviana e contra a onda reformista que acometeu o Partido. Em 1961 e 1962, foi um dos dirigentes que, com João Amazonas e outros valorosos revolucionários brasileiros, promoveram a reorganização do Partido Comunista do Brasil, cuja direção havia sido tomada de assalto por aqueles renegados da luta socialista e revolucionária. Mais tarde, com Amazonas e Ângelo Arroyo, foi um dos principais líderes da resistência armada no Araguaia, onde esteve desde os primeiros momentos. No Araguaia, disse dele outro valoroso revolucionário e comunista brasileiro, Diógenes Arruda Câmara, Grabois “caiu com glória, caiu de arma na mão naquele campo de batalha da luta de classes”.

Grabois – segundo João Amazonas, velho companheiro de Maurício – “foi o grande construtor do Partido Comunista, um homem com a consciência clara de que sem o Partido organizado, sem um partido militante, é impossível conseguir transformações profundas na sociedade. O Partido é questão decisiva, é o futuro, é a esperança, é a certeza de que um dia a bandeira da revolução triunfará em nosso país”.

